CARLOS ALBERTO FERREIRA DE SOUZA

VIOLÊNCIA E INDISCIPLINA NA ESCOLA, LEGISLAÇÃO E SOLUÇÃO DE CONFLITOS: Um estudo de caso centrado no Professor Mediador Escolar e Comunitário

PRESIDENTE PPRUDENTE
2012

CARLOS ALBERTO FERREIRA DE SOUZA

VIOLÊNCIA E INDISCIPLINA NA ESCOLA, LEGISLAÇÃO E SOLUÇÃO DE CONFLITOS: Um estudo de caso centrado no Professor Mediador Escolar e Comunitário

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciência e Tecnologia – UNESP de Presidente Prudente - SP, para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Amaral Garboggini Di Giorgi

PRESIDENTE PRUDENTE
2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Presidente Prudente

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. CRISTIANO AMARAL GARBOGGINI DI GIORGI
(ORIENTADOR)

Prof. Dr. SÉRGIO CÉSAR DA FONSECA
(UNESP/Marília)

Prof. Dr. PAULO CÉSAR DE ALMEIDA RABONI
(UNESP/Pres. Prudente)

CARLOS ALBERTO FERREIRA DE SOUZA

PRESIDENTE PRUDENTE (SP), 31 DE JANEIRO DE 2012.

RESULTADO: Aprovado

Faculdade de Ciências e Tecnologia
Seção Técnica de Pós-graduação
Rua Roberto Simonsen, 305 CEP 19060-900 Presidente Prudente SP
Tel 18 3229-5317 Fax 18 3223-4519 posgrad@fct.unesp.br

DEDICATÓRIA

À minha família e amigos que tanto estimularam e compreenderam o espírito de conquista necessário para alcançar a vitória.

AGRADECIMENTOS

A Deus acima de tudo, sempre, por dar forças durante toda essa trajetória profissional e acadêmica.

Todas as pessoas que, estando ao meu lado, fisicamente ou em pensamento, contribuíram para a realização desse trabalho.

Meus agradecimentos especiais ao Professor Dr. Cristiano Amaral Garboggini Di Giorgi, meu orientador, pela escolha, e apesar de todas as dificuldades nunca deixou de ter em mim confiança, e a resposta certa para os meus anseios.

A professora Dra. Yoshie Ussami Ferrari Leite pela visão humana e amiga que sempre demonstrou em todos os momentos.

Aos meus amigos e amigas que sempre motivaram e ajudaram, das mais diversas formas e cores, seja com “pitacos” ou mesmo com o pensamento positivo e incentivador.

A todos os docentes e dedicados funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP de Presidente Prudente.

A todos os colegas do mestrado.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa "Formação de Professores, Organização Escolar e Políticas Públicas" (GPFOPE) pelo conhecimento transmitido.

A todos os colegas de trabalho que toleraram minha ambição e compartilharam de uma forma ou de outra um pouco dessa aventura.

Muito obrigado

RESUMO

O presente estudo foi construído no âmbito da Linha de Pesquisa "Políticas Públicas, Organização Escolar e Formação de Professores" e teve por objetivo investigar a existência de modelos de resolução de conflitos, principalmente envolvendo o Professor Mediador Escolar e Comunitário numa escola da rede pública do interior de São Paulo. As mais diversas tentativas de enfrentamento das questões referentes à violência e indisciplina dentro das escolas e a possibilidade de existir ou não, práticas e ações restaurativas, políticas públicas e legislação sobre o assunto envolvem a preocupação deste pesquisador. O espaço escolar divide com a família a obrigação da formação e da educação, sendo atualmente a principal responsável pelo desenvolvimento ou não das pessoas, ou pelo menos assim é vista. A indisciplina e a violência na escola precisam ser estudadas, entendidas e divulgadas de forma simples, de fácil compreensão para que o seu enfrentamento, aliando educadores, pais e Estado, possa acontecer de forma efetiva e diversificada, se adequando a cada espaço escolar e assim, desenvolvendo políticas públicas que atendam as necessidades existentes. A análise e as experiências da utilização de meios alternativos e do projeto referente ao professor mediador escolar e comunitário como possíveis soluções de conflitos nas escolas poderá expandir a criação e explicitação de novas e viáveis alternativas dessa solução dos problemas existentes nas escolas. O atual panorama existente dentro da escola, bem como a possibilidade de atuação e comprometimento do meio escolar com o projeto do professor mediador pode revelar uma ação nova que tende a ser algo diferente na resolução dos conflitos existentes, bem como na alternativa atual para, em meio aos problemas pedagógicos e de violência, persistam o desenvolvimento e a cultura de paz. O trabalho de pesquisa foi orientado por um procedimento metodológico essencialmente qualitativo, no qual se utiliza como instrumento de coleta de dados o levantamento da bibliografia existente, a aplicação de entrevista semi-estruturada, questionários respondidos pelos educadores da escola, este com questões fechadas e abertas e, também a observação no espaço escolar. Embora as ações de cunho restaurativo, inclusive na legislação existente e, dentre elas a recente criação e utilização do Professor Mediador Escolar e Comunitário está posta como um modelo alternativo no Estado de São Paulo aplicado ao cotidiano escolar, ainda não foi possível verificar como está funcionando. A partir da possibilidade de estudo pelos dados obtidos, concluímos que, apesar dos esforços para a resolução dos conflitos, violência e indisciplina dentro da escola, há que se desenvolver um trabalho de expansão e conscientização para obter melhores resultados. É possível, na concepção deste pesquisador, que os dados coletados na pesquisa de campo, sirvam de meio para o aprofundamento do assunto e, corroborando com os anseios dos educadores, quem sabe, orientar políticas públicas que complementem e torne ainda mais viável à proposta de desenvolvimento do trabalho do professor mediador. E, ainda mais, fomentem a possibilidade de instauração de uma mentalidade voltada para a restauração das relações harmoniosas que devem existir dentro da escola.

Palavras-chave: professor mediador escolar e comunitário. escola. violência escolar. indisciplina escolar.

ABSTRACT

The present study was constructed as part of the Research Line "Public Policy, School Organization and Teacher Training" and aimed to investigate the existence of models of conflict resolution, mainly involving School and Community Mediator Teacher in a public school in the interior of Sao Paulo. The most diverse attempts to cope with issues of violence and indiscipline in schools and the possibility of existing there, or not, restorative practices and actions, public policies and legislation on the subject involve the concerns of the researcher. The school shares space with the family the obligation of bringing-up, training and education, currently being the main responsible for the development of the people, or not, or at least so it is seen. The indiscipline and violence in school need to be studied, understood and disseminated in a simple, easy to understand way, so that the way to face them, uniting educators, parents and the state, can happen in an effective and diversified way, fitting each school space and thus developing public policies that meet existing needs. The analysis and experiments on the use of alternative and project of the School and Community Mediator Teacher as possible solutions to conflicts in schools can expand the creation and explanation of this new and viable alternative solution to existing problems in schools. The current picture within the existing school, as well as the possibility of performance and commitment of the school, designed by the School and Community Mediator Teacher may reveal a new action that tends to be somewhat different in the solution of the existing conflicts, as well as the modern alternative to in among the pedagogical problems and violence, to continue the development and culture of peace. The research was guided by an essentially qualitative methodological approach, which is used as an instrument of data collection the survey of existing literature, the application of semi-structured questionnaires completed by teachers of the school, this one with open and closed questions and also the observation in the school. Although the nature of restorative actions, including the existing legislation and, among them the recent creation and use of the School and Community Mediator Teacher is posed as an alternative model in the State of São Paulo applied to everyday school life, we still can not see how it is working . From the study of the data obtained, we conclude that, despite efforts to the dissolution of conflicts, violence and indiscipline in the school, we must develop an awareness and expansion work for best results. It is possible, in view of this researcher, that the data collected in field research serve as a means to deepen the subject, confirming the concerns of educators, guide public policies that complement and make more feasible the proposed development of the work of School and Community Mediator Teacher. And, further, encourage the possibility of introducing a mindset for the restoration of harmonious relations that must exist within the school.

Keywords: School and Community Mediator Teacher. School. School violence. School discipline

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Comparação entre a Justiça Contemporânea e Justiça Bíblica 23

QUADRO 2: Diferenças entre a Justiça Retributiva e Justiça Restaurativa..... 31

QUADRO 3: Sexo dos professores respondentes.....122

QUADRO 4: Idade dos professores respondentes 122

QUADRO 5: Tempo de magistério dos professores 122

QUADRO 6: Questionário: O Sr (a) acha que existe solução para a violência e indisciplina na escola? Quais seriam?.....124

QUADRO 7: Questionário: O Sr (a) já foi vítima de violência na escola?.....125

QUADRO 8: Questionário: Existem procedimentos ou estratégias na escola para o enfrentamento da violência e indisciplina?.....126

QUADRO 9: Questionário: Quais?.....126

QUADRO 10: Registro de Ocorrências da Escola em 2009 e 2010.....128

QUADRO 11: Registros de Ocorrências da Escola em 2011 129

QUADRO 12: Questionário: O Sr (a) conhece o Projeto do Professor Mediador Escolar e Comunitário.....135

QUADRO 13: Questionário: O que o Sr (a) acha desse Professor Mediador Escolar e Comunitário?.....135

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Descrição do Pano Gestão I (2007-2010)..... 79
Tabela 2 – Descrição do Plano Gestão II (2006-2010) 79
Tabela 3 – Plano Gestão (2007-2010) – Anexos..... 80
Tabela 4 – Ações Propostas pela Escola..... 84

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **11**
1. ALTERNATIVAS PARA A SOLUÇÃO DE CONFLITOS: um pouco de sua história **19**
1.1 - Justiça Comunitária **19**
1.2 - Justiça Bíblica **21**
1.3 – VORP: Movimento de reconciliação entre vítimas e ofensores **26**
1.4 – Justiça Restaurativa **29**
1.4.1 – Origem e conceito da Justiça Restaurativa **29**
1.4.2 – Procedimentos característicos da Justiça Restaurativa **30**
1.4.3 – A Justiça Restaurativa no Brasil **32**
2. VIOLÊNCIA E INDISCIPLINA NA ESCOLA: Legislação pertinente **35**
2.1 – A Educação na Constituição Federal de 1988 ..... **35**
2.2 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Lei 9.394/96 ..... **37**
2.3 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) **39**
2.4 - O Regimento Escolar **42**
2.5 – A legislação brasileira para a solução de conflitos **46**
3. O PROFESSOR MEDIADOR: Uma proposta de resolução de Conflitos **49**
3.1 – O professor como Mediador **49**
3.2 – O professor mediador **53**
4. - COMO CHEGAR À ESCOLA PESQUISADA: Os caminhos propostos **63**
4.1 - Instrumentos Metodológicos **66**
4.1.1 – Análise documental **66**
4.1.2 – Participantes da pesquisa **67**
4.1.3 – Entrevistas **68**
5 - PESQUISA DE CAMPO: A ESCOLA ALFA: Organização Escolar, Resolução de Conflitos e Professor Mediador **70**
5.1 – A Escola Alfa **70**
5.2 – Observações da estrutura física e funcional da escola **71**
5.3 – A indisciplina **73**
5.4 – A Proposta Pedagógica 2006 ..... **75**
5.5 – Plano Gestão (2007 – 2010) **79**
5.5.1 – Identificação da unidade escolar e caracterização **80**

5.5.2 – Objetivos da unidade escolar 81
5.5.3 – Metas e ações da unidade escolar 82
5.5.4 – Proposta Pedagógica 83
5.5.5 – Planos de curso 84
5.5.6 – Os Cursos e o Plano de Trabalho dos Núcleos 85
5.5.7 – Plano de Trabalho dos Núcleos, Acompanhamento, Controle e Avaliação da Proposta Pedagógica e do Plano Gestão 86
5.6 – Proposta de Escola de Tempo Integra 89
5.7 – Gestão Democrática na Escola Alfa 91
5.8 – Regimento Interno da Escola Alfa 94
5.8.1 – Analisando as Disposições Preliminares do Regimento Interno da Escola Alfa 95
5.8.2 – Da gestão democrática prevista no Regimento Interno da Escola Alfa 96
5.8.3 – A importância das normas de convivência 98
5.8.4 – O Processo de Avaliação, a Organização e o devem ser levados a sério na escola 100
5.8.5 – Os professores e suas funções, obrigações e direitos 103
5.8.6 – Os alunos, seus direitos e deveres segundo o Regimento Interno 105
5.8.7 – As sanções previstas no Regimento Interno 109
5.8.8 – O regimento Interno e a Organização da Vida Escola, suas Disposições Gerais e suas Disposições Transitórias 112
5.9 – Manual de Proteção Escolar e Promoção da Cidadania 113
5.10 – Normas Gerais de Conduta 116
5.11 – O Professor Mediador Escolar e Comunitário (PMEC) 120
5.11.1 – A criação do cargo do PMEC 128
5.11.2 – O PMEC na escola na visão de seus pares 132
5.11.3 – O PMEC: Observação e Trabalho 136
6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS 146
BIBLIOGRAFIA 154
APÊNDICE 161

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa é resultado da preocupação despertada por intermédio das experiências e vivências de um pesquisador que tem como base de seu trabalho a administração pública na área de segurança e, a educação como suporte para a realização desse trabalho. Trata-se aqui da educação que ensina a lidar com as questões da vida cotidiana e que proporciona a base do conhecimento para uma vida inteira.

Foi a Educação que me fez após doze anos de formação em Direito, mais especificamente no Direito Criminal uma vez que sou diretor de uma penitenciária no Estado de São Paulo, retornar aos bancos da Academia para, ao final de quatro anos de estudo, concluir o Curso de Pedagogia na UNESP no Campus de Marília. Meu Trabalho de Conclusão de Curso[1] versou sobre a educação no sistema prisional e despertou-me a vontade de invadir ainda mais o mundo da Educação para analisar as relações existentes entre essas duas áreas. Como os professores entendem a aproximação do Direito na escola, bem como a existência de profissionais da área jurídica envolvidos atualmente nas relações escolares.

A cada momento em nossas vidas é possível observar que essas relações estão sim em evidência, mas nem sempre da maneira que gostaríamos. Por que não verificar essa situação tirando proveito de minhas experiências pessoais? Por que não verificar o que é possível fazer a respeito das mais variadas situações envolvendo a violência e a indisciplina existentes dentro do ambiente escolar e quais as políticas públicas existentes para o enfrentamento de tais problemas? Responder a esses questionamentos faz parte dos objetivos deste pesquisador.

A preocupação inerente à situação das escolas, aos professores e a Educação como um todo no Brasil demonstra, na contemporaneidade, um comprometimento dos pesquisadores da educação com os problemas existentes no “ambiente escolar”.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) realizou, em maio de 2004, pesquisa sobre O Perfil dos Professores Brasileiros que revela situações existentes na realidade dos professores brasileiros que se refletem nas entrelinhas dos resultados alcançados pelos pesquisadores. Demonstra o perfil de quem atua nas salas de aula, suas preocupações e suas aspirações dentro de um contexto visivelmente grave e difícil de ser abordado.

---

[1] SOUZA, 2006.

Jorge Werthein (2004) destaca, na apresentação da pesquisa realizada, que ela se propõe a contribuir com educadores, universidades, governos, entidades e movimentos da sociedade civil destacando a importância da Educação e do professor na atualidade, afirma que este desempenha um papel essencial para "socialização do saber sistematizado ao longo da história humana e social" (UNESCO, 2004, p. 14). Werthein (2004) esclarece ainda que um dos objetivos da pesquisa é proporcionar a divulgação da realidade do educador e ao mesmo tempo, buscar suas necessidades e problemas.

A pesquisa UNESCO 2004 remete-nos ao pensamento de que este professor responsável pela educação que formará as gerações futuras e conceberá o desenvolvimento ou não da própria sociedade trabalha sob inúmeras condições, favoráveis e desfavoráveis e está cercado por uma série de situações que envolvem também a violência e a indisciplina. Estar convencido de tamanha responsabilidade implica em analisar essas condições e tentar oferecer resultados que possam ajudar os próprios profissionais da educação e as autoridades competentes.

Os temas relacionados à violência e à indisciplina causam um desconforto grande no ambiente escolar. Não se trata de algo fácil abordar temas que, apesar de tão atuais, são desconhecidos pelos educadores. O pensamento a respeito e a reação que pode advir de tais situações somente terão consistência quando vivenciados.

Ricci (1999, apud UNESCO, 2004) propõe como um dos fatores responsáveis pelo mal-estar dos professores europeus no final do século XX,

> "(i) mudanças na relação professor/aluno: o autor destaca a impunidade crescente dos alunos. Cita como ilustração, o número de agressões sofridas por professores, em 1979, nos Estados Unidos: 113 mil, envolvendo 5% do total de docentes do ensino público." (UNESCO, 2004, p. 29).

Podemos verificar assim, que a violência nas escolas, principalmente no que se refere ao professor, está posta como realidade. Em se falando de Brasil, podemos mencionar que os casos de violência fazem parte do dia-a-dia, sejam eles verbais ou físicos, colocando à prova a atuação sustentável do professor na sala de aula.

> Pesquisa inédita da UNESCO feita em seis capitais mostra que 30% deles já viram arma nas mãos de alunos. Fernanda Mena e Cláudia Collucci escrevem para a 'Folha de SP': A lousa, o caderno, o lápis e a borracha, tão comuns à sala de aula, não é de hoje convivem com o porte de armas, a atuação de gangues e o tráfico de drogas, o furto e a agressão física e verbal. 'Violência contra o professor é a coisa mais comum que há em escolas. Todos têm uma história para contar', diz o professor de geografia do ensino fundamental e médio João (todos os nomes de professores são fictícios), 38. O depoimento de João ilustra

> bem o resultado de um estudo inédito da Unesco (órgão das Nações Unidas para educação e cultura). Intitulada Pesquisa de Vitimização, o estudo entrevistou, em 2003, 2.400 profissionais de seis capitais brasileiras (SP, Rio, Salvador, Porto Alegre, Belém e Distrito Federal) e apontou que 86% deles admitem haver violência em seu local de trabalho. (JORNAL DA CIENCIA, 2004).

A violência existente nas escolas hoje faz com que o professor tenha medo de realizar suas atividades, tenha dificuldades para manter a disciplina e, conseqüentemente, poder atuar como deveria na formação dos seus alunos. A preocupação revelada pelos docentes na Pesquisa UNESCO, 2004, onde 54,8% afirmam que manter a disciplina é um problema em sala de aula, aparecendo em terceiro lugar em um rol de treze colocações, demonstra claramente que são notórias situações graves de indisciplina em sala de aula.

No que concerne ao relacionamento professor-aluno, mais precisamente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi extremamente conciso, tendo de maneira expressa apenas estabelecido que crianças e adolescentes têm o "direito de serem respeitados por seus educadores" (art. 53, inciso II). (BRASIL, 1990, p. 920). O direito ao respeito é um direito natural de todo ser humano, independentemente de sua idade, sexo, raça e condição social ou nacionalidade. No caso específico do Brasil esse direito é ainda garantido em diversas passagens da Constituição Federal, que coloca qualquer um de nós a salvo de abusos cometidos por outras pessoas e mesmo pelas autoridades públicas constituídas. Nas palavras de De Paula (1995, p. 100, 101):

> O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 53, inciso II, assegura o direito do aluno de ser respeitado por seus educadores. Isto decorre do direito ao respeito, mencionado no artigo 227 da Constituição Federal e definido no artigo 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente. (DE PAULA, 1995, p. 100, 101).

No mesmo texto De Paula (1995) menciona a necessidade do respeito mútuo, esclarecendo que é previsto em lei a necessidade de reciprocidade:

> Esclareça-se que o aluno também deve respeito aos diretores, professores e funcionários da escola. A conduta desrespeitosa poderá, até, configurar ato infracional[2] que, consoante definição do ECA, corresponde a qualquer crime ou contravenção penal, como, por exemplo, injúria. (DE PAULA, 1995, p. 101).

[2] Os chamados "atos infracionais" definidos no art. 103 da Lei nº. 8069/90, que devem ser apurados pela autoridade policial e, em procedimento próprio instaurado perante o Conselho Tutelar (no caso de crianças) ou Justiça da Infância e Juventude (no caso de adolescentes), resultarem na aplicação de medidas específicas já relacionadas pelo mesmo Diploma Legal citado. (Brasil, 1990)

Seu objetivo é reforçar a ideia de que crianças e adolescentes, na condição de cidadãos, precisam ser respeitados em especial por aqueles encarregados da nobre missão de educá-los, educação essa que obviamente não deve se restringir aos conteúdos curriculares, mas sim atingir toda amplitude do art. 205 da Constituição Federal, notadamente no sentido do "pleno desenvolvimento da pessoa", da criança ou adolescente e seu "preparo para o exercício da cidadania", tendo sempre em mente que, no trato com crianças e adolescentes, devemos considerar sua "condição peculiar" de "pessoas em desenvolvimento" (art. 6º da Lei nº. 8.069/90). (BRASIL, 1990, p. 918)

Da mesma maneira que a criança e o adolescente devem ser respeitados e ter os seus direitos garantidos, o professor também tem os seus direitos. A liberdade de expressão, o respeito, a possibilidade de desempenhar suas funções e viver de maneira digna dentro e fora da sala de aula são garantidos pela Constituição Federal também para os professores, que sendo respeitados e valorizados podem desenvolver suas atividades tranquilamente.

Quando Arroyo (2001) afirma que “O educador, como função social, deve dar conta do pleno desenvolvimento humano” (ARROYO, 2001, p. 46), podemos entender que este desenvolvimento que envolve os alunos também se estende ao seu próprio. Quais seriam os sentimentos e valores externalizados por uma pessoa ameaçada, agredida e que convive até mesmo com formas extremas de violência?

O Sindicato dos Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo (UDEMO) em pesquisa realizada em 2007 revelou que 86% das escolas públicas estaduais de São Paulo já sofreram algum tipo de violência. Entre as principais citadas, incluem-se danos materiais e violência contra a pessoa são: desacato a professores, funcionários e direção, (88%); briga - agressão física envolvendo alunos (85%); depredação (65%); pichação e dano a veículos (62%); arrombamentos (46%); invasão de estranhos (45%); furto (32%), tráfico/porte ou consumo de drogas (32%); porte/uso de arma (5%) (UDEMO, 2008).

As questões de indisciplina escolar não são problemas recentes e sempre existiram. Há registros de problemas existentes datados de dois mil anos antes de Cristo (VASCONCELLOS, 2009, p. 24), bem como os registros de violência mencionados por educadores em todas as localidades do país trazendo com eles a necessidade de saber como está sendo o enfrentamento de tais situações.

Segundo Zechi (2008), as pesquisas realizadas tendo como tema violência e indisciplina em escolas tiveram um aumento significativo a partir de 1998, sendo que 31 artigos foram publicados sobre a temática em periódicos científicos na área de Educação. Porém,

somente alguns se preocuparam com a pesquisa empírica, limitando-se à análise teórica e bibliográfica.

As políticas públicas idealizadas pelo Estado a partir da Constituição Federal de 1988 estão voltadas para a universalização do ensino público: todas as crianças estejam na escola. As consequências das políticas públicas ineficazes para a realização de tal intento estão dentro da própria escola, sendo que a violência e a indisciplina são partes dessas conseqüências. O enfrentamento dessa situação parece ser algo ainda tão distante, porém, medidas estruturadas e voltadas para a consciência de que o problema está posto e deve fazer parte do dia a dia da escola podem emergir nos lugares menos esperados como, por exemplo, dentro da própria escola.

A presente pesquisa tem como objeto o tema da violência e da indisciplina na escola, e busca encontrar na própria escola como esse enfrentamento está acontecendo, alternativas que possam servir de modelo para a solução de conflitos, que são idealizados e realizados no ambiente escolar com o auxílio da legislação vigente.

A escola está sujeita, assim como todas as instituições sociais existentes, aos mais diversos acontecimentos sociais, dentre os quais, a violência, que ora vem pura e simplesmente como violência, ora se “disfarça” de indisciplina, atingindo professores, coordenadores, alunos e todos aqueles que estão envolvidos no processo educativo. O espaço escolar divide com a família a obrigação da formação e da educação, sendo atualmente a principal responsável pelo desenvolvimento ou não das pessoas. Ou pelo menos assim é dessa forma que vem sendo visto.

A indisciplina e a violência na escola precisam ser estudadas, entendidas e soluções para o seu enfrentamento precisam ser divulgadas de forma simples, de fácil a todos para que o seu enfrentamento, aliando educadores, pais e Estado, possa acontecer de forma efetiva e diversificada, se adequando a cada espaço escolar e assim, desenvolvendo políticas públicas que atendam às necessidades existentes. Pesquisar a violência e a indisciplina no ambiente escolar envolve então, os próprios personagens que lá estão, trabalhando, estudando ou se desenvolvendo. Suas experiências e vivências poderão demonstrar o caminho a seguir, motivar mais alternativas e mostrar para a sociedade e o próprio meio escolar, que é possível encontrar soluções para os problemas existentes.

Para tanto se faz necessário o desenvolvimento de uma pesquisa que procure buscar na escola de hoje, com os educadores que lá trabalham com situações que tragam à tona a realidade e as possibilidades de reação e adequação. Compartilhamos com Alves-Mazzotti (2006), a necessidade de uma investigação qualitativa de uma unidade específica dentro de um

contexto vivenciado e que, tendo sido selecionada por razão desse contexto possibilitaria uma análise global dos fenômenos existentes em relação à violência e a indisciplina. (ALVES-MAZZOTTI, 2006, p. 650)

De acordo com Belas, (1998, p. 23),

> Por sua própria natureza, um Estudo de Caso provoca, em quem participa dele, um processo de reciclagem pessoal, de descobertas pessoais. Todos aqueles que estão envolvidos num estudo desse tipo acabam, de certo modo, vivenciando uma experiência de autodescoberta.

Ou ainda:

> O ponto forte do estudo de caso é sua capacidade de explorar processos sociais à medida que esses ocorrem nas organizações, permitindo uma análise processual, contextual e longitudinal das várias ações e significados que ocorrem e são construídos nas organizações. A natureza mais aberta da coleta de dados em estudos de caso permite analisar em profundidade os processos e as relações entre eles. (HARTLEY, 1994, p. 37)

Considerando as mais diversas situações de violência e indisciplina dentro das escolas brasileiras, mais especificamente falando daquelas localizadas no Estado de São Paulo, existe uma preocupação latente por parte de educadores e Estado. Em 2004, a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, em parceria com o Ministério de Justiça, implantou em algumas escolas públicas um projeto piloto que tendo como base o alto índice de violência e indisciplina, procuraria por intermédio de um sistema diferente a solução dos conflitos. Foram escolhidas algumas escolas em São Caetano do Sul (2004) e estendendo-se o projeto posteriormente a outras escolas de Guarulhos e São Paulo (2006), está última mais especificamente no Bairro Heliópolis, para a aplicação de um projeto que utilizaria a Justiça Restaurativa. Para a Organização das Nações Unidas Justiça Restaurativa é o processo através do qual todas as partes envolvidas em um ato que causou ofensa reúnem-se para decidir coletivamente como lidar com as circunstâncias decorrentes desse ato e suas implicações para o futuro. Esta implantação, ora baseada na parceria de Educação e Justiça, encontrou dificuldades e ainda são incipientes os resultados porventura obtidos com esta propositura (SANTANA, 2011).

Recentemente, a Secretaria Estadual de Educação idealizou uma nova alternativa. Surge então o “Professor Mediador Escolar e Comunitário”, com a função de, exclusivamente, tentar sanar problemas relativos às questões de violência e indisciplina dentro das escolas públicas paulistas. Esse novo personagem está presente em mil das 5,3 mil escolas do Estado de São Paulo e atua de forma efetiva nas situações relativas aos problemas existentes

no ambiente escolar. O cargo de professor mediador foi criado pela Resolução nº. 12 da Secretaria Estadual de Educação, de 12 de fevereiro de 2009, que institui o Sistema de Proteção Escolar na rede estadual de ensino de São Paulo (SÃO PAULO, 2009). Mas será que o Professor Mediador Escolar e Comunitário pode ser uma "ponte" para a abordagem das questões de violência e indisciplina dentro da escola? Esse profissional estaria, então, desenvolvendo um trabalho com os demais educadores dentro da escola que poderia tornar diferente essa relação com os casos existentes?

O objetivo deste trabalho é, então, em um primeiro momento abordar as alternativas existentes que podem ser utilizadas quando da ocorrência de situações de violência e indisciplina dentro da escola e a atuação da Secretaria Estadual de Educação, no intuito de levar ao conhecimento do educador o que existe para a contenção e coibição dos atos de violência e indisciplina existentes nas escolas, destacando a utilização da "justiça restaurativa" e do "professor mediador".

Em um segundo momento, objetivamos demonstrar as possibilidades de atuação do educador em consonância com a legislação vigente no que se refere às questões de violência e indisciplina. Discutiremos ainda a possibilidade de se sistematizar a legislação federal e estadual existente relativa ao tema e as conseqüências decorrentes da utilização de tal legislação dentro da escola. Desejamos questionar também qual o papel do Professor Mediador Escolar e Comunitário (PMEC) em face da legislação e como poderia, ou como está, desenvolvendo com os recursos existentes um trabalho que pudesse modificar uma realidade que, aparentemente está propensa somente a uma cultura de punição.

Finalmente, pretendemos, por meio de estudo de caso investigar uma escola da rede pública estadual com a finalidade de conhecer os meios encontrados pelos educadores dentro da escola para, utilizando-se da legislação vigente possam enfrentar o problema da violência e da indisciplina existentes. Queremos saber também se a escola tem um suporte adequado para tais situações e se existem orientações e estudos referentes à utilização da lei.

Estes três momentos da pesquisa nos levarão ao objetivo central deste trabalho que é buscar junto à escola pesquisada a possível existência de um pensamento, uma mentalidade que, independente da formalidade da lei ou da justiça, se destaque como algo novo, diferente, nas questões relacionadas aos problemas de violência e indisciplina. Quem sabe talvez em decorrência das constantes mudanças da lei e da sociedade, uma mentalidade restaurativa. Queremos saber também como o professor está se adaptando as mudanças postas e se a figura do professor mediador escolar e comunitário está sendo um fator colaborador neste

processo. Queremos investigar ainda a maneira como o educador poderia, ou está participando dessas novas propostas de enfrentamento da violência e da indisciplina.

Não é nossa intenção de esgotar o assunto, mas sim possibilitar – valendo-nos de minha experiência como administrador público na área de segurança -, uma visão legal e, ao mesmo tempo, como educador uma visão voltada para a incansável procura de meios adequados para a possibilidade de ter uma escola que saiba lidar com tais problemas.

Um estudo realizado dentro da escola com os principais responsáveis pela educação certamente suscitará a necessidade de medidas efetivas para a compreensão e valorização da educação existente hoje, com suas dificuldades, preocupações e necessidades para, por fim, identificar parte da realidade e o que pode ser feito para o “pleno desenvolvimento” da Educação como um todo.

Desta forma a pesquisa realizada é social e academicamente relevante, uma vez que se propõe a trazer a luz reflexões sobre o tema tratado, bem como fornecer informações significativas para pesquisadores e educadores no que se refere ao dia a dia do ambiente escolar.

1 - ALTERNATIVAS PARA A SOLUÇÃO DE CONFLITOS: Um pouco de sua história

A violência que aflora no meio escolar demanda uma preocupação evidente de todos aqueles que fazem parte do processo educativo. A procura por meios não violentos e não contundentes para mediar a relação interpessoal merece destaque. Para o início deste trabalho torna-se primordial um aprofundamento acerca do tema da violência e da indisciplina antes de tentar alcançar possíveis soluções. Para tanto buscamos nas informações e considerações de autores que se destacam em relação ao assunto as mais recentes inovações para o enfrentamento da violência e da indisciplina nas escolas no que se refere à Educação Brasileira.

Talvez as soluções que, ao mesmo tempo, se enquadrem na legislação brasileira vigente e possibilitem uma cultura de paz dentro da escola não estejam tão distante. A busca da teoria e sua relação com a prática são essenciais para a efetivação de medidas que realmente venham a produzir o efeito desejado, ou seja, um ambiente de aprendizagem harmônico e respeitoso.

1.1. Justiça Comunitária

Segundo Howard Zehr[3], os meios alternativos para a solução de conflitos existentes na sociedade são muito antigos, anteriores a Idade Moderna (ZEHR, 2008, p. 95). O contexto existente na época era interpessoal, ou seja, o que importava era o dano causado, ficando a não violação das leis, a ordem social e a moral em segundo plano. A concepção de justiça era diferente da concepção atual. A maioria dos conflitos era resolvida com base na compensação do dano causado.

A família, a comunidade, a Igreja e os líderes comunitários desempenhavam papéis importantes na solução dos conflitos, sendo sempre os principais interessados, vítima e ofensor, os maiores responsáveis pela solução do problema existente. A justiça exercia, deste modo, um papel de mediação, de negociação, mais do que um processo de aplicação de regras ou de normas. (ZEHR, 2008, p. 96).

[3] Professor de sociologia e de justiça restaurativa no curso de graduação em Transformação de Conflitos da Eastern Mennonite University em Harrisonburg, Virginia, EUA, e co-diretor do Center for Justice and Peacebuilding. Criou e dirigiu a iniciativa que hoje é chamada de Centro de Justiça Comunitária, o primeiro programa de reconciliação entre vítimas e infratores dos Estados Unidos. Além de professor e escritor, Howard Zehr é também consultor, conferencista e multiplicador internacional, atendendo a profissionais de direito e instituições no mundo todo. Ele continua atuando dentro do sistema de justiça criminal dos Estados Unidos, dando suporte ao trabalho com as vítimas, e vem orientando seu trabalho de pesquisa para o estudo das vítimas e a aplicação da justiça restaurativa nos casos de violência grave. (ZEHR, 2008)

Existiam árbitros ou mediadores, que conduziam as negociações entre ofensor e vítima, que ao se inserirem neste contexto comunitário, acabavam negociando uma solução considerada “justa”, efetivada pela comunidade.

A grande maioria dos conflitos existentes era resolvida pela negociação, sendo que somente os delitos mais graves ou aqueles que não eram resolvidos pela negociação passavam para a apreciação das cortes. Mesmo nesses casos as soluções continuavam visando o interesse das partes. Não havia assim, uma justiça pública que resolvia os conflitos baseada no dano causado, mas sim uma “justiça privada” que tinha como objetivo as partes civis interessadas no caso e consequentemente, a restauração do equilíbrio na comunidade.

Ao final de todo o processo, se não acontecesse uma solução consensual entre as partes, existiam duas opções, dois caminhos a seguir. Uma opção retributiva, que era baseada na vingança, porém que era tratada com muita cautela, pois poderia desencadear ainda mais violência e outra judicial, que era baseada na apelação para os tribunais institucionais da época.

O maior objetivo dessas duas alternativas era forçar uma negociação, uma vez que a violência causada pela vingança, bem como a decisão tomada pelos tribunais tirava das mãos das partes a decisão por uma negociação que compensasse a vítima, não abusasse do ofensor e pudesse assim restaurar o dano causado, o equilíbrio que era necessário para a vida em sociedade existente na época.

> Contudo, os acordos compensatórios negociados que orientavam a justiça comunitária representam uma visão alternativa de crime e justiça bastante importante. Os conceitos tradicionais de justiça reconheciam que uma pessoa tinha sofrido um mal, que as pessoas envolvidas constituíam o foco da solução do conflito, e que a reparação do dano era fundamental. A justiça comunitária valorizava muito a manutenção dos relacionamentos e a reconciliação. Portanto, o paradigma da justiça comunitária talvez refletisse a realidade do crime melhor do que o nosso paradigma atual mais racional. (ZEHR, 2008, p. 102)

Estamos falando de um período medieval, onde os interesses das vítimas e o que seria melhor para compensar o dano causado pelo ofensor eram os principais objetivos. Esse pensamento prevaleceu até os séculos XI e XII quando surge um novo pensamento, mudando drasticamente a visão do crime e da justiça. Essas mudanças implicaram em uma visão diferente, onde o interesse do Estado passa a prevalecer. As mudanças enfrentaram muitas resistências e somente se concretizaram a partir do século XIX, quando o interesse das

partes deixou definitivamente de ser tão importante no conflito e a possibilidade de retribuição e reconciliação foi colocada em segundo plano.

O Estado começou como mero investigador e aos poucos foi se inserindo nas comunidades para assumir o papel de acusador, uma vez que era então, a vítima. Por volta de 1498 a lei francesa estabeleceu que o rei ou o seu procurador era parte em todas as ações. A coroa passou a partir de então a alegar que quando a paz fosse violada, o Estado era a vítima. (ZEHR, 2008, p. 105)

Considerando a escola, tal qual o é, como comunidade[4], não poderíamos analisar sob essa mesma ótica as situações em que as partes interessadas se relacionam como no caso de ocorrências de descumprimento de normas, especialmente no que se refere à violência? Isto é, poderíamos aproveitar situações da realidade escolar para utilizar a justiça comunitária? A participação dos pais, responsáveis, da vítima e do ofensor buscando uma solução pacífica e demonstrando um interesse comunitário não estaria acima do fato de considerar o Estado como ofendido nesse processo? Creio que podemos aproveitar, em comum acordo com a realidade de cada escola, muitos ensinamentos advindos da medieval justiça comunitária medieval.

1.2 - A Justiça Bíblica

A Bíblia diz muito sobre assuntos como crime e justiça. A princípio podemos citar a passagem da Lei de Talião “olho por olho e dente por dente”, ou seja, deve se receber o castigo correspondente ao erro ou ofensa cometidos na mesma monta. Porém, ao analisar a passagem em que Abel matou Caim, percebe-se que não lhe foi imposta a pena de morte. Então qual seria o pensamento bíblico acerca da justiça, do crime, dos conflitos existentes em sociedade?

Alguns trechos da Bíblia parecem dar destaque à retribuição como castigo para um infrator, porém outros enfatizam o perdão, a reconciliação e a paz, sendo que este último nos parece ser o mais importante para a discussão em pauta.

Quando Howard Zehr analisa a mensagem *Shalom* existente no contexto bíblico, tanto no Antigo como no Novo Testamento, destaca que significa “uma crença central básica em torno da quais muitos outros valores importantes se organizam.” (ZEHR, 2008, p. 124). Assim, tudo que for feito deve ser baseado em *Shalom*, para se compreender a salvação, a

[4] Comunidade, s. f. Associação de pessoas que tem os mesmo objetivos. (BUENO, 2000)

remissão, o perdão, a justiça e a paz é preciso partir de *Shalom*. É preciso prevalecer a harmonia, o equilíbrio entre as coisas.

A justiça divina baseava-se em duas esferas, a justiça social que visa a reparação do dano causado, que visava o restabelecimento do equilíbrio social, e a justiça criminal, que devia estipular um castigo ao ofensor. Vale salientar que a justiça bíblica é holística e vê as duas esferas como parte de um todo e que a injustiça de qualquer tipo, em qualquer uma das esferas contraria *Shalom.* (ZEHR, 2008, p. 131)

A intenção maior é a de corrigir os erros, fazer com que o "*status quo"* seja re-estabelecido, promover a paz e a continuidade da vida em sociedade. A reconciliação como aconteceu quando Moisés conduziu o povo para a terra prometida, que formou a aliança ou a morte e crucificação de Jesus Cristo que significavam para a Igreja a formação de uma nova aliança, tudo deveria levar a *Shalom*, ou seja, as pessoas e suas relações deveriam permanecer em harmonia.

> Do ponto de vista bíblico a prova de justiça não se dá verificando se as regras corretas foram aplicadas da maneira certa. O teste da justiça é o resultado. A árvore se conhece pelos frutos. É o mérito, e não o procedimento, o que define se foi feita justiça. E qual deve ser o resultado? O critério decisivo é o modo como os pobres e oprimidos são afetados. (ZEHR, 2008. p. 133)

Sem querer me aprofundar a questão bíblica ou religiosa, o que cabe destacar é que desde os primórdios da humanidade as questões relativas aos conflitos existentes nas comunidades e sociedades foram tratadas de forma a prevalecer o interesse das pessoas. Entretanto hoje, a justiça se preocupa em fazer com que as normas sejam cumpridas por interesse do Estado, considerado este como vítima e principal interessado.

Assim sendo, a concepção de justiça dos nossos antepassados era um pouco diferente, ou melhor, bem diferente da nossa concepção. Não é preciso nos esforçarmos muito para verificar que em períodos anteriores da história havia uma preocupação maior com a vítima, com a reparação dos danos causados pelo ato e com a retomada da harmonia "quebrada". O objetivo da justiça em um contexto bíblico, por exemplo, não é o de simplesmente punir, mas de redimir, fazer com que as coisas fiquem como devem ser. A restauração do equilíbrio e da paz prevalece e as pessoas são as principais personagens desses eventos. O quadro abaixo destaca as diferenças entre a justiça contemporânea e a justiça bíblica na visão de Howard Zehr e deixa claro que "[...] Nosso sistema judicial é, acima de tudo, um sistema para discutir culpa. Conseqüentemente está centrado no passado. A justiça bíblica

busca antes resolver os problemas, encontrar soluções, retificar o que não está bem e olhar para o futuro.” (ZEHR, 2008, p. 144)

QUADRO 1 – Comparação entre a Justiça Contemporânea e a Justiça Bíblica

Justiça contemporânea	**Justiça bíblica**
1. Justiça dividida em partes, cada qual com regras distintas.	1. Justiça vista como um todo integrado.
2. Administração da justiça enquanto investigação de culpa	2. Administração da justiça enquanto busca de soluções.
3. A justiça é avaliada por regras, procedimentos.	3. A justiça é definida por resultados, pelo mérito.
4. Foco em infligir dor.	4. Foco em retificar.
5. Punição como fim.	5. Punição como redenção, *Shalom*.
6. Retribuição baseada no “merecido castigo”.	6. Justiça baseada na necessidade, não no merecimento.
7. Justiça oposta à misericórdia	7. Justiça baseada na compaixão e no amor
8. Justiça neutra, que alega tratar a todos igualmente.	8. Justiça parcial e justa
9. Justiça enquanto mantenedora do s*tatus quo.*	9. Justiça ativa e progressiva, que transforma o *status quo.*
10. Foco na culpa e em princípios abstratos.	10. Foco no dano causado.
11. O crime como violação de regras.	11. O crime como violação de pessoas, relacionamentos, *Shalom*.
12. Culpa como algo imperdoável.	12. Culpa perdoável, embora perdurem obrigações.
13. Diferenciação entre “ofensores” e os demais.	13. Reconhecimento de que somos ofensores.
14. O indivíduo é o único responsável: o contexto social-político não importa	14. Responsabilidade individual, porém num contexto holístico.
15. Ação como livre escolha.	15. Ação como escolha, mas reconhecendo o poder do mal
16. Lei como proibição.	16. A lei como “sábia orientação”, mestre, ponto de partida para a discussão.
17. Foco na letra da lei.	17. O mais importante é o espírito da lei
18. O Estado como vítima.	18. As vítimas são as pessoas e *Shalom*.
19. Justiça a serviço da divisão.	19. A justiça a serviço da união.

Fonte: ZEHR, 2008. p. 143-144.

Para melhor esclarecer as diferenças entre a justiça contemporânea (basicamente retributiva) e a justiça bíblica (restauradora das relações humanas) apresentadas no quadro foi feita uma pequena exposição dos pensamentos apresentados pelo autor, dividindo em pequenas explicações posteriores a linha de raciocínio proposta.

Cabe inicialmente uma explicação quanto aos subtítulos existentes no quadro. Enquanto a justiça bíblica, exposta no presente item, se refere a uma maneira de resolução de conflitos que ocorriam há séculos atrás, a justiça contemporânea se refere ao sistema atual de justiça utilizada na grande maioria das civilizações modernas. Deve ser compreendida como uma justiça que atinge boa parte da civilização atualmente, com suas normas expressas em textos detalhados que elencam os crimes passíveis de punição por infringirem as regras do convívio em sociedade, bem como todo o procedimento formal que deve ser utilizado para o

cumprimento da lei. A forma de retribuição para um crime cometido é uma punição expressa que deverá ser aplicada para efetivar a soberania da lei e da própria sociedade. Não há, portanto, qualquer tipo de pensamento relativo à reestruturação dos danos causados pelo ato praticado, seja para o ofensor ou para a própria vítima.

Como descrito no Quadro 1, a justiça contemporânea tem seus procedimentos baseados na lei que por si mesma os divide em partes. Por exemplo, o Delegado de Polícia investiga, conclui e encaminha ao promotor o que descobriu. Este por sua vez analisa o relato do delegado e enquadra o individuo na "letra da lei" [5] e encaminha para o juiz. Finalmente há novamente interrogatórios e uma decisão final. Há, por conseguinte, uma divisão de tarefas impostas pela lei e que devem ser fielmente cumpridas. Pela justiça bíblica todas as partes envolvidas estão diretamente ligadas, participando de todo o procedimento.

Na justiça contemporânea a justiça se baseia na investigação da culpa, ou seja, não importam os possíveis danos ocorridos para a vítima ou motivos pelos quais aconteceram os fatos, o enquadramento na lei prevalece, enquanto que na justiça bíblica a maior preocupação é a busca de soluções, maneiras de se restaurar os danos causados com o ato praticado.

As regras são as bases da justiça contemporânea. Se elas foram cumpridas no procedimento efetuado para encontrar o culpado, a justiça foi feita. No caso da justiça bíblica, o importante é o desfecho dos procedimentos realizados, o resultado alcançado; esse sim inspira mudanças ou não nas formas de aplicação das regras.

Há na justiça contemporânea uma necessidade explícita de vingança, punição, enquanto que na justiça bíblica o mais importante era a reparação do dano causado e o restabelecimento da harmonia. Enquanto a base da justiça contemporânea consiste em satisfazer a raiva ou ao ódio gerados pelo ocorrido, na justiça bíblica há uma constante necessidade de poder recriar uma convivência pacífica, baseada na utilização da redenção, da compaixão e do amor.

O clássico símbolo da justiça contemporânea, a estátua que vendada segura a balança tenta expressar a idéia de igualdade e imparcialidade. Neste ponto concordamos com Howard Zehr (2008) quando analisa a tentativa da justiça atual de ser igualitária. Porém, ao tratar a todos com igualdade está sendo injusta.

Pode parecer contraditório, mas um crime cometido por um indivíduo, seja qual for, é tratado pelas regras, pela lei, de forma fria e calculista, sem levar em consideração o

[5] "Letra da Lei": termo muito utilizado na linguagem jurídica, que significa exatamente da forma descrita na legislação. A lei deve ser aplicada letra por letra.

histórico anterior do autor do delito, a forma como ocorreu o evento. Não se trata, tão pouco, de se levar em conta o pensamento e a possibilidade de satisfação da vítima. Assim, observamos diversas pessoas que estão "atrás das grades" que se fossem tratadas de forma diferenciada poderiam estar livre e servindo bem melhor à sociedade. Um grande exemplo são os juízes que por sua experiência e vivência utilizam-se de penas e medidas alternativas como sanção e, assim, sem descumprir a lei podem, tratando desigualmente certos indivíduos, equilibrar as relações sociais. Infelizmente não há uma "regra" para tais procedimentos. Como na citação da justiça bíblica a justiça pode ser sim, "parcial e justa".

Continuando, o "*status quo*", ou situação inicial citado como foco da justiça contemporânea, que se baseiam nas regras, leis que são estritamente abstratas, sem sentimentos, são o oposto do pensamento da justiça bíblica segundo a qual não pode ser retomada a situação inicial sem que haja uma transformação da realidade. A situação inicial continuaria com o problema, onde ocorreriam novos crimes. A justiça contemporânea é totalmente vinculada às leis, considerando que essas leis por si mesmas fariam a própria justiça enquanto a justiça bíblica busca sempre a harmonia, "*Shalom"* entre as pessoas.

Enquanto a culpa provoca um desejo de castigo e é imperdoável para a justiça contemporânea, na justiça bíblica a culpa é perdoável e perdão que pode ser efetivado por intermédio das obrigações geradas no processo efetivarem-se, sem, contudo criar impunidade.

Segundo Howard Zehr a justiça contemporânea vê os ofensores como pessoas que se diferenciam da sociedade por crimes que cometeram, assim, devem ser separadas e assim ficarão marcadas para sempre. Já para a justiça bíblica todos somos iguais, inclusive nos erros que cometemos. Assim enquanto que na justiça contemporânea o indivíduo é o causador de tudo, na justiça bíblica o indivíduo está inserido em um contexto maior e, apesar de ter agido em desacordo com a lei merece ser ouvido e ter a possibilidade de redenção.

A justiça bíblica reconhece a presença do "mal" influenciando na vontade do ofensor, diferentemente da justiça contemporânea que entende a livre escolha do ofensor como única razão para o fato.

A forma com que a justiça contemporânea vê a lei é, assim, obviamente direcionada para uma série de proibições que os indivíduos que fazem parte da sociedade têm que seguir. O objetivo maior é o Estado, a lei, que é soberana e é vista como aquela que não pode ser descumprida de forma alguma. Ela é o principal ator, o centro das atenções. Aquele que não atender às suas exigências deverá ser segregado e punido severamente.

Já para justiça bíblica a lei é o meio pelo qual se pode tratar qualquer erro, e não o seu fim. As normas devem convergir para a melhor forma de convivência entre as

pessoas. Não é o Estado que está sendo ofendido, não é a lei o ator principal e sim as pessoas envolvidas no processo. Elas devem ser ouvidas e respeitadas com o objetivo de que haja restauração do equilíbrio. A volta de "*Shalom*", da harmonia.

Enquanto a justiça contemporânea tenta utilizar a divisão para solucionar os problemas, a justiça bíblica procura na união um meio de harmonizar a sociedade. Apesar de um pouco poética e tendo muito a ver com a questão religiosa de encarar a realidade, a justiça bíblica possui muitos princípios que, apesar de tão antigos como ressalta Howard Zehr (2008), trazem à tona uma forma diferenciada de se enfrentar os problemas relacionados com a violência.

Não seria diferente na escola, onde ocorrem as mais diversas situações relacionadas a questões que infringem normas de conduta e regulamentos externos. A procura da união, da harmonia, do equilíbrio, da redenção poderia colocar os interesses das relações humanas em um patamar superior à "letra da lei"? A busca por normas internas e externas com um "espírito" voltado para a cultura da "sábia orientação" poderia transformar a realidade? São perguntas intrigantes e que somente cada escola poderia responder.

1.3 - VORP: Movimento de Reconciliação entre Vítimas e Ofensores

O movimento de reconciliação entre vítimas e ofensores (VORP) nasceu de um projeto desenvolvido inicialmente no Canadá. Chegou aos Estados Unidos em 1977-78, em Elkhart, Indiana, por meio de um projeto semelhante. (ZEHR, 2008, p. 150) Consiste em um processo de reconciliação entre a vítima e o ofensor, onde todo o procedimento é extrajudicial, sem a utilização da justiça.

São realizados encontros com ênfase em três elementos principais: os fatos, os sentimentos e os acordos. Pessoas treinadas para esses encontros recebem o nome de mediadores ou facilitadores e são, de preferência, membros da comunidade. Tais facilitadores não estão no VORP para impor suas concepções ou opiniões, mas para incentivar um desdobramento que resulte em uma solução amigável e satisfatória para ambas as partes diante do conflito.

Após os encontros as partes chegarão a um acordo que poderá compreender uma compensação financeira, uma prestação de serviço para a comunidade ou até mesmo o trabalho para a vítima. Um acordo, contrato é assinado e os termos externarão como as partes irão se comportar mutuamente no futuro. (ZEHR, 2008, p. 152)

Partindo do objetivo dos encontros, os fatos deverão ser narrados pelo ofensor, com a finalidade de esclarecer possíveis dúvidas da vítima, do por que foi escolhido, como aconteceu o fato, ou se estivesse presente na ocasião do dano o que faria.[6] A intenção é expressar e explorar os sentimentos relativos ao crime e tirar todas as dúvidas, pensamentos e fantasias que geram desconfiança e insegurança e não deixam a vítima superar o acontecimento.

Cabe aqui expressar a experiência de ser assaltado vivida por este pesquisador. Aconteceu no centro da cidade de Marília e fez com que pudesse sentir toda a impotência de ser vítima. Apesar de trabalhar com segurança durante quase vinte anos, o fato de ter uma arma apontada para a cabeça dentro do carro era uma circunstância pela qual jamais havia passado. O desfecho foi o melhor possível sem desdobramentos e nem lesões físicas. Porém, posso afirmar que os dias, semanas e meses seguintes de minha vida foram de uma confusão muito grande de pensamentos e sentimentos. As noites mal dormidas, a rememoração incessante, e a dúvida sobre o que teria acontecido se eu tivesse agido desse ou daquele jeito.

Os casos atendidos pelo VORP são, em sua maioria, encaminhados pelo próprio sistema judicial, porém podem partir também por iniciativa da vítima ou do ofensor, que, na hipótese de ser uma escolha do segundo, às vezes, usa como subterfúgio para escapar do processo judicial. Nesse caso, porém ele se coloca a disposição de uma forma de contrato onde assume muito mais obrigações do que indo para a cadeia.

A ação do VORP implica em uma série de reuniões e encontros que terão que proporcionar para a vítima uma espécie de reestruturação pessoal. Assim, o ofensor terá que assumir a culpa, se arrepender efetivamente do ocorrido e entrar em acordo para restaurar, reparar o mal causado com seus atos. Isso não é algo fácil de compreender, porém, em pesquisa realizada nos casos atendidos pelo VORP, indica que 97% das vítimas e cerca 91% dos ofensores que participaram dessa experiência e consideraram válida, possível de ser replicada, inclusive recomendando-a a todas as vítimas.

Ao final do procedimento, o contrato assinado implica em compromisso de cumprimento de todos os termos do acordo por parte do ofensor, estando durante o tempo determinado pelo acordo, em livramento condicional[7]. Há um acompanhamento pelo oficial da

[6] Neste caso a menção é sobre crimes ocorridos contra o patrimônio, ou seja, se ocorre um furto na residência da vítima, por exemplo, o que teria acontecido se a vítima estivesse presente no momento do furto.
[7] Livramento Condicional – Permissão dada ao condenado que já cumpriu determinado período de pena privativa de liberdade e que, preenchendo os requisitos legais, pode ser libertado antecipadamente (CP: arts. 83 a 90, 112, I, e 113; CPP: arts. 581, XII, e 710 a733).

condicional e ao final do cumprimento do contrato as partes se reúnem novamente para efetivar e encerrar todo o procedimento cumprido.

> Mas o VORP faz justiça? No estudo do Meio-Oeste dos EUA perguntou-se a vítimas e ofensores o que entendiam por justiça e se eles achavam que ela tinha sido feita. Cerca de 80% das vítimas e dos ofensores que haviam passado pelo VORP entendiam que tinha sido feita justiça em seu caso particular. As definições de justiça foram variadas, mas ideais comuns foram as de "corrigir as coisas" (um conceito bíblico!), responsabilizar os ofensores e "justiça e equidade na solução de contendas". (ZEHR, 2008, p. 156)

Apesar dos resultados já conseguidos pelo VORP, o movimento como um todo é questionado quanto à clareza dos seus objetivos e valores. Seu objetivo básico não foi ainda definido com exatidão: seria de constituir uma pena alternativa, recuperar o ofensor, ajudar vítimas e/ou envolver a comunidade? Segundo Howard Zehr é por intermédio desses objetivos definidos que o VORP afirmará o seu funcionamento na prática. (ZEHR, 2008, p. 159)

No caso do Brasil, mais especificamente do Estado de São Paulo podemos citar os exemplos das Penas e Medidas Alternativas cuja responsabilidade de aplicação cabe às Centrais de Penas e Medidas Alternativas (CPMA). São 41 Centrais em todo o estado que vem atendendo e fazendo cumprir grande parte das decisões que se referem aos delitos ocorridos com pequeno potencial ofensivo.

Diferentemente do VORP, as CPMAs tem um cunho judicial sendo as penas e medidas são aplicadas judicialmente, ou seja, por uma sentença de um juiz. O objetivo é distinguir delitos que por serem menos ofensivos não exigiriam mandar o ofensor para a prisão. Porém, nessa prática, não existe uma valorização da relação entre vítima e ofensor como acontece no VORP, estando ela focada apenas no processo retributivo à sociedade, através da prestação de serviços comunitários.

É possível identificar questionamentos em relação à prática estabelecida pelo VORP. Um questionamento diz respeito à desconfiança existente com relação aos resultados obtidos, uma vez que o pensamento predominante é aquele em que deve haver uma vingança, como a prisão, por exemplo. O outro enfoca a necessidade da participação da Justiça para solucionar os conflitos, caso contrário poderia surgir dúvidas em relação à seriedade do procedimento ocorrido.

Mais uma vez destacamos o caráter humano das relações efetivadas em um procedimento usado para a restauração de um dano causado pela ocorrência de violência. É

possível observar que no procedimento realizado pelo VORP surge um elemento a mais do que aqueles existentes na justiça comunitária e bíblica, vistas anteriormente. O fato de se preocupar com as conseqüências do ocorrido para a vítima. Como foi relatada no início deste item, a experiência pessoal de ser vítima não é nada agradável.

Tomando como exemplo os casos incessantes de "*bullying*" existentes nas escolas brasileiras, a resolução de conflitos com enfoque no entendimento dos motivos que levaram ao caso de violência não seria interessante? O procedimento que visa utilização de uma maneira de pacificar as relações existentes não seria de grande valia nestes casos? O sentimento da vítima, os motivos que levaram ao acontecimento, a reparação do dano causado na relação humana existente poderiam ser uma forma efetiva de harmonizar o ambiente escolar. São ensinamentos do VORP que, apesar de provocar dúvida em relação aos seus resultados como já vimos, expressa na opinião das pessoas que participaram do programa a relevância de seus métodos.

1.4 – Justiça Restaurativa

1.4.1 – Origem e conceito da Justiça Restaurativa

O tema referente à Justiça Restaurativa é algo novo no Brasil. Surgiu com experiências trazidas de outros países, baseado principalmente na Nova Zelândia e Canadá. Essas práticas chamadas de restaurativas são muito antigas e resultam de tradições de povos indígenas.

> Dois povos fizeram contribuições profundas e muito específicas às práticas nesse campo: os povos das primeiras nações do Canadá e dos Estados Unidos e os Maori da Nova Zelândia. Mas de muitas maneiras a justiça restaurativa representam a validação de valores e práticas que são característicos de muitos grupos indígenas. (ZEHR, 2008, p. 256)

As práticas restaurativas ganharam mais divulgação na década de 70, nos Estados Unidos e na Europa. Em 1990, após reivindicação dos povos aborígines Maoris, a Nova Zelândia adotou em sua legislação as práticas restaurativas como mecanismo para a solução de conflitos em sua legislação.

Surgiram então outros modelos como o sul africano criado após o *apartheid.* Houve uma expansão para a Inglaterra e País de Gales. Na América do Sul surgiram modelos

na Colômbia, com previsão constitucional, e modelos também surgiram no Chile e na Argentina.

No Brasil, em 2004, após a sugestão de implementação de projetos pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), foram iniciados três projetos-piloto, sendo as cidades contempladas Porto Alegre, abrangendo jovens infratores, Brasília-DF, onde a abordagem é para adultos e nas cidades de São Paulo (Bairro Heliópolis), Guarulhos (2006) e São Caetano do Sul (2004), onde o enfoque seria uma abordagem restaurativa visando à coibição de conflitos existentes dentro de escolas públicas.

Para Howard Zehr,

> A justiça restaurativa [...]
> 1. Tem foco nos danos e conseqüentes necessidades (da vítima, mas também da comunidade e do ofensor).
> 2. Trata as obrigações resultantes desses danos (obrigações do ofensor mas também da comunidade e da sociedade).
> 3. Utiliza processos inclusivos e cooperativos.
> 4. Envolve todos os que têm um interesse na situação (vítimas, ofensores, a comunidade, a sociedade).
> 5. Busca corrigir os males. (ZEHR, 2008, p. 257)

Assim, segundo a abordagem de Zehr e analisando os objetivos de um procedimento que visa à restauração de uma estabilidade que foi quebrada por um conflito grave (violência ou indisciplina), a justiça restaurativa é uma prática que envolve as pessoas diretamente envolvidas no conflito, onde, um coordenador das ações chamado de facilitador orientará, no encontro e fará com que os participantes (vítima, ofensor, amigos, família e comunidade) participem e partilhem o problema existente e ajudem a buscar a melhor solução possível para todos.

1.4.2 – Procedimentos característicos da Justiça Restaurativa

A Justiça Restaurativa se baseia em um procedimento diferenciado no sistema judiciário existente no Brasil hoje, que tem um caráter retributivo, ou seja, onde prevalece a punição, a pena. Tanto quanto os exemplos citados no princípio do capítulo, a justiça comunitária, a justiça bíblica e o VORP, a Justiça Restaurativa oferece um sistema de valores que traduz a forma de manter a convivência, a possibilidade de restaurar o dano causado, é a tentativa de reconstituição do conviver antes do fato ocorrido que gerou uma quebra da estabilidade. (ZEHR, 2008, p. 265). Para Howard Zehr a Justiça Restaurativa é uma justiça que

busca em primeiro lugar atender necessidades e endireitar as situações e re-conduzir as coisas para o jeito que elas eram anteriormente. Atualmente o Sistema Judiciário Brasileiro tem como cerne a culpa e a dor. Sua visão se resume no quadro abaixo:

QUADRO 2 – Diferenças entre a visão da Justiça Retributiva e da Justiça Restaurativa

Lente Retributiva	Lente Restaurativa
1. A apuração da culpa é central	1. A solução do problema é central
2. Foco no passado	2. Foco no futuro
3. As necessidades são secundárias	3. As necessidades são primarias
4. Modelo de batalha, adversial	4. O diálogo é a norma
5. Enfatiza as diferenças	5. Busca traços comuns
6. A imposição de dor é a norma	6. A restauração e a reparação são a norma
7. Um dano social é cumulado ao outro	7. Enfatiza a reparação de danos sociais
8. O dano praticado pelo ofensor é contrabalançado pelo dano imposto ao ofensor	8. O dano praticado é contrabalançado pelo bem realizado
9. Foco no ofensor: ignora-se a vítima	9. As necessidades da vítima são centrais
10. Os elementos-chave são o Estado/ofensor	10. Os elementos-chave são vítima/ofensor
11. Falta informação às vítimas	11. As vítimas recebem informações
12. A restituição é rara	12. A restituição é normal
13. A “verdade” das vítimas é secundária	13. As vítimas tem a oportunidade de “dizer a sua verdade”
14. O sofrimento das vítimas é ignorado	14. O sofrimento das vítimas é reconhecido e lamentado
15. O Estado age em relação ao ofensor; o ofensor é passivo	15. O ofensor tem participação na solução
16. O Estado monopoliza a reação ao mal feito	16. A vítima, o ofensor e a comunidade têm papéis a desempenhar
17. O ofensor não tem responsabilidade pela solução	17. O ofensor tem responsabilidade pela solução
18. Os resultados incentivam a irresponsabilidade do ofensor	18. O comportamento responsável é incentivado
19. Rituais de denúncia e exclusão	19. Rituais de lamentação e reordenação
20. Denúncia do ofensor	20. Denúncia do ato danoso
21. Enfraquecimento dos laços do ofensor com a comunidade	21. Reforço da integração do ofensor com a comunidade
22. O ofensor é visto de modo fragmentado: a ofensa o define	22. O ofensor é visto de modo holístico
23. O senso de equilíbrio é conseguido pela retribuição	23. O senso de equilíbrio é conseguido pela restituição
24. O equilíbrio é alcançado rebaixando o ofensor	24. O equilíbrio é alcançado soerguendo vítima e ofensor
25. A justiça é avaliada por seus propósitos e pelo procedimento em si	25. A justiça é avaliada por seus frutos e resultados
26. A justiça como regras justas	26. A justiça como relacionamentos saudáveis
27. Ignora-se o relacionamento vítima-ofensor	27. O relacionamento vítima-ofensor ´central
28. O processo aliena	28. O processo visa reconciliação
29. Reação baseada no comportamento pregresso do ofensor	29. Reação baseada nas conseqüências do comportamento do ofensor
30. Não se estimula o arrependimento e o perdão	30. Estimula-se o arrependimento e o perdão
31. Procuradores profissionais são os principais atores	31. Vítima e ofensor são os principais, mas contam com ajuda profissional
32. Valores de competição e individualismo são fomentados	32. Valores de reciprocidade e cooperação são fomentados
33. O contexto social, econômico e moral do comportamento é ignorado	33. Todo contexto é relevante
34. Presume resultados em que um ganha e o outro perde	34. Possibilita um resultado do tipo ganha-ganha

Fonte: ZEHR, 2008: p. 199 a 201.

Ao criar o quadro acima Howard Zehr estabelece uma série de diferenças entre o sistema de apuração de conflitos existente conhecido como retributivo e um sistema

alternativo chamado de restaurativo. O sistema retributivo é a base de nossa realidade hoje. Ele aparece na justiça brasileira, operacionalizado por juízes e tribunais, como também na administração pública representado por processos e sindicâncias administrativas.

Como podemos observar em ambos os sistemas a intenção é a solução dos conflitos existentes na sociedade, porém, as formas de atuação e os valores que envolvem os procedimentos são diferentes. Enquanto a visão retributiva enxerga a culpa, o passado, a imposição de punição e o ofensor como elementos centrais para que o conflito seja resolvido, a lente retributiva[8] vê o fato como elemento central do problema e utiliza-se de uma projeção do futuro para solucionar e restaurar a harmonia "quebrada" pela ocorrência do conflito. No caso da ação restaurativa as partes são sujeitos na ocorrência do conflito e estão em um plano central. É necessário que não haja uma diferenciação, mas sim sejam guardadas, nas devidas proporções, as necessidades de cada um para a retomada da harmonia necessária. A punição não é o mais importante, ela faz parte de um contexto que, após serem desveladas todas as "verdades", ela cumprirá seu papel para o retorno da paz e da a aprendizagem necessária para todos os envolvidos no processo restaurativo.

1.4.3 – A Justiça Restaurativa no Brasil

Para embasar a implantação de procedimentos que envolvem Justiça Restaurativa no Brasil é possível observar na legislação vigente referencial que aponta para tal direção. A Lei 9099/95 que possibilitou a suspensão condicional de um processo judicial em andamento através de um acordo entre as partes é um deles.

A própria Constituição Federal, no seu artigo 98, I prevê a possibilidade de conciliação em um procedimento que simplifique o processo. As infrações penais de menor potencial ofensivo são alvos dessa previsão legal que abre uma brecha para alternativas, tais como as propostas pela Justiça Restaurativa, dentro do sistema judiciário brasileiro (PINTO, 2005, p. 14)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90) estabelece em seu Artigo 101 que quando da violação de direitos causados por atos praticados pelos menores é passível de medidas sócio-educativas que restaurem o equilíbrio. A Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo fundamenta:

[8] Howard Zehr utiliza a expressão "lente" para mencionar que tudo que acontece quando ocorre a apuração de um fato que infringe a lei depende da forma com que analisamos tal situação. Como no caso da utilização de uma máquina fotográfica por um fotógrafo, para cada paisagem ou tipo de iluminação ele usa uma lente diferente.

> O ECA prevê medidas de proteção – artigo 101, aplicáveis as crianças e aos adolescentes com direitos violados e/ou na iminência de os serem e as medidas sócio-educativas, aplicadas no artigo 112 e seguintes, que podem valer-se das práticas restaurativas. Na prática do ato infracional, as autoridades – representante do Ministério Público, anteriormente ao procedimento e o Juiz de Direito -, durante o processo – podem promover a participação do adolescente, de sua família e da vítima, na busca de uma efetiva reparação dos danos e de uma responsabilização consensiosa do adolescente infrator. (Coordenadoria da Infância e Juventude, 2010)

No Brasil a Justiça Restaurativa surgiu em 2004 com projetos implantados em três frentes: em Brasília para adultos autores de delitos de pequeno porte, em Porto Alegre onde os jovens infratores eram o foco principal e em São Caetano do Sul, onde as escolas e seus alunos que se envolviam em conflitos eram os principais atores. A partir de então o projeto se expandiu para outras escolas de Guarulhos, no Bairro de Heliópolis, em Campinas e para outras cidades do interior.

A princípio em São Caetano do Sul foram feitos preparativos para a implantação com a capacitação de professores e administradores das escolas, com a finalidade de apresentar o projeto e utilizar os próprios professores como elementos chave para o seu desenvolvimento. A partir de meados de 2005 o projeto deveria ser efetivamente implantado e deveriam ser criadas nas escolas condições estruturais, tais como espaço adequado e destinado exclusivamente para a realização das reuniões.

Na prática nos parece que não foi bem isso que aconteceu. Santana (2011, p. 256) descreve a insatisfação de educadores com relação à fragilidade do projeto implantado na escola pesquisada. Segundo Santana (2011) mesmo com relação às escolas que foram escolhidas para implantação do projeto da justiça restaurativa é questionável a sua efetivação uma vez que houve um inicio no projeto, porém, não houve continuidade da implantação do projeto. A descrição das dificuldades encontradas com relação à justiça restaurativa na escola pesquisada demonstra que o projeto está sendo executado de maneira incompleta, apesar dos resultados encontrados.

As reuniões chamadas de círculos passaram a ocorrer então nas escolas, com a participação dos envolvidos no conflito, seus familiares, amigos e comunidade. Essas reuniões se dividiam em pré-círculo, onde havia a preparação para a realização do encontro, o círculo (reunião propriamente dita) e o pós-círculo que consistia em um acompanhamento do que fora decidido e acordado como resultado do procedimento.

Importante destacar que um professor que fora preparado anteriormente para a realização de tais encontros agia como coordenador, mediador, ou ainda facilitador. Sua

função seria a de coordenar todas as ações durante o procedimento e zelar pela manutenção segura e tranqüila das reuniões.

Ao final das reuniões era feito um acordo cuja intenção era restaurar as relações existentes anteriormente ao fato e propiciar a efetivação da justiça. Estando as partes envolvidas satisfeitas com o referido acordo este seria encaminhado para o Juiz da Infância e Juventude para ser homologado. O acompanhamento posterior é de suma importância para que as relações existentes sejam restauradas e para a efetivação da eficácia do procedimento.

Apesar de existirem hoje partes do projeto da justiça restaurativa nas escolas ainda em funcionamento, a falta de incentivo, a deficiência no quadro funcional e a pouca estrutura material fornecida foram fatores decisivos para a pouca obtenção de resultados nas escolas paulistas.

A Justiça Restaurativa tem como princípio uma forma diferente de focar os conflitos existentes na sociedade. A utilização desse projeto nas escolas está intimamente ligada ao fato de existirem inúmeros conflitos no âmbito escolar. A tentativa de buscar uma forma efetiva de enfrentamento possibilita aos educadores integrantes do processo educacional e ao educando a revelação de caminhos ainda não explorados.

Políticas Públicas voltadas para a diminuição da violência e da indisciplina nas escolas podem e devem ser estudadas e discutidas para a concretização desse intuito. A legislação existente pode ser aliada nesse processo concretizando os anseios e necessidades daqueles que constroem a Educação. A lei deve ser utilizada de forma consciente e voltada para a obtenção de melhorias dentro do sistema educacional. É fundamental o entendimento correto dos preceitos existentes na legislação vigente para a possibilidade de reformulação e adequações.

A cada etapa construída a obtenção de resultados práticos se faz necessária. Mesmo que a Justiça Restaurativa não seja o ideal para a realidade existente, seus princípios e ensinamentos podem servir de base para a elaboração de um procedimento particular, único, que sirva para a utilização em nossas escolas.

2 - VIOLÊNCIA E INDISCIPLINA NA ESCOLA: Legislação Pertinente

O objetivo deste capítulo não é transformar o educador em um especialista em legislação, mas explorar a legislação na tentativa de resgatar um conhecimento básico para o exercício pleno de seus direitos e deveres. Cabe à legislação orientar acerca de tais condições, e em se falando de Educação, vale a pena tal resgate. Começamos com a base, a Constituição Federal, que é a lei maior deste país descrevendo em seguida as leis relacionadas aos temas de Educação para posteriormente chegarmos às normas existentes dentro da escola. A descrição dará uma visão do maior para o menor, até chegar à escola onde os problemas são enfrentados servindo assim como informação sobre como devem ser tratadas a violência e a indisciplina dentro da escola, tema central deste trabalho.

2.1 – A Educação na Constituição Federal de 1988[9]

A legislação brasileira abrange uma série de assuntos que se referem aos temas relacionados à Educação. O legislador procurou ser o mais abrangente possível para preencher todas as lacunas existentes na sociedade. Dentre elas, senão as mais importantes, aquelas que envolvem a necessidade de um processo educativo consistente que proporcione a todos os cidadãos a possibilidade de um convívio social condizente com a utopia de uma sociedade perfeita. Assim a Constituição destina um capítulo para a Educação, especificando quais são os direitos e deveres, dos cidadãos e do Estado, relacionados a esse tema.

Porém, nem sempre os direitos estabelecidos hoje com relação à Educação estiveram presentes nas demais Constituições Federais que já vigoraram no Brasil. A primeira constituição brasileira foi promulgada na época do Império, em 1824 e fazia apenas referência à instrução pública como direito dos considerados cidadãos, excluindo do acesso ao ensino oficial os escravos. Ainda não se colocava a obrigatoriedade e havia grande participação da Igreja Católica no processo educativo. (CURY; FERREIRA, 2010, p. 31)

A próxima Constituição foi promulgada em 1891, já com a instituição da república, porém, não foram ainda estabelecidas à gratuidade e a obrigatoriedade da educação. Já em 1934, a Constituição Federal recebeu novas características, com um pensamento diferente das anteriores, mais voltado para o âmbito social, ganhando um capítulo específico e

[9] A Constituição da Republica Federativa do Brasil (1988) é a lei mais importante no nosso país. Ela estabelece os princípios e caminhos pelos quais todas as demais leis devem seguir.

previsões como de ensino primário integral (atualmente Ensino Fundamental) gratuito e a freqüência obrigatória. (CURY; FERREIRA, 2010, p. 32)

A Constituição Federal de 1946 não trouxe grandes avanços, se limitando a copiar o que já havia sido previsto na Constituição de 1937. Já na Constituição de 1967 e no Ato Institucional de 1969 houve uma extensão dos temas relacionados à Educação, e ficou estabelecido expressamente que o ensino primário é obrigatório, sendo a obrigatoriedade relacionada à faixa de idade do aluno e não à série. (CURY; FERREIRA, 2010, p. 33)

Apesar de todas as tentativas de melhorias para a educação brasileira durante a história, inúmeras dificuldades financeiras, organizacionais, políticas e estruturais limitaram a atuação dos educadores ao longo do tempo. A legislação contemplou a pensar na Educação como um todo com o advento da Constituição de 1988.

A Constituição Federal de 1988 prevê,

> Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (BRASIL, 1988, p. 43)

Apesar da insatisfação com relação às formas de atuação do governo em diversos pontos, o que tenho que concordar, é necessário saber que a CF/88 estabelece como princípios fundamentais para todo cidadão brasileiro à igualdade, o direito à vida, à liberdade e à segurança, entre outros, que deveriam estar presente na vida de todos.

Assim em consonância com os direitos e garantias fundamentais previstos no Artigo 5º da CF/88, existe um capítulo especial para a Educação, que é o Capítulo III – DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO. Assim, dentre outros artigos que prevêem o que há de mais importante dentro da sociedade brasileira, devemos destacar o Art. 205 e seguintes, que estabelecem os princípios fundamentais existentes em nosso país no que diz respeito à Educação,

> Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p. 85)

O Artigo 205 fala por si só, deixando claro que a Educação é direito de todos, cabendo aqui a ressalva de que o educador está inserido neste contexto como parte essencial para promovê-la. Para Portela (2002) o direito à Educação consiste em uma dupla obrigação, sendo que caminha lado a lado o dever do Estado em promover condições para que esse direito se efetive, e a família no que se refere à obrigação em efetivar a presença das crianças na

escola. Ao lado da família como base inicial e constante, a escola e o educador têm o dever de promover o desenvolvimento e capacitar os educandos para serem cidadãos plenos.

> Um direito, na medida em que todo cidadão, a partir de tal declaração, tem o direito de acesso à educação. A dupla obrigatoriedade refere-se, de um lado, ao dever do Estado de garantir a efetivação de tal direito e, de outro, ao dever do pai ou responsável de provê-la, uma vez que passa a não fazer parte do seu arbítrio à opção de não levar o filho à escola. (OLIVEIRA, 2002, p. 15)

Ou ainda nas palavras de Cury e Ferreira (2010), a efetivação da Educação como direito de todos e dever do Estado,

> Assim, a afirmação de que a educação é um direito de todos, somente pode ser entendida dentro do contexto atual, não mais como um enunciado de baixa efetividade social e jurídica, mas como uma regra que garanta concretamente, escola para todos.
> Decorre desta situação que a educação passou a ser vista tanto como um direito como um dever para com a administração pública e o cidadão. (CURY; FERREIRA, 2010, p. 39)

Os Artigos seguintes da CF/88 descrevem com detalhes os meios pelo qual esse direito deve ser alcançado. Os princípios constitucionais são considerados os mais importantes de um país e servem de guia para a sociedade. No caso do Brasil não é diferente, a descrição do Direito à Educação promove ao mesmo tempo o direito do aluno estar na escola e direito do educador ter condições reais de cumprir com o seu dever.

A partir de tais princípios o Estado desenvolveu outras leis para regulamentar o que foi proposto na CF/88. Dentre elas, e a mais importante para a educação, foi concretizada em 20 de dezembro de 1996, recebendo o nome de Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

A LDB tem como finalidade estabelecer um grande avanço para a educação brasileira discriminando como o próprio nome revela, fundamentos para que ocorra a continuação das diretrizes estabelecidas pelo legislador nos Artigos 205 a 214 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

2.2 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei 9.394/96

A Lei Federal 9.394, de 20 de dezembro de 1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 23 de dezembro de 1996, na Seção I, páginas 27.833 a 27.841 e estabeleceu a partir daquele momento

rumos e fundamentos para a educação nacional. A LDB anterior era datada de 1971[10] não mais poderia ser utilizada uma vez que a Constituição Federal estabeleceu novos princípios para a educação brasileira em 1988.

A LDB de 1996 prevê em seu Art. 2º,

> Art. 2º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, 127)

A LDB/96 estabelece em seu art. 2º um entrelaçamento do art. 5º com o art. 205, ambos da CF/88, definindo mais uma vez a responsabilidade e os propósitos para a educação brasileira. O dever do Estado e da família, os princípios de liberdade e solidariedade humana e, reproduzindo fielmente o art. 205 da CF/88, as finalidades da educação: pleno desenvolvimento humano, preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. (OLIVEIRA, 2002, p. 38)

Definidos os princípios e as finalidades da Educação Nacional podemos procurar dentro da própria legislação, que comanda e dá diretrizes para que educadores e dirigentes cumpram o que foi determinado e zelem pela aprendizagem dos alunos (Art.13, III da LDB), os temas relacionados à violência e à indisciplina, que tanto incomodam e atrapalham as ações educativas.

Após uma detalhada investigação, verifica-se que nada é mencionado na LDB sobre as questões de violência e indisciplina na escola. Não que isso seja a única coisa que solucionaria os problemas da violência, mas o suporte proporcionado pela lei no que se refere às orientações e informações sobre os mais diversos assuntos, inclusive a violência são de suma importância para dar embasamento e sustentação para o trabalho da escola.

É necessário, então, buscar na legislação vigente, outras orientações e mecanismos de enfrentamento no que se refere ao tema. Um desses mecanismos utilizados antes ainda da formulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação é o tão conhecido Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estabelece normas no âmbito nacional com relação ao tratamento social e legal destinado às crianças e adolescentes.

---

[10] LEI N. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

2.3 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

A Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente foi promulgada quase dois anos após a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988 e recebeu total influência marcante dos princípios e garantias por ela estabelecidos.

Diante de uma nova realidade exposta pela lei que entrara em vigor, deu-se inicio a uma série de questionamentos por parte dos professores e diretores sobre como proceder em relação a alunos que praticam atos de indisciplina na escola, assim entendidas aquelas condutas que, apesar de não caracterizarem crime ou contravenção penal[11], de qualquer modo tumultuam ou subvertem a ordem em sala de aula e/ou na escola. Tais questionamentos vêm acompanhados de críticas ao Estatuto da Criança e do Adolescente que teria retirado à autoridade dos professores em relação a seus alunos, impedindo a tomada de qualquer medida de caráter disciplinar para coibir abusos por estes praticados.

O ECA procurou reforçar a idéia de que crianças e adolescentes também são sujeitos de direitos como todo cidadão, no mais puro espírito do artigo 5º, inciso I da Constituição Federal/88, que estabelece a igualdade de direitos e obrigações para homens e mulheres, independentemente de sua idade. Ressalte-se que o ECA não confere qualquer "imunidade" a crianças e adolescentes, que de modo algum estão autorizados, a livremente, violar direitos de outros cidadãos, até porque se existisse tal regra na legislação ordinária, seria ela inválida (ou mesmo considerada inexistente), por afronta à Constituição Federal que, como vimos, estabelece a igualdade de todos em direitos e deveres.

No que concerne ao relacionamento professor-aluno, mais precisamente, o ECA foi extremamente conciso, tendo de maneira expressa estabelecido apenas que crianças e adolescentes têm o "direito de serem respeitados por seus educadores" (Art.53, inciso II). O direito ao respeito é um direito natural de todo ser humano, independentemente de sua idade, sexo, raça e condição social ou nacionalidade, sendo que no caso específico do Brasil é ainda garantido em diversas passagens da Constituição Federal, que coloca qualquer um de nós a salvo de abusos cometidos por outras pessoas e mesmo pelas autoridades públicas constituídas. Nas palavras de De Paula (1995):

> O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 53, inciso II, assegura o direito do aluno de ser respeitado por seus educadores. Isto decorre do

[11] As contravenções penais são pequenos delitos que, por sua menor potencialidade ofensiva, não são considerados crimes.

> direito ao respeito, mencionado no artigo 227 da Constituição Federal e definido no artigo 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente. (DE PAULA, 1995, p. 100-101)

No mesmo texto De Paula (1995) menciona a necessidade do respeito mútuo, esclarecendo que é previsto em lei a necessidade de reciprocidade:

> Esclareça-se que o aluno também deve respeito aos diretores, professores e funcionários da escola. A conduta desrespeitosa poderá, até, configurar ato infracional[12] que, consoante definição do ECA, corresponde a qualquer crime ou contravenção penal, como, por exemplo, injúria. (DE PAULA, 1995, p. 101)

Seu objetivo é reforçar a ideia de que crianças e adolescentes, na condição de cidadãos, precisam ser respeitados em especial por aqueles encarregados da nobre missão de educá-los. Educação essa que obviamente não deve se restringir aos conteúdos curriculares, mas sim atingir toda amplitude do Art. 205 da Constituição Federal, notadamente no sentido do "pleno desenvolvimento da pessoa", da criança ou adolescente e seu "preparo para o exercício da cidadania", tendo sempre em mente que, no trato com crianças e adolescentes, devemos considerar sua "condição peculiar" de "pessoas em desenvolvimento" (art. 6º da Lei nº. 8.069/90).

Essa mesma lei, portanto, estabelece todos os direitos de crianças e adolescentes adquiridos tão justamente, e também seus deveres que De Paula (1995) retrata muito bem, diretores e professores devem ser respeitados pelos alunos cabendo a qualquer momento a punição prevista no Art. 98 do ECA.

> Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:
> I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
> II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
> III – em razão de sua conduta. (BRASIL, 1990, p. 923)

É possível observar que a ação ou omissão da sociedade ou do Estado e a falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável implicam em responsabilização dos mesmos.

Da mesma forma que a lei prevê a conduta indevida dos pais ou responsável prevê também que a conduta indevida praticada pela criança ou adolescente lhe causará

[12] Os chamados "atos infracionais" definidos no Art. 103 da Lei nº. 8069/90, que devem ser apurados pela autoridade policial e, em procedimento próprio instaurado perante o Conselho Tutelar (no caso de crianças) ou Justiça da Infância e Juventude (no caso de adolescentes), podem resultar na aplicação de medidas específicas já relacionadas pelo mesmo Diploma Legal citado. (BRASIL, 1990, p. 923).

consequências, punições que vão desde a advertência até a internação em estabelecimento adequado. (Art. 112, I a VI do ECA)

Também que a criança e o adolescente devem ser respeitados e ter os seus direitos garantidos, o professor também tem os seus direitos. A liberdade de expressão, o respeito, a publicidade em seus atos e práticas dentro e fora da sala de aula são garantidos pela mesma legislação. Quando Arroyo (2001) afirma que "O educador, como função social, deve dar conta do pleno desenvolvimento humano" (ARROYO, 2001, p. 46), podemos entender que este desenvolvimento que envolve diretamente os alunos também se estende ao seu próprio desenvolvimento. Quais seriam os sentimentos e valores externalizados por uma pessoa ameaçada, agredida e que convive com uma forma extrema de violência?

A Constituição Federal de 1988 desencadeou todos esses direitos, deveres, obrigações e compromissos para todos os participantes do processo educativo. O Poder Executivo (Presidente da República, Governador e Prefeito), o Poder Legislativo (Congresso Nacional, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais) e o Poder Judiciário (Juízes, Promotores de Justiça e Tribunais) passaram a fazer parte desse processo, seja elaborando leis para a organização educação no país, nos seus estados ou municípios, seja utilizando bem os recursos destinados à educação e organizando o sistema educacional ou ainda fiscalizando e fazendo com que as leis sejam cumpridas. Na realidade, todos foram chamados para, obrigatoriamente colaborar com a Educação.

Mas como considerar essa possibilidade com tantas dificuldades e falta de condições adequadas para o exercício de tais deveres?

O Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) estabelece condutas que fazem parte da sociedade brasileira estabelecendo em seu Artigo 1º: " Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal."

Partindo do princípio da anterioridade da lei prevista no Código Penal Brasileiro podemos indicar a presença das normas que regem a convivência das pessoas na sociedade brasileira a partir de tais cominações legais. Os Artigos 121 e seguintes (Parte Especial do Código Penal Brasileiro) juntamente com as demais leis especiais prevêem quais condutas são consideradas crimes, ou atos em desacordo com a sociedade. (BRASIL, 1940, p. 439)

Dentre tais atos podemos observar diversos casos de violência e indisciplina, tais como o atentado contra a vida de outrem: "Artigo 121 – Matar alguém", a violência sexual prevista no Artigo 213, o assalto à mão armada previsto no Artigo 157 § 2º, o crime de dano: "Artigo 163. Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia" ou o desacato à autoridade previsto

no artigo 331, todos previstos no Código Penal Brasileiro. (BRASIL, 1940, p. 443) A ocorrência de tais tipificações está ligada a uma série de fatores sociais e envolvem a necessidade da existência de normas que regulem a convivência em sociedade.

A escola faz parte dessa sociedade e como tal também possui normas de conduta e convivência que colaboram com o andamento do processo educativo. Todos os membros desse processo estão sujeitos às normas, desde aquelas previstas na legislação federal e estadual, como vimos, como também nas administrativas, que prevendo situações do dia a dia como indisciplina, bem como aquelas previstas em lei como crimes e contravenções, e que devem ser respeitadas e seguidas por todos os integrantes do meio escolar, sempre à luz dos princípios constitucionais.

Buscando, por conseguinte, as leis federais e estaduais que estabelecem quais são os casos de violência e indisciplina e não encontrando nada especificamente ligado ao ambiente escolar, partiremos para o âmbito administrativo, que poderá ao lado da legislação geral elucidar as necessidades existentes dentro da escola.

2.4 – O Regimento Escolar

O documento oficial que prevê as normas de conduta e procedimentos a serem seguidos dentro das escolas é o regimento escolar. Este documento que auxilia as escolas nos procedimentos internos atualmente deve ser formulado com base na Deliberação do Conselho Estadual de Educação (CEE) nº. 10, de 30 de setembro de 1997, que estabelece em seu Art. 1º:

> Artigo 1º - Os Regimentos Escolares dos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, a serem elaborados para vigência a partir de 1998, em atendimento à Lei federal nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, devem obedecer às orientações constantes da indicação anexa. (SEE/SP, CEE, 1997)

Esta deliberação foi editada uma vez que após a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) uma vez que deveriam ser feitas às adequações nos regimentos internos das escolas, como o próprio texto da deliberação explicita em seu preâmbulo, “Fixa normas para a elaboração do Regimento dos Estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio.” (Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, CEE, 1997).

A importância da referida orientação não se resume a uma simples adequação, mas a necessidade primordial de fazer com que as escolas pudessem acompanhar as

mudanças. Os educadores teriam que saber como agir depois das modificações feitas pela Constituição Federal e Estadual, bem como pelas especificações estabelecidas pela Nova LDBEN para a Educação.

> Este documento tem a finalidade de auxiliar a reestruturação de sistemas de ensino e escolas, no Estado de São Paulo, tendo em vista a nova LDB Lei nº. 9.394, de 20/12/96 bem como apresentar o significado e alcance de algumas expressões no contexto da mesma lei e, ainda, ampliar a compreensão das diretrizes e normas que irão fundamentar a Educação Básica, a partir de 1998, no Estado de São Paulo. (SEE/SP, CEE, 1997)

A norma administrativa veio suprir a falta de informações com relação ao tema e proporcionar ao educador parâmetros para lidar claramente com os casos de violência e indisciplina dentro da escola. Mas será que as coisas aconteceram de forma tão simples assim?

Não foi bem assim. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a necessidade de reformulação da Educação Nacional que teria sua concretização nove anos depois com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LEI 9394/96). O Art. 88 da LDB de 1996 estabelece que:

> Art. 88. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adaptarão sua legislação educacional e de ensino às disposições desta Lei no prazo máximo de um ano, a partir da data de sua publicação.
>
> § 1º. As instituições educacionais adaptarão seus estatutos e regimentos aos dispositivos desta Lei e às normas dos respectivos sistemas de ensino, nos prazos por estes estabelecidos. (BRASIL, 1996, p. 149)

Em cumprimento ao que fora estabelecido pelo Artigo 88 da LDB/96 a Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo editou a Deliberação CEE 10/97 determinando que as escolas do estado reformulassem seus Regimentos Internos e Propostas Pedagógicas.

A respeito das questões relacionadas à violência e à indisciplina mais uma vez nada foi especificado. A responsabilidade de estabelecer as questões de convivência ficou por conta da própria escola, sempre supervisionada pela Direção Regional de Ensino e pelos princípios estabelecidos pela Constituição Federal, pela Lei de Diretrizes e bases da Educação e demais legislação em vigor.

O item V da Deliberação CEE 10/97 estabelece,

> 5 - Tópicos Mínimos a Constarem dos Regimentos Escolares:
>
> O Regimento Escolar, no seu conjunto, deve ser um texto destituído de minúcias e particularidades conjunturais, mas precisa conter um mínimo de preceitos que, refletindo as medidas do estabelecimento para realização de

> sua proposta pedagógica, regulamentem as relações entre os participantes do processo educativo.
> São os seguintes os tópicos mínimos:
> I - Identificação do estabelecimento, com indicação do ato administrativo que autorizou seu funcionamento.
> II - Fins e objetivos do estabelecimento.
> III - Organização Administrativa e Técnica. As instituições de ensino devem atentar para o conceito de gestão democrática do ensino, nos termos do artigo 3º, inciso VIII, e artigo 14, ambos da Lei 9.394/96.
> IV - Organização da Vida Escolar. Níveis e modalidades de educação e ensino; fins e objetivos dos cursos; mínimos de duração e carga horária; critérios de organização curricular; critérios para composição dos currículos, atendidas a base nacional comum e a parte diversificada; verificação do rendimento escolar, formas de avaliação, recuperação, promoção, retenção, classificação e reclassificação, sistema de controle de freqüência; matrícula e transferência; estágios; expedição de históricos escolares, declarações de conclusão de série, certificados de conclusão de cursos e diplomas.
> V - Direitos e Deveres dos Participantes do Processo Educativo. Princípios que regem as relações entre os participantes do processo educativo; princípios referentes a deveres e direitos dos alunos, professores e pais, as sanções e vias recursais cabíveis.
> A adequação dos regimentos das escolas às disposições da nova LDB, num primeiro momento, pode-se ater apenas às questões obrigatórias pela própria Lei. A adoção de novas aberturas facultadas pela lei poderá ser postergada para um momento em que a escola tenha mais amadurecida sua nova proposta pedagógica e em que o conjunto de normas e diretrizes, em nível de sistemas articulados, esteja mais consolidado. (SEE/SP, CEE, 1997)

Posteriormente foi elaborado um novo parecer pelo Conselho Estadual de Educação especificando ainda mais os aspectos legais que devem constar no Regimento da Escola. O parecer CEE 67/98 da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo reforçou o que já havia sido estabelecido pelo Parecer CEE 10/97, sendo estabelecido nos Artigos do Capítulo IV do Título II do referido documento:

> Capítulo IV
> Das Normas de Gestão e Convivência
> Artigo 24 – As normas de gestão e convivência visam orientar as relações profissionais e interpessoais que ocorrem no âmbito da escola e se fundamentarão em princípios de solidariedade, ética, pluralidade cultural, autonomia e gestão democrática.
> Artigo 25 – As normas de gestão e convivência, elaboradas com a participação representativa dos envolvidos no processo educativo – pais, alunos, professores e funcionários – contemplarão, no mínimo:
> I – os princípios que regem as relações profissionais e interpessoais;
> II – os direitos e deveres dos participantes do processo educativo;
> III – as formas de acesso e utilização coletiva dos diferentes ambientes escolares;
> IV – a responsabilidade individual e coletiva na manutenção de equipamentos, materiais, salas de aula e demais ambientes.
> Parágrafo único – A escola não poderá fazer solicitações que impeçam a freqüência dos alunos às atividades escolares ou venham a sujeita-los à discriminação ou constrangimento de qualquer ordem.

> Artigo 26 – Nos casos graves de descumprimento de normas será ouvido o conselho de escola para aplicação de penalidade ou para encaminhamento às autoridades competentes. (SEE/SP, CEE, 1998)

A partir de então as escolas deveriam adequar seus regimentos para a nova realidade legal. É necessário, portanto, analisar cada regimento para descobrir como as escolas se adaptaram com relação às orientações da Resolução 10/97 e do Parecer CEE 67/98. Para os fins específicos deste estudo serão investigados os regimentos de duas escolas visando ao mesmo tempo a análise específica do cumprimento da lei e o atendimento às necessidades do dia a dia.

Para Ferreira (2010) o que pode ser delineado como referência é o educador, a escola e a administração saberem diferenciar em seus regimentos e durante as questões peculiares do dia a dia o que seria considerado ato infracional, diferenciando-o dos atos de indisciplina que não são considerados crimes, mas sim problemas internos que devem ser resolvidos administrativamente.

> Numa síntese conceitual, a indisciplina escolar se apresenta como o descumprimento das normas fixadas pela escola e demais legislações aplicadas (ex. Estatuto da Criança e do Adolescente – ato infracional). Ela se traduz num desrespeito, "seja do colega, seja do professor, seja ainda da própria instituição escolar" (depredação das instalações, por exemplo).
> Ela se mostra perniciosa, posto que sem disciplina "há poucas chances de se levar a bom termo um processo de aprendizagem. E a disciplina em sala de aula pode equivaler à simples boa educação: possuir alguns modos de comportamento que permitam o convívio pacífico".
> Agora, um mesmo ato pode ser considerado como indisciplina ou ato infracional, dependendo do contexto em que foi praticado. Uma ofensa verbal dirigida ao professor, pode ser caracterizada como ato de indisciplina. No entanto, dependendo do tipo de ofensa e da forma como foi dirigida, pode ser caracterizada como ato infracional – ameaça, injuria ou difamação. E para cada caso, os encaminhamentos são diferentes. (FERREIRA, 2010, p. 15)

Para a escola que consegue adequar sua realidade e está constantemente atualizando suas necessidades é possível concluir preliminarmente, que a síntese do convívio harmonioso poderá estar diretamente relacionada aos ditames estabelecidos no regimento escolar, desde que haja a possibilidade de participação de todos os sujeitos envolvidos nesse processo. A própria lei assim estabelece e caso estejam de acordo com os princípios constitucionais, com as diretrizes e bases da educação nacional e estadual, bem como com as normas administrativas pertinentes, poderão finalmente ser utilizados como meio de satisfação da necessidade de disciplina e não violência dentro do ambiente escolar.

A sensibilidade de estabelecer normas coletivamente e que sejam um consenso entre todas as partes do processo educativo, bem como o conhecimento da lei, neste

caso fixam as bases da distinção entre o que pode ser resolvido dentro da escola, administrativamente, e o que deve ser encaminhado para as autoridades competentes (Conselho Tutelar, Polícia Civil e Militar, Ministério Público), delineando as competências do professor e do administrador escolar e estabelecendo critérios sobre quando houver a necessidade de pedir ajuda para a resolução dos casos existentes.

Administrar elaborando normas e procedimentos que consigam individualizar e encaminhar tais situações poder-se-ia encaminhar para a solução dos problemas de indisciplina e violência na escola, sem correr riscos desnecessários e com a possibilidade da perda da confiança e da credibilidade que merecem educadores e educandos. Para a solução dos problemas internamente, porém, se faz necessária a busca por alternativas, uma vez que é questionável a eficácia e a compatibilidade do sistema atual de enfrentamento das situações existentes na escola.

A utilização da justiça restaurativa, de princípios que fazem parte de sistemas de solução de conflitos como o VORP, a justiça comunitária e a justiça bíblica podem ser compatíveis com a legislação vigente no Brasil hoje?

2.5 – A legislação brasileira para a solução de conflitos

Para Marcos Rolim (2006) a justiça retributiva existente no Brasil hoje, com foco no infrator e nos atos que cometeu revela um sistema voltado para a criminalidade, totalmente desvinculado das perdas decorrentes deste ato e descartando os interesses e necessidades das vítimas. A justiça alternativa para solucionar tal problema, segundo Rolim (2006), seria a justiça restaurativa, com atenção ao dano causado pelo ato delituoso e os problemas que surgiram desse conflito.

Mas o Brasil comporta tal sistema de solução de conflitos? É possível vislumbrar a legislação atual como base para a utilização da justiça restaurativa?

Como já vimos no capítulo 1 a justiça restaurativa envolve uma série de sujeitos que, partindo das políticas públicas existentes, poderiam se valer de tais princípios como alternativa para a solução dos conflitos existentes nas mais diversas situações, inclusive nas escolas.

A legislação brasileira estabelece uma série de dispositivos que permitem a utilização de meios alternativos para a solução de conflitos e a substituição de penas corporais por medidas alternativas. Dentre eles podemos citar o próprio ECA que, ao instituir a remissão no seu Artigo 126, como forma de aplicação de medidas sócio-educativas aos adolescentes

estabelece uma relação com a prática restaurativa, desde que com a aprovação das autoridades envolvidas no caso (Promotor e Juiz).

Outro dispositivo legal brasileiro que possibilita a utilização de práticas restaurativas é a Lei dos Juizados Especiais Criminais (Lei 9.099/95). Criada em 26 de setembro de 1995 e, alterada pela Lei 10.259, de 12 de julho de 2001, a referida lei promove a possibilidade de "acordo" entre as partes envolvidas, ou seja, é possível evitar o processo criminal com a composição de uma forma alternativa de satisfação das partes, seja ela por intermédio de multa ou restrição de direitos. A medida alternativa está prevista nos Artigos 72 e seguintes da Lei 9.099/95 e estabelece que o promotor poderá, estabelecendo a materialidade e os indícios de autoria, formular proposta de aplicação imediata de pena alternativa. (JESUS, 2005).

O Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1940, p. 434), com as alterações sofridas desde então, estabelece em sua parte geral, assim como nas sanções previstas na parte especial, dedicada aos crimes e suas penas, possibilidades de aplicação de medidas que não refletem em prisão, tais como a prestação pecuniária (Art. 45,. § 1.º, do CP), que implica no pagamento de uma certa quantia estabelecida pela juiz, feita pelo acusado para a vítima. A prestação inominada, prevista no § 2.º do Artigo 45, quando a pena pecuniária é substituída pelo pagamento de cesta básica a instituições filantrópicas ou por prestação de serviços à comunidade.

Além de tais exemplos podemos citar como meios alternativos o Sursis, que é a suspensão condicional da pena mediante condições impostas ao autor (Art.78, § 2.º do CP) (BRASIL, 1940, p. 436) e os mecanismos utilizados no cumprimento das próprias penas de prisão, tais como o livramento condicional e a remição de penas devido ao trabalho efetivo dentro da prisão.

Apesar de medidas que representam muito vagamente alternativas para a solução de conflitos no sistema jurídico, incipientes em se falando de efetividade, a possibilidade existente mais concreta para a utilização da justiça restaurativa ainda foi o advento da Lei 9.099/95, que, em compatibilidade com o Art. 98, I, da CF/88, que estabelece a possibilidade de conciliação em procedimento rápido e sem maiores formalidades burocráticas. (PINTO, 2005).

Assim sendo, as experiências existentes nas escolas brasileiras no que se refere a tentativa de utilização de meios alternativos para a solução de conflitos está baseada e devidamente fundamentada nos preceitos legais.

A justiça restaurativa estabelece princípios que merecem ser observados e discutidos. Os conflitos existentes e as graves conseqüências dos atos violentos que se instalam nas escolas indicam a necessidade de medidas que, efetivamente saiam da teoria e sejam aplicadas. Talvez o modelo restaurativo conhecido e aplicado em outros países não seja o ideal para os nossos problemas, porém, é preciso pensar em meios que atendam as necessidades para a realidade enfrentada pelos educadores no Brasil.

A legislação federal estabelece os direitos e deveres existentes no que se refere à educação, já as questões voltadas para a violência e para a indisciplina na escola seria um tema difícil para o sentido tão amplo estabelecido nas leis maiores do nosso país. Assim cabe a legislação local, no nosso caso a legislação paulista criar meios para a utilização dos direitos e deveres estabelecidos na legislação federal.

No caso da violência e a indisciplina dentro das escolas cabe a Secretaria de Educação propor e estabelecer normas que possibilitem esse enfrentamento. Dar condições para que as escolas possam efetivar uma forma real de utilização da lei para atender as necessidades. As leis são o suporte, uma garantia favorável para a aplicação de ações restaurativas que podem ser aplicadas.

A somatória de ações restaurativas e legislação em vigor voltada para possibilidade utilização nas escolas podem contribuir para a realização de medidas adequadas na solução dos conflitos e demais problemas existentes sistema educacional.

3 - O PROFESSOR MEDIADOR: Uma proposta de resolução de conflitos

Ao longo da história do educador no Brasil, muitas funções e competências lhe foram atribuídas, desde aquela de ser uma ”segunda mãe” dentro da escola até de promover uma formação contínua, constante no que se refere aos “saberes”, desenvolver no educando a capacidade de ser crítico, reflexivo e formador de opiniões. Deveria, portanto, o educador (a) lidar com todos os tipos de dificuldade e manter a serenidade e o direcionamento de suas ações sempre se dedicando “ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, no mais puro espírito do artigo 205 da Constituição Federal/88.

Chamaram-me a atenção as mais diversas competências e atribuições a que está sujeito o professor. As palavras de Pimenta (2002), ao tratar da discussão dos currículos necessários para a formação de professores no Brasil, nos ajuda esclarecer esse ponto:

> O que pôs novamente em pauta a discussão as questões organizacionais, o projeto pedagógico das escolas, a importância do trabalho coletivo, as questões referentes à autonomia dos professores e das escolas; as condições de trabalho, de carreira, de salário, de profissionalização de professores; a identidade epistemológica (quais saberes lhes são próprios?); os processos de formação dessa identidade, incluindo a vida, a história, a trajetória pessoal e profissional; as novas (e complexas) necessidades colocadas às escolas (e aos professores) pela sociedade contemporânea das novas tecnologias, da informação e do conhecimento, do esgarçamento das relações sociais e afetivas, da violência, da indisciplina, do desinteresse pelo conhecimento, gerado pelo reconhecimento das formas de enriquecimento que independem do trabalho; das novas configurações do trabalho e do desemprego, requerendo que os trabalhadores busquem constantemente re-qualificação através de cursos de formação contínua, etc. (PIMENTA, 2002, p. 21)

Ao que nos parece o professor há que ser um “herói” para conseguir efetivamente cumprir tantas incumbências e ainda conseguir viver como uma “pessoa normal”. Em que pese nossa opinião a respeito do assunto, o objetivo deste capítulo é explorar as novas funções do professor, especialmente no que se refere à criação do cargo de Professor Mediador Escolar e Comunitário.

3.1 – O professor como Mediador

A palavra “mediador” tem sido associada ao educador já há algum tempo. Chauí (1980) afirmava que o professor é “simples mediador”, ao que parece com a intenção de

re-afirmar a necessidade de um saber fazer bem, de ter o conhecimento e a cultura necessários para transmitir, intermediar o acesso ao conhecimento de seus alunos. O diálogo do aluno é com o pensamento, com a cultura corporificada nas obras e nas práticas sociais e transmitidas pela linguagem e pelos gestos do professor, simples mediador. (CHAUI, 1980, p. 39)

Rios (1995) destaca a necessidade de que o educador seja visto como um intermediário entre o aluno e a realidade dizendo que ao atuar desta maneira o professor estará influenciando positivamente nas decisões que o educando terá que tomar durante a vida, bem como proporcionando a sua própria transformação. Ao facilitar essa "relação professor-aluno", o educador estaria se utilizando de uma "ação mediadora", o que deverá desenvolver no aluno a capacidade de compreender o mundo.

> A pergunta que a filosofia vai fazer insistentemente à prática educativa é: que educação? Pra que? Para quem? Por quê? Estas questões devem estar presentes no dia-a-dia de professores e alunos, resgatando-se o sentido primeiro da educação (educere), como condição para a realização dos indivíduos. Deixada de lado a velha concepção de realização como algo idealisticamente considerado, é preciso pensar na relevância da atuação do profissional que é o intermediário entre o aprendiz – o educando – e a realidade, a partir de cujo conhecimento ele poderá, isso sim, atuar e transformar, transformando também a si próprio.
> Por aí passa uma visão de professor e de educação que me parece mais correta – a de mediador, a de ação mediadora. Pois na relação professor-aluno, educador - educando, o que se visa é a aquisição do conhecimento. (RIOS, 1995, p. 70)

Ou ainda, nas palavras de Paro (2007):

> A educação consiste, pois, na mediação pela qual se processa a formação integral do homem em sua dimensão histórica. Dessa perspectiva, considerar a qualidade do ensino em nossas escolas fundamentais é, como vimos, levar em conta em que medida se alcança essa formação, tendo as dimensões individuais. (PARO, 2007, p. 110)

Estamos nos propondo a demonstrar que as expressões mediador e mediação estão presentes na vida do educador e nas obras literárias direcionadas à educação há muito tempo.

A expressão "mediador" aparece no dicionário como "adjetivo e substantivo masculino. Que ou quem intervém; árbitro. O mesmo que medianeiro ou mediatório," (BUENO, 1956, p. 791), ou ainda "Aquele que intervém; árbitro, juiz." (BUENO, 2000, p. 502)

Pela análise dos textos acima citados podemos concluir que o objetivo do uso da palavra mediador inicialmente, dizia respeito à habilidade, conhecimento, perspicácia.

Atuação do profissional de educação no sentido de poder intermediar o processo pelo qual o aluno, educando estaria adquirindo o que fora proposto, ou seja, a própria educação.

Neste sentido, vale salientar que, o significado da palavra mediador cabe muito bem, àquele que intervém, explicando-se que o professor que está presente nesse processo e participa direcionando o aluno para a aquisição do conhecimento, mediando o contato com a realidade social.

Porém, a expressão “mediador” tem outro significado proposto pelo dicionário: árbitro, juiz. Em um sentido mais amplo seria possível analisar essa afirmação como aquele que administra conflitos? Já vimos no item 2.4.1 que a justiça restaurativa utiliza esse termo para indicar a pessoa que participa no círculo restaurativo como facilitador no processo de solução do conflito existente, o que nos remete a uma análise mais aprofundada da questão.

O histórico de violência existente nas escolas paulistas, somado às tentativas de proporcionar para professores e alunos da escola pública maior segurança e condições de trabalho fez com que a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo procurasse uma solução mais “rápida” para tais problemas.

O projeto do PNUD em parceria com o Ministério da Justiça e com a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo que visava à implantação, em escolas públicas, da justiça restaurativa como forma alternativa da solução de conflitos existentes trouxe alguns resultados e muitas desistências, não atingindo o seu objetivo inicial. Partindo do princípio de que a cultura do brasileiro é voltada para a forma da justiça retributiva, de punição pura e simples, e como de que não aconteceu uma preparação adequada, com estruturação física e conscientização dos educadores, o projeto não foi incorporado pelo meio escolar impossibilitando a transformação no pensamento dos participantes do processo. As pesquisas sobre a implantação desse projeto apontam para respostas no sentido de que a escola não está pronta para assimilar a proposta da justiça restaurativa, seja pelo ceticismo de achar que só há justiça se houver uma punição retributiva, ou ainda, como acontece no Brasil a todo instante, pelo despreparo de quem não deu o suporte necessário para que um projeto de tanta importância alcançasse resultados voltados para um melhor enfrentamento da violência nas escolas.

Santana (2011) registrou nas considerações finais do seu trabalho de pesquisa que o pensamento existente na escola mesmo com a implantação do projeto da justiça restaurativa, é o de caráter retributivo, de vingança, de punição pura e simples, descrevendo ainda que há exceções em que a escola executando vários círculos restaurativos alcançou bons resultados. É possível que a implantação do projeto mesmo que não obtivesse os resultados

esperados possa ter iniciado uma reflexão sobre o assunto, possa ter desencadeado uma nova forma de pensar a solução dos problemas intra-escolares de violência e de indisciplina.

> Finalmente, no que se refere à nossa hipótese inicial, percebemos que, embora os avanços significativos da proposta restaurativa no cotidiano da escola, persistem os fortes traços da cultura tradicional, de cunho retributivo/punitivo, no tratamento das questões de violência e indisciplina grave. Igualmente, no que concerne ao aspecto preventivo, os dados obtidos não permitem afirmar que há um efeito eficaz sobre a prevenção da violência, indisciplina e promoção da cultura da paz. (SANTANA, 2011, p. 266)

Não é possível desconsiderar o fato de que a impossibilidade de enfrentamento adequado e a falta de políticas públicas voltadas para a solução dos problemas existentes com relação à violência e a indisciplina nas escolas faz com que os educadores fiquem cada vez mais incrédulos com relação a possíveis soluções. Nem tão pouco a necessidade de adequação dos currículos das faculdades e universidades visando à utilização de temas relacionados à violência e indisciplina que possam preparar melhor o professor para o dia a dia e a realidade que revela dentro da sala de aula constantes conflitos que não foram discutidos nos bancos da academia.

A questão é saber como é possível fazer com que educadores e dirigentes possam encontrar esse caminho. As tentativas existentes, os resultados já alcançados, a divulgação da legislação atual e a possibilidade de mudança, poderiam ser possíveis indicadores de que já existem escolas em que tais problemas são menos contundentes, e que se pode aos poucos transformar a realidade existente.

A pesquisa de Pacheco (2005) trata da possibilidade da realização de um trabalho com os educadores revelando a importância da compreensão e aplicação da legislação - nesse caso o ECA - e suas implicações no cotidiano escolar. O professor acaba sendo realmente um mediador quando tem o conhecimento necessário para tanto. Pacheco destaca em suas conclusões que após realizar um trabalho direto como os professores de escolas em Presidente Prudente acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente houve uma mudança de pensamento com relação à legislação citada. (PACHECO, 2005, p. 158)

Em um primeiro momento o professor tende a recriminar o ECA apontando que concede direitos demais e poucos deveres para os menores. E mais, supondo que a legislação faz com que as crianças percam o respeito e achem que não é necessário cumprir com suas obrigações e deveres. Como já vimos no Capítulo I essas premissas não se sustentam, e Pacheco (2005) consegue proporcionar aos professores que fizeram parte da pesquisa esta compreensão.

> Ressalta-se que é costume, no atendimento do Conselho Tutelar de Presidente Prudente, ao orientar o adolescente sobre a sua conduta, alertá-lo sobre o que prevê o ECA em seus artigos 103 e seguintes que tratam do que é ato infracional, esclarecendo que a reincidência poderá configurar infração. Tal orientação tem melhorado visivelmente o comportamento de muitos adolescentes que se tornam mais atentos quanto ao rompimento de normas.
> Como conseqüência do descobrimento desses aspectos da legislação, antes do estudo do ECA o posicionamento de alguns professores era de rejeição a esse texto legal, mas que foi superada após o trabalho, passando os docentes a ter uma visão mais positiva do Estatuto. (PACHECO, 2005 p. 149)

Outro exemplo que encontrei com relação a trabalhos realizados visando coibir a indisciplina foi o de Rebelo (2010) que, durante anos implantou em uma escola de São Paulo Capital uma alternativa para o enfrentamento da indisciplina e violência escolar. Em um trabalho longo que mesclou a função de coordenadora pedagógica e pesquisadora, a autora desenvolveu um projeto de conscientização com relação à legislação vigente e as implicações que esta tem com o cotidiano escolar. Suas conclusões são no sentido de que a falta de políticas públicas voltadas às questões de violência e indisciplina dentro da escola dificultam o seu enfrentamento. Reconhece que a necessidade de uma cultura de cooperação e comprometimento implicando na melhoria do ensino com a superação da indisciplina está em nossas próprias ações.

> Procuramos, a partir do estudo sobre a indisciplina escolar que nos mostrou que a formação, a prática e a resistência docente, o currículo, a participação dos pais na vida dos filhos e a falta de prioridade das políticas públicas com a educação são fatores importantes para o agravamento dessa problemática, desenvolver com os professores um trabalho de “práxis”.
> Todo processo de construção dessa pesquisa apresentado neste trabalho foi difícil, desgastante, com muitos conflitos, porém foi possível e hoje, mesmo inacabado, é real. (REBELO, 2010, p. 114)

Ambos os trabalhos de pesquisa foram realizados com educadores em escolas da rede estadual, no sentido de despertar uma consciência diferenciada relativa aos problemas de violência e indisciplina na escola, colocando o educador como principal integrante desse processo.

3.2 - O professor mediador

A segurança, proteção e conservação do ambiente escolar no Estado de São Paulo não são questões recentes. Em 03 de agosto de 1988 o Governo do Estado de São Paulo

instituiu, com a publicação do Decreto 28.642, um programa que recebeu o nome de “Programa de Segurança Escolar”, com o intuito de proporcionar às instituições escolares da capital paulista maior segurança e dar tranquilidade ao desenvolvimento das atividades educacionais.

> Artigo 1º - Fica instituído o Programa de Segurança Escolar, a ser desenvolvido de forma integrada pela Secretaria da Segurança Pública e pela Secretaria da Educação, objetivando, basicamente, orientar, prevenir e proteger as unidades escolares da rede estadual de ensino, na Região Metropolitana. (SEE/SP, 1988)

O referido programa se desenvolveu com uma parceria feita entre a Secretaria Estadual de Educação e a Secretaria Estadual de Segurança Pública, onde cada qual teria suas responsabilidades na implantação do programa visando à diminuição dos casos violência e indisciplina existentes na Região Metropolitana da Capital. Constituiu-se, para tanto, uma comissão com a participação de membros representantes de todas as partes interessadas no programa, educação, segurança pública, polícia militar e guarda civil metropolitana que organizaria e conduziria a implantação.

Em 15 de janeiro de 1997 este programa foi estendido para toda a rede estadual de ensino, compreendendo todas as escolas do Estado de São Paulo com a publicação do Decreto 51.552/97 no Diário Oficial do Estado que estabelecia em seu artigo 1.º:

> Artigo 1.º - O Programa de Segurança Escolar, instituído pelo artigo 1.º do DECRETO Nº. 28.642, de 3 de agosto de 1988, passa a ter como objetivo a adoção de toda medida de prevenção geral ao uso e tráfico de drogas, de proteção a estudantes, professores e servidores públicos, assim como à travessia de escolares, nas áreas contíguas aos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual. (SÃO PAULO, 1997)

O objetivo foi ampliar para todo o estado o programa com a perspectiva da diminuição da incidência de casos de violência nas escolas paulistas. A unificação de dispositivos legais e normativos relativos ao Ensino Fundamental e Médio, documento que reúne a legislação estadual relativa ao ensino, lei, decretos, deliberações e resoluções visando dar maior eficiência à gestão administrativa e pedagógica do sistema educacional (SÃO PAULO, 2010, p. 5), em seu Artigo 936 reforça a necessidade do programa:

> CAPÍTULO II – DA SEGURANÇA NA ESCOLA
>
> Seção I
> Do Programa de Segurança Escolar

> Artigo 936 – O Programa de Segurança Escolar será desenvolvido de forma integrada pela Secretaria da Segurança Pública e pela Secretaria da Educação, objetivando a adoção de toda medida de prevenção geral ao uso e tráfico de drogas, de proteção a estudantes, professores e servidores públicos, assim como à travessia de escolares, nas áreas contíguas aos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual. (SEE/SP, 2010, p. 289)

É possível observar a preocupação inerente aos problemas de segurança e violência na rede de ensino paulista vem de longa data, confirmando a necessidade de soluções para o enfrentamento de tais situações.

O Programa de Segurança Escolar implantado não foi o suficiente para a solução dos problemas de violência e indisciplina nas escolas. Foi necessária então a criação de um novo programa que, idealizado pelo Governo do Estado de São Paulo e em complementação ao que fora instituído em 1988 e 1997 com o Programa de Segurança Escolar, faria parte de um sistema de combate à violência, à indisciplina e à criminalidade que se agravam em torno das escolas públicas paulistas. Assim em 12 de fevereiro de 2010 foi instituído *o* Sistema de Proteção Escolar[13] na rede estadual de ensino de São Paulo. A Resolução SE 19/2010, com o objetivo de zelar pela segurança de educadores, alunos e patrimônio público passa então a vigorar em todo o Estado de São Paulo.

> Art. 1º – Fica instituído o Sistema de Proteção Escolar, que coordenará o planejamento e a execução de ações destinadas à prevenção, mediação e resolução de conflitos no ambiente escolar, com o objetivo de proteger a integridade física e patrimonial de alunos, funcionários e servidores, assim como dos equipamentos e mobiliários que integram a rede estadual de ensino, além da divulgação do conhecimento de técnicas de Defesa Civil para proteção da comunidade escolar. (SEE/SP, 2010)

Esta resolução marca o final de um ciclo de tentativas focadas exclusivamente no combate à violência e à indisciplina dentro das escolas paulistas. Pela primeira vez aparece em um documento oficial a palavra mediação, bem como resolução de conflitos no ambiente escolar. Juntamente com essa tentativa de achar uma solução para os conflitos existentes dentro da escola surge, na mesma resolução em seu artigo 7º um novo cargo dentro da educação paulista.

---

[13] O Sistema de Proteção Escolar é o conjunto de ações coordenadas pela Secretaria da Educação que visam promover um **ambiente escolar saudável e seguro**, propício à socialização dos alunos, por meio da prevenção de conflitos, da valorização do papel pedagógico da equipe escolar e do estímulo à participação dos alunos e sua integração à escola e à comunidade. As ações que integram o Sistema de Proteção Escolar reafirmam a escola como um espaço privilegiado para a construção da cidadania participativa e o pleno desenvolvimento humano. (Disponível em: www. fde.sp.gov.br) Acesso em 15/02/2011.

Cabe aqui uma ressalva com relação ao Sistema de Proteção Escolar. Apesar dos esforços relativos ao enfrentamento da violência existente nas escolas paulistas, é discutível a efetividade de suas ações que, apesar de elencadas como meios que devem ser propostos para que a escola possa realizar um trabalho voltado para uma cultura de paz, não considera a falta de condições existentes na realidade de cada dirigente, de cada educador, de cada professor. As ações devem ser ações, e não somente proposições. É preciso que as escolas possam adequar para a sua realidade às proposituras que estão no papel. Enquanto isso não ocorrer existirão somente princípios gerais que não serão utilizados pela escola, uma vez que não atendem às suas necessidades. A falta de condições físicas, material didático, equipamentos, profissionais de cada área e acompanhamento da sua utilização quando estes são fornecidos implicam em um sistema escolar que não atende as reais necessidades de cada instituição escolar. O Manual de Proteção Escolar e Promoção da Cidadania e as Normas Gerais de Conduta são parte dessa orientação que o então Sistema de Proteção Escolar promove dentro da escola, como veremos mais adiante.

O Professor Mediador Escolar e Comunitário (PMEC) tem origem nas práticas restaurativas existentes em escolas do estado que, apesar de não obterem resultados quantitativos significativos, inspirou uma nova tentativa de meios possíveis para para a solução dos problemas de violência e indisciplina dentro da escola. Essa nova ação teve inicio imediatamente após a contratação dos primeiros professores mediadores. Foram escolhidas inicialmente mil escolas da rede pública estadual de ensino onde seriam nomeados para a ocupação dos cargos de professor mediador escolar e comunitário.

A Resolução SE 19/2010 que ao mesmo tempo instituiu o Sistema de Proteção Escolar e criou o cargo de professor mediador e comunitário foi alterada em 20 de janeiro de 2011 pela Resolução SE 1/2011, publicada no Diário Oficial do Estado em 21 de janeiro de 2011 sendo que o artigo 7º ficou coma seguinte redação:

> Art. 7º – Na implementação das ações específicas do Sistema de Proteção Escolar, a escola poderá contar com até 2 (dois) docentes para atuarem como Professor Mediador Escolar e Comunitário, cujas atribuições consistem, precipuamente, em:
> I – adotar práticas de mediação de conflitos no ambiente escolar e apoiar o desenvolvimento de ações e programas de Justiça Restaurativa;
> II – orientar os pais ou responsáveis dos alunos sobre o papel da família no processo educativo;
> III – analisar os fatores de vulnerabilidade e de risco a que possam estar expostos os alunos;
> IV – orientar a família ou os responsáveis quanto à procura de serviços de proteção social;

> V – identificar e sugerir atividades pedagógicas complementares, a serem realizadas pelos alunos fora do período letivo;
> VI – orientar e apoiar os alunos na prática de seus estudos. (SEE/SP, 2011)

O item I do artigo 7º da Resolução SE 19/2010 confirma que as medidas adotadas para a tentativa de contenção da violência e indisciplina nas escolas estão baseadas nos princípios adotados pela Justiça Restaurativa. Os programas de Justiça Restaurativa que vem sendo aplicados em escolas paulistas repercutiram favoravelmente na tentativa de solucionar os problemas existentes. Apesar de estar baseado em uma cultura diferente da nossa, a Justiça Restaurativa inspirou novas formas de pensar e de agir em relação aos conflitos existentes.

Howard Zehr (2008) em seu livro "Trocando as Lentes" expõe a necessidade de modificar a visão acerca da punição, afirma a possibilidade de que a Justiça Restaurativa seja uma nova forma de pensamento necessária para a solução de conflitos dentro da sociedade.

> A justiça restaurativa nos faz lembrar da importância dos relacionamentos, nos incita a considerar o impacto de nosso comportamento sobre os outros e as obrigações geradas pelas nossas ações. Ela enfatiza a dignidade que todos merecemos. Talvez, portanto, a justiça restaurativa de fato sugira um modo de vida. (ZEHR, 2008, p. 265)

No caso da escola não seria diferente, se os métodos convencionais estão deixando a desejar e é preciso encontrar alternativas para a solução dos conflitos existentes. A Resolução SE 19/2010 com certeza é uma dessas tentativas que, baseando-se nos princípios restaurativos e de cultura de paz, "criou um novo educador". O professor mediador que tem como função principal detectar os conflitos existentes na escola e tentar solucioná-los. Um cargo recém criado e inserido em um ambiente escolar cercado por problemas relacionados à violência e a indisciplina merece ser observado e estudado na busca de possíveis soluções para os problemas mencionados.

A atuação da Secretaria Estadual de Educação não se resumiu a criação do cargo. É possível hoje encontrar no site da Fundação de Desenvolvimento da Educação (FDE)[14] toda a documentação referente ao Sistema de Proteção Escolar do Estado de São Paulo, bem como um vasto material didático (vídeos, palestras e textos) que se referem ao então criado cargo de professor mediador escolar e comunitário. Temas como Mediação de Conflitos,

[14] Criada 23 de junho de 1987, a FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação é responsável por viabilizar a execução das políticas educacionais definidas pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, implantando e gerindo programas, projetos e ações destinadas a garantir o bom funcionamento, o crescimento e o aprimoramento da rede pública estadual de ensino. (Disponível em: <http://www.fde.sp.gov.br>).

Projetos com Justiça Restaurativa e Garantias e Direitos de Crianças e Adolescentes foram utilizados no 1º Encontro sobre Mediação Escolar e Comunitária ocorrido em Serra Negra – SP em 2009.

É possível observar que medidas já estavam sendo implantadas para tentar redirecionar a solução para os problemas relativos à violência e à indisciplina nas escolas paulistas. Nesse sentido, em 2009 foram instituídos em São Paulo dois novos instrumentos de orientação para as escolas. São eles: Manual de Proteção Escolar e Promoção da Cidadania e as Normas Gerais de Conduta Escolar, ambas pertencentes ao Sistema de Proteção Escolar Paulista e com o objetivo principal de instruir e direcionar as ações nas escolas no que se refere aos casos de violência e indisciplina.

O Manual de Proteção Escolar e Promoção da Cidadania foi elaborado com base no Manual aos Gestores das Instituições da Educação, da Secretaria de Educação do Distrito Federal (2008). Coincidência ou não, o Distrito Federal, mais especificamente sua capital Brasília foi uma das cidades escolhidas para a aplicação do Projeto de Justiça Restaurativa iniciado em 2004. No Manual existem menções e referências relativas a tal projeto, "Será mediando às relações conflitantes com intervenções pedagógicas que as estratégias saneadoras poderão ser legitimadas confirmando o verdadeiro contexto educativo que deve caracterizar a instituição escolar." (SÃO PAULO, 2009, p. 7)

Esse manual descreve uma série de conceitos pertinentes ao ambiente escolar (cidadania, cultura de paz, conflitos, violência), e aborda a questão da violência de forma didática e simples, explicando e citando autores que pesquisam sobre o assunto[15], Menciona ainda questões relativas a abusos e exploração sexual contra crianças e adolescentes e os tipos de violência (gênero, intrafamiliar, doméstica, etc.) e descreve os atos infracionais que podem ser cometidos pelos alunos e os tipos de crimes e contravenções penais que podem acontecer dentro da escola, além de temas como o bullying[16], preconceito, discriminação e racismo.

Dispõe ainda de tópicos específicos que descrevem e falam das competências de atuação dos vários órgãos públicos e privados que podem auxiliar as escolas nos problemas relativos à violência e à indisciplina (Vara da Infância e da Juventude, Promotoria da Infância e da Juventude, Conselho Estadual da Criança e do Adolescente – CONDECA, Conselho

[15] ABRAMOVAY, M., 2006. ABRAMOVAY, M e RUA, M das G., 2002. CALLADO, c. V., 2004. CHRISPINO, á. e CHRISPINO, R., 2008. MORIN, E., 2001, 2001. NOLETO, M., 2003. PERRENOUD, P., 2004. SANTOS, I. A., 2001. SCHRAIBER, l. e D'OLIVEIRA, A. F., 2008. SILVA, M. C. E., 2006.

[16] O bullying é uma das formas mais comuns de violência entre jovens, inclusive no ambiente escolar. Define-se pelo conjunto de comportamentos agressivos, intencionais e repetitivos, adotados por um ou mais alunos contra outro(s) em desvantagem de poder ou força física, sem motivação evidente, sob a forma de "brincadeiras de mau gosto" que disfarçam o propósito de maltratar, intimidar e humilhar, causando dor, angústia e sofrimento. (SÂO PAULO, 2009, p. 16).

Municipal da Criança e do Adolescente - CDMDCA, Conselho Tutelar, Delegacia de Polícia, Polícia Militar, Defensoria Pública, entre outros).[17]

Traz ainda informações sobre a escola e os procedimentos a serem tomados em casos específicos relacionados à segurança de alunos, servidores e patrimônio público. Essas informações aparecem sob a forma de perguntas e respostas e trata desde situações corriqueiras até casos graves como a ocorrência de crimes, por exemplo. Todas as situações são discutidas com o embasamento legal oferecido pelas normas vigentes e orientam o educador a usá-las, assim como possíveis encaminhamentos nos casos de violência, seja ela cometida por alunos ou contra eles, por servidores ou contra eles e em que situações as autoridades devem ser acionadas.

Analisando o disposto no item 66 do Manual de Proteção Escolar podemos afirmar que existem orientações para ações nos casos de conflitos no ambiente escolar. Assim, sendo o Manual, o professor percebendo que o aluno está agindo de forma diferente do costumeiro, estando inquieto quando normalmente não é. Tentando chamar a atenção dos colegas durante a aula quando normalmente não o faz. É interessante que o professor esteja atento aos movimentos realizados por este aluno em especial que, naquele momento destaca-se por estar usando de atitudes que não usa no dia a dia. De repente o professor percebe que este aluno está com um objeto estranho, descobrindo após a observação que se trata de uma "faca", um "canivete" ou qualquer outro objeto cortante. Este objeto coloca em risco a segurança de todos dentro da escola. Qual o procedimento a ser feito? Como o professor deve agir? Em primeiro lugar há que se tomar muito cuidado com relação às reações diante da situação, ou seja, se o professor abordar o aluno e tentar tirar-lhe o objeto há uma grande possibilidade de se ferir ou ferir o aluno. Ocorre uma situação parecida nas tentativas de assalto frustradas pela reação da vítima. Muitas pessoas acabam se ferindo por tomarem atitudes de reação emocional diante do acontecimento. O Manual em questão aborda a situação da seguinte maneira:

> 66) O que fazer se for detectado um aluno armado na escola?
> A direção deverá acionar a Polícia Militar (190) no momento em que tomar conhecimento do fato. Não se deve em hipótese alguma tentar desarmá-lo, o que pode criar riscos para os presentes na escola. Os pais ou responsáveis devem ser comunicados e a ocorrência deve ser registrada nos sistemas da Secretaria da Educação. (SEE/SP, FDE, 2009, P. 36)

O professor deve, então, com a maior naturalidade possível, tendo a certeza de que se trata de uma arma, comunicar imediatamente à direção da escola para que sejam

[17] Todas as informações citadas estão disponíveis em sua totalidade no site: <http//: www.educacao.sp.gov.br> Manual de Proteção Escolar e Promoção da Cidadania.

tomadas as providências descritas no manual. É necessário que o professor tenha plena certeza do que está acontecendo para que o educador não ser acusado de abuso, discriminação ou algo parecido. A utilização de palestras sobre o assunto para os professores e funcionários da escola, bem como orientações para os alunos sobre os riscos e consequências decorrentes do porte e utilização de armas seriam sugestões que poderiam ser muito úteis naquelas escolas em que tais ocorrências acontecem com maior frequência.

As orientações contidas no manual são interessantes e podem ajudar administradores e educadores no dia a dia, porém, não bastam. É preciso sempre buscar adequação e aperfeiçoamento das informações, divulgação e explicações da legislação vigente e uma abordagem efetiva dos problemas para a realidade da escola.

O Manual contém 83 páginas e traz informações interessantes para o cotidiano profissional e pessoal do educador. Ao final, enumera todos os órgãos possíveis de serem acionados nas mais diversas cidades do Estado de São Paulo, com telefones, endereços e e-mails. Destaca-se da análise a proposta de ações preventivas da violência e promotoras da cultura de paz, principalmente quando menciona “Realize a mediação dos conflitos existentes” (SEE/SP, FDE, 2009-I, p. 54), onde aparece mais uma vez a tentativa de implantação de algo diferenciado para tratar dos conflitos existentes. A meu ver o Manual foi escrito para orientar inicialmente os dirigentes das escolas, mas, por sua disponibilidade (Site da Secretaria da Educação) e impressão (11.500 cópias) foi estendido como proposta para todos os educadores e assim, difundido e analisado.

Outro documento importante para o Sistema de Proteção criado no Estado de São Paulo é o manual denominado Normas Gerais de Conduta Escolar, também escrito e divulgado para todas as escolas (28.500 exemplares)[18]. O Manual em questão abrange uma pequena introdução com as justificativas para a sua existência deixando em aberto à possibilidade de adaptações e normas específicas de cada escola, desde que elas não contradigam o manual e a legislação vigente no país, bem como sejam aprovadas pelo Conselho de Escola e sejam devidamente registrados no Regimento Escolar.

Descreve em detalhes os direitos dos alunos, desde seus direitos individuais à limpeza da escola, de formar grêmio estudantil até o direito a tratamento justo e cordial, bem como os demais direitos já garantidos na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

[18] Segundo informações do site da Secretaria da educação de São Paulo em 2009 a Rede Estadual de Ensino contava com 5.143 escolas. Disponível em <http//: www.educacao.sp.gov.br> Acesso em: 12 fev.2011.

O mesmo documento registra os deveres dos alunos, como freqüentar a escola e as aulas, estar preparado para elas, observar os horários, respeitar colegas e servidores, ser contrário à discriminação e, entre outros, me chamou a atenção o item 4.9: “utilizar meios pacíficos na solução de conflitos”. (SEE/SP, FDE, 2009-II, p. 10) também são abordados temas que se referem às condutas que afetam o ambiente escolar, dentre elas os atos que são considerados de indisciplina, que podem ser resolvidos com medidas administrativas e os mais graves que configuram atos infracionais e que devem ser encaminhados às autoridades competentes. Descrevem ainda as medidas disciplinares que poderão ser tomadas dentro da escola, de forma administrativa e aquelas que dependem de decisões judiciais, bem como os procedimentos a serem seguidos e as competências para aplicação das medidas disciplinares.

Há uma oscilação entre a forma retributiva de punição e inovações relativas à medidas restaurativas da normalidade, sendo que está última aparece principalmente nos “recursos disciplinares adicionais” (SEE/SP, FDE, 2009-II, p. 16), no qual se estabelece que professores, direção e o Conselho de Escola poderão se valer de outras medidas alternativas para “restaurar” a harmonia e o adequado ambiente escolar, propondo encaminhamentos para órgãos e serviços específicos (álcool, drogas, preconceito, discriminação), bem como “orientações individual ou em grupo para mediar situações de conflito”. (SEE/SP, FDE, 2009-II, p. 16). Os dois documentos citados serão abordados novamente quando estivermos investigando o interior da escola.

A função de professor mediador escolar e comunitário apareceu no ano seguinte, em 2010, como vimos, e fecha um círculo de conceitos inovadores. Mediação de conflitos, restauração da harmonia são hoje termos presentes na legislação e orientações existentes no Estado de São Paulo como uma tentativa de abordagem diferenciada para a resolução de conflitos, indisciplina e violência. São pensamentos certamente diferentes dos convencionais que conhecemos, ora aplicados nas escolas e que poderiam alcançar melhores resultados. Talvez seja uma cultura que demorará a se estabelecer, mas com certeza é a demonstração de que existe uma mentalidade diferente para a solução dos problemas de violência e indisciplina nas escolas, uma mentalidade restaurativa da paz, da tranqüilidade e da possibilidade de cumprimento dos objetivos maiores da Educação.

Nesse sentido o trabalho a ser realizado está somente começando. Será que as novas orientações propostas estão sendo divulgadas e aplicadas de forma adequada nas escolas? O professor mediador escolar e comunitário seria o elo para uma utilização diferenciada da legislação?

A proposta de ir a campo, verificar na prática o que está acontecendo foi posta como objetivo deste trabalho e será realizada em uma escola da rede pública estadual. Se o formalismo da Justiça Restaurativa não está sendo realizado “ao pé da letra”, a proposta é buscar respostas no sentido de quanto à escola de hoje já adquiriu essa “mentalidade restaurativa”, esse “modo de vida”, especialmente no que se refere às tentativas de enfrentamento dos problemas relacionados à violência e indisciplina.

Esperamos com a presente pesquisa possibilitar a verificação da aplicação efetiva de todas essas tentativas de mudança dentro dos procedimentos existentes dentro da escola. Mais do que normas, leis é preciso existir um movimento de mudança que esteja presente dentro do ambiente escolar. Não se pode negar que a dependência existente das políticas públicas existentes, da ação dos dirigentes e da própria conscientização do educador são condições essenciais para a realização de ações que proporcionem resultados efetivos. Porém, é preciso partir de algum lugar, mas estar atentos às ações isoladas e que tem bons resultados pode ser uma parte desse “quebra cabeças”.

Buscar os meios pelos quais entraremos neste ambiente se faz necessário.

4 – COMO CHEGAR À ESCOLA PESQUISADA: Os caminhos propostos

A pesquisa ora proposta será abordada sob a forma de um estudo de caso, o que faz com que essa pesquisa seja essencialmente qualitativa, porém, com utilização de dados quantitativos para posterior análise. Entendemos assim como Gomes (1993) que a metodologia pode ser vista como "conhecimento geral e habilidade que são necessários ao pesquisador para se orientar no processo de investigação, tomar decisões oportunas, selecionar conceitos, hipóteses, técnicas e dados adequados". (GOMES, 1993, p. 6) Assim a escolha do estudo de caso foi uma decisão tomada com o objetivo de absorver um pouco do conhecimento utilizado pelo educador em seu dia a dia de trabalho e expor esse conhecimento em lidar com questões adversas relativas à violência dentro e para fora dos "muros da escola".

Segundo Belas (1998), "Por sua própria natureza, um Estudo de Caso provoca, em quem participa dele, um processo de reciclagem pessoal, de descobertas pessoais. Todos aqueles que estão envolvidos num estudo desse tipo acabam, de certo modo, vivenciando uma experiência de autodescoberta."

A realização do estudo será em uma escola estadual localizada em um bairro simples e com clientela proveniente de famílias de baixa renda[19] em Marília - SP. A intenção é provocar - utilizando entrevistas e documentos, estudando e analisando a realidade da escola, uma possível descoberta sobre as necessidades e problemas existentes, bem como utilizar essa experiência para "desvelar" as ansiedades existentes em professores, dirigentes da educação e desse pesquisador no que tange à violência no ambiente escolar.

Assim como Hartley 1994 retrata como ponto forte do estudo de caso a possibilidade e capacidade de explorar os processos sociais dentro das próprias organizações, possibilitando "uma análise processual, contextual e longitudinal das várias ações e significados que ocorrem e são construídos nas organizações". (HARTLEY, 1994) Assim também tentaremos fazê-lo, buscando na fonte a coleta dos dados que possibilitariam o entendimento desse fenômeno social tão em evidencia.

André (2001) afirma que entre os diversos meios de se julgar uma pesquisa destaca-se a consideração que deve haver com relação à relevância científica e social, assim, com as considerações acerca das tentativas de se enfrentar o problema – neste caso a violência na escola - e que fiquem "evidentes sua contribuição ao conhecimento já disponível e a opção por temas engajados na prática social." (ANDRÉ, 2001, p. 59)

---

[19] Maríliaé um município que possui 216.745 habitantes, com uma área territorial de 1.170.252 km ² e uma densidade demográfica de 185, 21 (hab./Km²). (Fonte IBGE: HTTP://www.ibge.gov.br/cidadesat).

Concordamos com os pensamentos da autora e também com os educadores que participam dessa realidade, no que se refere à relevância social de uma pesquisa voltada para a violência na escola. Essa escola que parece tão frágil aos olhos da sociedade tendo em vista as diversas notícias de violência é forte por seus educadores ao ponto de enfrentar essa realidade apesar de todas as dificuldades. A relevância social e científica está no seio dessa própria escola que encontra soluções para os problemas por esforços próprios e deve ser exposta como mentora das soluções de conflitos e atuante em aplicar as Políticas Públicas existentes sem ter participado, na maioria das vezes, de sua elaboração.

A utilização de uma base bibliográfica focada na Justiça Restaurativa e seus princípios e experiências se justifica pela proposta inicial deste pesquisador, tanto no que se refere à necessidade de alternativas para o enfrentamento da violência, como na possibilidade das políticas públicas mais recentes estarem pendendo para essa nova "estratégia" de utilização da mediação como meio de solução de conflitos. O professor mediador escolar e comunitário pode ser parte dessa tendência e merece uma investigação "*in loco*" para podermos analisar as primeiras impressões de dirigentes e educadores a respeito desse novo personagem no contexto da educação escolar.

Como instrumentos de pesquisa foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas com o diretor, vice-diretor, coordenador, inspetores de alunos, oficiais operacionais e professores (incluindo aqui o professor mediador escolar e comunitário) e questionário com questões fechadas e abertas - cada uma delas formulada de modo a atender sua finalidade específica (quantitativa e qualitativa) - com os professores do ensino médio na escola pesquisada.

De acordo com Manzini (2004) existem três tipos de entrevistas: estruturada, semi-estruturada e não-estruturada. A entrevista semi-estruturada é direcionada por um roteiro elaborado preliminarmente, que contém na maioria das vezes questões abertas. As perguntas descritivas teriam grande importância para a descoberta dos significados dos comportamentos das pessoas de determinados meios culturais. (MANZINI, 2004, p. 3) A entrevista semi-estruturada permite assim uma organização flexível e ampliação das informações e questionamentos à medida que as informações vão sendo fornecidas pelo entrevistado, o que se torna primordial para alcançar os objetivos propostos em uma pesquisa com tema tão inquietante para os educadores.

A escolha do Ensino Médio para a realização das entrevistas com os professores justifica-se por dois motivos. O primeiro diz respeito à maior incidência de casos de violência ser registrados nessa etapa do ensino escolar (Ensino Médio), o que acarreta além

dos problemas disciplinares o cometimento de crimes. A verificação da quantidade de adolescentes nas casas correcionais é um registro incisivo de tais relações que, infelizmente, por diversas vezes acontecem também dentro da escola, a agressão física a professores, utilização de arma de fogo, uso e tráfico de drogas, entre outros. O segundo motivo diz respeito à possibilidade de analisar a visão dos educadores sobre todo o sistema educativo, o ensino médio é o resultado de toda a aprendizagem e somatória das relações pessoais que aconteceram em todo o decorrer do ensino fundamental.

Cabe aqui salientar que mesmo dando um enfoque maior ao Ensino Médio foi essencial a observação do dia a dia da totalidade da escola. De forma mais específica: foi importante verificar se ações, políticas públicas, criação de cargos e mecanismos que estão ou não sendo benéficos para a solução de problemas dentro da escola relacionados à violência e à indisciplina. Nesse sentido foi possível concluir, a partir da investigação e da observação da pesquisa que existe um esforço por parte do Poder Público em desenvolver mecanismos para o enfrentamento das questões relativas à violência e indisciplina dentro da escola. Porém, ações desordenadas e falta de organização estão sempre truncando a realização de ações que realmente estejam de acordo com as necessidades existentes.

No primeiro contato com a diretora da escola analisada foi possível identificar a existência de um material criado especificamente para o desenvolvimento de uma cultura diferenciada voltada para a realidade da escola no que se refere às questões de violência e indisciplina. O Manual de Proteção Escolar e Promoção da Cidadania e as Normas Gerais de Conduta Escolar criados foram sim entregues nas escolas do Estado de São Paulo, mas a orientação da Diretoria de Ensino é para não utilizá-los como embasamento para ações direcionadas dentro da escola, tendo em vista que os documentos ainda não foram regulamentados por ato normativo da Secretaria da Educação, servindo assim, por hora, apenas como meio viável de consulta da legislação e encaminhamentos mencionados.

A Diretora da Escola pesquisada confirma relatando que a metodologia implantada pela SEE não ajuda muito no desenvolvimento dos trabalhos e que seria necessário uma construção mais sólida e em conjunto com as escolas para atender as necessidades reais existentes. Como por exemplo, é o caso do Manual de Proteção Escolar e Promoção da Cidadania e das Normas Gerais de Conduta que foram feitas e não foram trabalhadas com as escolas deixando assim a desejar uma vez que não podem ser utilizadas visto que ainda não foram publicadas em Diário Oficial. A diretora da escola pesquisada cita ainda o exemplo da Progressão Continuada que seria de grande valia se fosse utilizada de outra maneira, com fundamentos e uma base possível de execução. (Diretora)

4.1 – Instrumentos Metodológicos

Os principais instrumentos utilizados para a coleta de dados foram as entrevistas semi-estruturadas e os questionários. Pudemos então saber de professores e dirigentes quais são as medidas tomadas nos casos de violência na escola. Se há o conhecimento necessário para o encaminhamento mais adequado, como está sendo utilização da legislação vigente e dos meios eletrônicos (ocorrência eletrônica) e ainda, qual a relação existente entre a violência e esses registros de ocorrências e, ainda, se o professor mediador e comunitário está sendo um meio para atingir a resolução dos problemas relacionados à violência.

As respostas obtidas e analisadas proporcionaram para este pesquisador uma visão privilegiada de uma pequena parcela do pensamento dos educadores no que diz respeito à violência e a indisciplina dentro da escola. Pude ainda analisar a incidência dos casos por intermédio da verificação de registros e formalidades existentes na escola no que se refere aos casos de violência e indisciplina, a utilização por parte do Estado de tentativas de redução das incidências desses casos, tais como o Projeto da Justiça Restaurativa, o Sistema de Proteção Escolar e por último o Professor Mediador e Comunitário.

Essa análise nos mostrou uma realidade difícil, mas bem trabalhada, cheia de pessoas interessadas em um bem maior, dispostas a dedicar toda a sua vida com um objetivo bem definido, uma educação digna e respeitada. Pessoas que trabalham de acordo com a legislação, desenvolvem os projetos mesmo quando as dificuldades de entendimento imperam. Pessoas que constroem uma realidade melhor, com suas estratégias próprias e perspicácia que estão sim surtindo um efeito positivo no enfrentamento da violência e na restauração da cultura de paz dentro da escola.

4.1.1 – Análise documental

A possibilidade de analisar registros de ocorrências na escola, bem como a forma com que elas são tratadas, o uso que se faz dos documentos oficiais (Regimento Interno e Plano Gestão), bem como os Manuais de Proteção Escolar e Promoção da Cidadania e de Normas e Condutas oferecidos e/ou colocados à disposição pela própria Secretaria de Educação desvendou uma realidade existente que não poderia ser vista se fosse observada somente do lado de fora da escola. Verificar como são usados direitos, deveres, procedimentos disciplinares e encaminhamentos realizados pela escola, bem como quais as orientações existentes na

documentação oficial foi essencial para participar da "vida" da escola. Isto porque não é suficiente saber simplesmente analisar se o professor está insatisfeito ou desmotivado, mas é preciso saber também como há que se enfrentar todas as dificuldades tendo que, efetivamente trabalhar.

4.1.2 – Participantes da Pesquisa

Foram entrevistados o diretor, o vice-diretor, o coordenador pedagógico da escola, o professor mediador escolar e comunitário, bem como os inspetores de alunos e servidores que atuam diretamente com os alunos, vivenciam seu dia a dia e se entrelaçam com as questões relacionadas à violência e indisciplina.

Para Duarte (2002) a metodologia de base qualitativa dificilmente define taxativamente "*a priori"* todos os participantes da pesquisa, assim eles vão surgindo ou sendo suprimidos dependendo da qualidade das informações obtidas em cada depoimento (DUARTE, 2002, p. 143)

Os questionários foram elaborados com questões de múltipla escolha e questões abertas, com a intenção que os educadores externarem suas opiniões e anseios. A expectativa foi de que esses questionários fossem respondidos por todos os professores que lecionam no ensino médio, porém, alguns voltaram em branco como veremos no próximo capítulo.

Sendo o nosso objetivo verificar um pouco do pensamento dos educadores, as entrevistas e questionários foram direcionados a estes profissionais, indagando como vêem a realidade existente hoje e se as políticas públicas utilizadas estão surtindo algum efeito no enfrentamento da violência e da indisciplina. O fato dos alunos não terem sido entrevistados ou terem respondido questionários foi proposital, uma vez que a nossa intenção desde o primeiro contato com a escola foi direcionar o enfoque ao educador. Há uma visão equivocada de que a Academia entra nas escolas para pesquisar situações que tornam os professores "vilões" responsáveis pelo fracasso da educação. Assim, deixar bem claro que o professor, o educador é o ponto central da pesquisa, como realmente é, foi uma estratégia de abordagem para deixar o professor bem à vontade para se expressar, mostrar sua realidade sem a preocupação de estar sendo "mais uma vez criticado".

4.1.3 – Entrevistas

O objetivo das entrevistas foi verificar a incidência de violência na escola e a participação do entrevistado quando ocorrido: saber quais os procedimentos que foram adotados, tais como a realização de mediação de conflitos, encaminhamentos para autoridades e entidades de ajuda, participação e ocorrências a partir da criação do cargo de professor mediador escolar e comunitário. Verificar se as medidas tomadas recentemente, como orientações, encaminhamento de manuais e normas tem alcançado algum resultado no que se refere à incidência de violência na escola e qual o sentimento de participação do entrevistado nesse processo.

Duarte (2002) explica que situações de contato entre pesquisador e sujeitos da pesquisa em seu ambiente de trabalho normalmente trazem dificuldades e em razão disso é preciso se inserir de forma tranqüila, evitando gestos e procederes que influenciem nas respostas para alcançar sucesso na abordagem. (DUARTE, 2002, p. 145)

O trabalho do professor mediador escolar e comunitário, seus anseios, sua prática e desenvolvimento de projetos e do próprio dia a dia que foram observados durante as visitas na escola. Viver e trabalhar ao lado desse profissional durante alguns dias foi uma experiência incomparável, que tornou possível descrever o que se passa dentro da escola com relação aos conflitos e a maneira como se dá sua atuação efetiva. Para Duarte (2002) “aprender a realizar entrevistas é algo que depende fundamentalmente da experiência de campo”. (DUARTE, 2002, p. 146)

Ainda foi oportuna a possibilidade de descobrir se as Políticas Públicas utilizadas recentemente pelo Governo do Estado de São Paulo são conhecidas pelos educadores, e se uma vez conhecidas trouxeram modificações nas formas de ver e enfrentar a violência e no conhecimento do professor com relação ao tema. Assim foi possível conhecer, pelo menos em parte, como e o que pensa esse professor, de que forma age em relação a todas essas tentativas de mudança se formou ou está se formando – ou não, - uma mentalidade restaurativa da cultura de paz que poderá, acreditamos, conduzir à uma melhoria no sistema de ensino no que se refere às questões de violência.

A intenção era saber a opinião do diretor, coordenador pedagógico e professores sobre o papel da escola nos casos de violência e se esses profissionais têm conhecimento das possibilidades existentes para tratar tais casos. Se existem medidas preventivas adotadas na escola. Se as orientações da Secretaria da Educação estão refletindo a

realidade e estão ajudando na solução desses problemas. Ainda mais, se o professor mediador escolar e comunitário veio pra ficar ou se será mais uma tentativa que não terá sucesso.

Um dos objetivos deste trabalho é sim buscar, *"in loco"*, um pouco das vontades e angústias do professor que está em sala de aula e vivencia de perto essa situação e acumula uma gama de informações em razão de sua múltipla função: tem que cumprir seu papel ensinando e realizando funções que nem suas são, ser um pouco família, orientar para a vida e mediar os conflitos inerentes a essa realidade é sim, um dos objetivos deste trabalho.

Enfim, as entrevistas assim como o trabalho como um todo foram instrumentos de verificação das atuais condições existentes na escola pesquisada com relação ao enfrentamento da violência e da indisciplina sendo que, servindo de amostragem, puderam informar e descrever para pesquisadores e educadores a realidade dos sujeitos que, dentro da escola, estão se dedicando há muito tempo nessas tentativas de melhoria, bem como desse novo "sujeito" – o Professor Mediador - que merece todo o nosso respeito assim como cada educador que trabalha na busca incessante de uma Educação de qualidade.

Os questionários e as entrevistas tiveram por objetivo obter um percentual dos casos de violência e indisciplina nas escolas. A possibilidade de existência de meios alternativos para o enfrentamento desses casos, assim como conhecer as possibilidades, assim como conhecer as possibilidades de existência de meios alternativos para o enfrentamento desses casos. A implementação do Projeto do Professor Mediador Escolar e Comunitário serviu como elemento importante para poder analisarmos o conhecimento, principalmente de docentes e administradores sobre o tema, suas experiências e possíveis resultados.

As perguntas foram voltadas para descobertas referentes ao entendimento dos educadores sobre a legislação existente no que se refere aos problemas de violência e indisciplina, bem como à tentativa de entender qual a visão dos educadores da realidade existente hoje. Ainda a possibilidade de existência de uma mentalidade voltada para a restauração das relações de harmonia e paz dentro da escola.

Poder estar em campo participando ainda que somente um pouco de toda essa realidade proporcionou para este pesquisador uma experiência difícil e ao mesmo tempo gratificante. Existem pessoas excelentes dentro das escolas e precisamos conhecê-las, ouvi-las explorar toda a sua experiência. Como explora muito bem Belas (1998) presenciei, vivenciei e aprendi dentro do ambiente escolar uma experiência que vou guardar como exemplo por toda a minha vida. No próximo Capítulo vou contar e analisar uma pequena parcela de todo o conhecimento que adquiri na exploração desse "rico" ambiente escolar.

5 - PESQUISA DE CAMPO: A Escola Alfa[20]: Organização Escolar, Resolução de Conflitos e Professor Mediador

Durante todo este capítulo a intenção é explorar, "viajar" pela realidade do ambiente escolar, tanto no que se refere à análise documental como na observação, nas entrevistas e nos questionários utilizados como captadores desses dados. Uma única escola proporcionou tantos dados e experiências que serão compartilhados neste Capítulo, a partir de agora.

5.1 - A Escola Alfa

Escola Estadual Alfa, localizada na Região de Marília-SP. A Escola está situada e tem como principal clientela a população de uma Comunidade[21] que possui um histórico de diversos problemas com violência e indisciplina. Criada em 30/12/1970 por Decreto Estadual, com a denominação de Ginásio Estadual. Em 1975, outro Decreto do Estado de São Paulo alterou o nome para EEPG Alfa. Por Deliberação do Conselho Estadual de Educação o nome mudou o nome para EEPSG em 1982 e, finalmente, em 1998 um Parecer do Conselho Estadual de Educação determinou a alteração para o nome atual EE Alfa [22]. Em 2010 foi implantado o projeto do Professor Mediador e Comunitário.

A escola ora pesquisada – Ensino Fundamental e Médio - está localizada na cidade de Marília e foi escolhida por se tratar de uma escola que já foi alvo de investigação deste pesquisador quando da elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso[23]. Naquela ocasião o objetivo era fazer uma comparação das condições e metodologia de ensino de uma unidade da rede pública com o sistema utilizado na escola localizada dentro de uma penitenciária.

A intenção era procurar semelhanças e diferenças, tanto no que se refere à estrutura física, como na metodologia de ensino. A pesquisa rendeu uma amostragem da situação existente na escola pública na época (2006) que se destacou pelas condições estruturais cercadas de dificuldades, seja no que diz respeito a estar em um bairro onde existe um alto índice de criminalidade[24], seja por ser uma escola antiga e que sofre com os obstáculos

---

[20] A partir desse momento do trabalho a escola pesquisada será identificada como Escola Alfa (nome fictício).
[21] A Comunidade está localizada na Região do Município de Marília.
[22] Plano Gestão (2007 – 2010). E E Alfa.
[23] SOUZA, 2006.
[24] Publicações na cidade de Marília indicam alguns dados da criminalidade no Bairro. Criança leva garrafada e mãe para na UTI após briga na Vila Barros briga, Seg., 03/11/2011, 10:16. Disponível em: http://www.portaldegarca.com.br. Acesso em 19/11/2011; 27/11/2009 08:00:16. Homem é assassinado com tiro

decorrentes do tempo de funcionamento. A escola está localizada a aproximadamente sete quarteirões da favela.

5.2 - Observações sobre a estrutura física e funcional da escola

A observação realizada em 2006 retratou uma situação diferente daquela encontrada atualmente. Naquela ocasião a escola possuía um quadro funcional de, além da diretora, 9 funcionários e 30 professores, além dos 300 alunos em 12 salas de aula, todas no período diurno, que eram divididos da seguinte maneira:

- 08 salas de Ensino Fundamental, de 6ª a 9ª Ano e;
- 04 salas que abrigavam o Ensino Médio.

Atualmente os dados colhidos referentes à situação funcional e à estrutura física demonstram uma evolução relevante na questão organizacional.

- Existem quatro salas de ensino médio, sendo dois primeiros anos (30 e 31 alunos respectivamente), uma sala de segundo ano (32 alunos) e uma sala de terceiro ano (28 alunos) totalizando 121 alunos.
- O ensino fundamental conta com outras 13 salas, com um total de 497 alunos.
- Existem ainda 02 salas para deficientes visuais (DV).
- O Ensino Médio funciona no período matutino das 07h00min h às 12h20min.
- Existem atualmente 15 docentes lecionando no Ensino Médio.
- A escola possui um total de 19 salas em funcionamento.
- A área total do terreno é de 8.000 metros quadrados, sendo que a área construída tem 2.978,82 metros quadrados.
- A escola possui ainda uma biblioteca, as salas são temáticas e cada professor tem a sua própria sala e são os alunos que circulam pelas salas de acordo com as disciplinas. Há uma quadra poli esportiva coberta, um refeitório, cozinha, cantina e outras salas para a administração (diretoria, coordenação, professores, vice-direção, secretaria, almoxarifados, arquivo morto, zeladoria, 06 banheiros, sendo 02 de professores, 02 de alunos e

---

nas costas na Vila Barros. Não há suspeitos pelo crime; polícia acredita em acerto de contas. Disponível em: http://www.diariodemarilia.com.br. Acesso em: 19/11/2011. 26/09/2011; 23:37:23 Mulher procurada é presa na Vila Barros. Ela vai cumprir sete anos e nove meses de prisão no regime fechado. Disponível em: http://www.diariodemarilia.com.br/. Acesso em: 27/11/2011.

02 administrativos, dispensa, campo gramado, jardim externo e garagem). Há também um *hall* de entrada e um pátio coberto grande para a recreação.

- Quanto ao quadro funcional administrativo conta com os seguintes servidores:

1. Diretor.
2. Vice-diretor.
3. Coordenador Pedagógico.
4. Agente de Serviço Escolar (limpeza). São dois mais uma pessoa contratada.
5. Agente de Serviço Escolar (merendeira). São duas ambas contratadas pela Prefeitura.
6. Agente de Organização Escolar (uma secretaria e dois inspetores de alunos).
7. Secretária (uma).
8. Professor Mediador e Comunitário (um).

Totalizando assim 12 (doze) servidores. O quadro da escola é de 14, estando assim com déficit de 02 funcionários.

- A escola foi incluída no projeto e recebeu o cargo do professor mediador e comunitário (01 profissional tendo em vista a quantidade de alunos).
- Com relação à incidência de ocorrências de violência e indisciplina a diretora revela que no ano de 2009 foram registradas 43 ocorrências e no ano de 2010 houve um crescimento para 55 ocorr~encias, todas devidamente registradas no site da FDE. O inicio dos registros foi em 2009.

O *hall* de entrada é pequeno e tem, ao seu lado direito, um acesso rápido à secretaria da escola, sendo protegido por uma grade. A separação entre esse *hall* e o interior da escola é feita por uma grande porta de ferro, que com fechadura elétrica, acionada por alguém da secretaria, permite a entrada de visitantes.

O pátio é a primeira coisa que se vê após a entrada. Na parte central há uma pequena cantina e alguns bancos. Do lado esquerdo do pátio é possível ainda ver uma quadra de vôlei de areia bem ao fundo, rente ao muro da escola e um espaço com árvores que pode ser usufruído nas atividades externas.

A parte administrativa está voltada para o interior da escola, nos dois lados do *hall* de entrada, sendo a secretaria, a sala da diretora, sala de coordenação, sala da vice-diretora, 1 (um) grande refeitório e a cozinha - que em 2006 era (1) um salão nobre e foi transformado,

sala de vídeo, depósito para merenda, 02 (dois)banheiros para os funcionários e 02 (dois) banheiros para os alunos que estavam sendo reformados em 2006 e agora estão muito bem conservados.

Na parte externa, em direção a quadra uma zeladoria, 1 (um) pequeno quartinho onde se guardam os materiais esportivos, 1 (uma) quadra coberta e 1 (uma) quadra de areia que estava em construção em 2006 e agora está pronta.

Antes do final de cada lado da área administrativa existem escadas que dão acesso ao piso superior onde ficam as salas de aula. As salas de aula são grandes e bem arejadas, bem cuidadas, com cores vivas, carteiras bem arrumadas e fazem parte de um grande corredor que separa 06 (seis) salas de aula de cada lado.

As salas de aula estão organizadas como “salas-ambiente”, ou seja, cada professor tem a sua sala e os alunos se movimentam de uma sala para a outra, de acordo com a grade horária. Segundo a diretora foi a melhor maneira encontrada para minimizar os problemas de indisciplina e depredação das salas de aula, bem como proporcionar aos alunos a oportunidade de levantarem-se e deslocarem-se, respeitando-se assim o dinamismo normal dos pré-adolescentes e adolescentes.

Ainda segundo a diretora, com a formação de salas-ambiente foi possível entregar para cada professor o material relativo à sua disciplina, para que os mesmos estando sob sua responsabilidade e guardados sempre na mesma sala, não se danificassem em seu deslocamento. As mudanças realizadas na escola proporcionaram uma melhora significativa com relação ao espaço físico completada por uma reforma completa na parte elétrica, pintura do prédio e muros da escola, término da adequação e reforma do salão nobre que foi transformado em cozinha e refeitório para as crianças, aquisição de novos computadores, mesas de pingue pongue, violão, móveis.

A observação de tantas mudanças na parte física de uma escola mostra que ela se mantém muito organizada, limpa, higiênica e adequada para a permanência dos alunos e nos ajuda a verificar as questões relacionadas à violência, indisciplina e desenvolvimento pedagógico, que em 2006 não eram o foco principal do trabalho, mas que já eram destacadas como relevantes no contexto.

5.3 - A Indisciplina

Na pesquisa realizada em meados de 2006, os relatos da diretora já mostravam que a escola enfrentava sérios problemas com a indisciplina e a violência. Segundo

ela, alguns alunos que não conseguiram ser inseridos pela escola pública no “universo do conhecimento”, provavelmente por questões ligadas aos problemas sociais existentes tinham se revoltado contra o sistema educacional, fazendo da escola um alvo de vandalismo, de criminalidade e de desrespeito. Na época indagada sobre tais questões a diretora relatou que quando assumiu o cargo passou a se preocupar de maneira mais incisiva com os problemas de indisciplina e violência dentro da escola, não se deixando vencer por tais atos isolados, lembrando aos alunos e aos pais os deveres existentes quando da convivência interpessoal. Alguns alunos foram afastados da escola em decorrência de processo judicial e aos poucos, nas palavras da diretora, a escola foi se transformando para melhor.

O direito à educação do jovem em formação não pode ser cerceado, porém, o que dizer quando um, ou uns poucos, põem em risco o direito de toda uma classe de alunos, ou de toda uma escola? É lamentável que o sistema educacional não consiga absorver toda a sua população-alvo da maneira como deveria ser, porém, há um inconveniente muito grande quando ocorre a submissão aos problemas. Sem contar a falta de conhecimento de alternativas e busca de soluções legais de certos dirigentes que, ao se omitirem diante de problemas tão graves, desenvolvem um mal ainda maior, o de deixar de lado o direito de uma coletividade, que deveria prevalecer. Pelas observações que fiz na época, pude constatar que esse não é o caso da escola pesquisada. Com certeza nela havia uma retomada de valores e disciplina, que são essenciais dentro de uma Proposta Pedagógica. Lembro-me muito bem que a pesquisa realizada na ocasião levantou uma questão polêmica com relação às punições. No caso dos sentenciados com quem trabalho as reprimendas implicam em sérias consequências para a sua permanência na escola. No caso do aluno que, apesar de todos os esforços da equipe educacional, não consegue se adequar ao convívio com os colegas é necessário também que se tomem as medidas legais para garantir a segurança e os objetivos educacionais dentro da escola.

Explicando melhor, os sentenciados estudam dentro de uma Penitenciária voluntariamente. Muitos querem fazê-lo, procuram seus tutores para adentrar no ambiente escolar dentro do presídio, porém, se tiverem problemas de ordem disciplinar *podem,* entre outras consequências, perder a possibilidade de permanência na escola, o que não deixa de ser uma condição necessária para usufruir de seu direito de estudar.

Cabe aqui um relato interessante no que se refere aos sentenciados, à escola pesquisada e a relação que jamais poderia ser imaginada se não fosse o espírito empreendedor das pessoas que fazem parte da Administração Pública. Certa vez recebi, como diretor de estabelecimento prisional, uma proposta de parceria com as escolas do município. A escola

necessitava de reparos urgentes como mencionei acima. Na ocasião, havia recursos disponíveis para a aquisição dos materiais, porém, não para a contratação de mão-de-obra. Surgiu então a idéia de utilizar a mão de obra dos sentenciados recolhidos no regime semi-aberto do presídio para fazê-lo. O que era somente uma idéia tornou-se realidade, os presos especializados em construção, pintura, assim como eletricistas e encanadores passaram a prestar serviços voluntariamente na unidade escolar e transformaram o espaço físico. Esta idéia prosperou e a partir daquela várias escolas foram totalmente reformadas.

Mas porque esta história tem importância no presente trabalho? A observação que fiz na época, tanto com relação aos sentenciados como com relação à escola e seus alunos revelaram a possibilidade de participação de maneira efetiva de pessoas que um dia tiveram oportunidade de estudar e não o fizeram, sendo "recrutados" pelo mundo do crime. Foi impressionante o relato dos sentenciados agradecendo a possibilidade de ajudar na escola que poderia ser de seus filhos. Sem dúvida um resgate de cidadania e um exemplo para as crianças em uma parceria que a princípio seria inconcebível.

Retomando a linha de pesquisa a possibilidade de verificar cinco anos depois a situação da escola, principalmente no que se refere à violência e à indisciplina, pode demonstrar o que aconteceu com as propostas e políticas públicas implantadas neste período, sua efetividade e viabilidade.

A diretora indagada sobre o problema da violência relatou que houve uma mudança radical, no início havia muitos problemas, inclusive com relação a ex-alunos que rondavam a escola trazendo muita preocupação, porém, com o apoio da Polícia Militar, dos pais, dos funcionários da escola e da comunidade conseguiram mudar a cara e a forma da escola. Ainda afirmou que, com relação aos alunos não haviam ações efetivas quando do acontecimento de problemas graves, somente eram feitos os procedimentos e anotados em seus prontuários. Atualmente o ROE Registro de Ocorrências Escolares facilitou as coisas e a atuação enérgica com relação aos problemas mais graves estão fazendo com que os alunos mudem de postura. Relata a diretora que, por diversas vezes, foram parar na Delegacia de Polícia ou foi necessária a intervenção da Polícia Militar. O que continua a acontecer diariamente são atos de indisciplina.

5.4 - A Proposta Pedagógica 2006

Quando estivemos na escola em 2006 a diretora informou que "a Proposta Pedagógica existente na escola consiste mais em um plano de gestão do que propriamente em

uma proposta pedagógica, uma vez que trata somente da parte estrutural da escola, funcional, na parte física e material" (Diretora).

Ao retornarmos para a escola em questão descobrimos que no ano seguinte, 2007, foi aprovado um novo Plano Gestão que traz em sua introdução:

> A construção do Plano Gestão da E E "Alfa", surgiu da necessidade de atingir os objetivos da ação educacional previstos na legislação em vigor, especificamente, na LDB 9394/96 e pela necessidade de transformar a realidade educacional desta Unidade Escolar, que apresentava alto índice de evasão escolar, indisciplina, alguma violência, ausência dos pais/responsáveis no processo educacional, falta de participação da comunidade escolar na tomada de decisões, professores e funcionários desestimulados pela falta de direcionamento e apoio administrativo/pedagógico.
> Visando concretizar um compromisso efetivo desta Unidade Escolar o planejamento de todas as atividades escolares teve como objetivo a reflexão por parte do coletivo da escola, incluída a comunidade escolar e os próprios alunos. Dessa reflexão surgiram os caminhos a serem trilhados na ação educacional, materializados na forma de Proposta Pedagógica, Planos de Curso, Planos de Ensino anuais e o Plano Gestão Escolar, sendo elaborado para um período de consecução mais amplo, de quatro anos (2007 – 2010), incluindo todos os dados e informações, diretrizes e normas de trabalho pedagógico e administrativo. (PLANO GESTÃO 2007-2010, p. 4)

Saliento que a elaboração da proposta pedagógica teve a participação de professores da UNESP de Marília. O relato em sala de aula a existência de uma transformação na escola já conhecida pelas dificuldades de relacionamento despertou o interesse dos professores da universidade. Essa parceria existe até hoje.

Como é possível observar a administração da escola elaborou no ano seguinte como se propôs, um Plano Gestão que se baseia nas necessidades da escola, destacando-se nele a busca de soluções para as questões de indisciplina. O documento anterior consistia em uma proposta com o nome "Proposta Pedagógica 2005", e descrevia a divisão dos alunos em turmas e horários. A divisão (matriz curricular) do ensino proposto em todas as séries, o Calendário Escolar Anual, com toda grade horária, horários dos servidores que prestam serviços na escola, escala de férias, e a relação de professores e suas disciplinas.

Após a análise detalhada do Plano Gestão, naquela ocasião, era possível observar que realmente se tratava de um plano que se preocupava com os aspectos físico e organizacional da unidade escolar. Não foi identificada nenhuma relação entre o Plano Gestão e a realidade escolar e, ao que parece, o projeto pedagógico foi feito para descrever as condições estruturais existentes na escola e no intuito de desenvolver alguns projetos isolados, sem vínculos de comprometimento entre a comunidade e a escola.

Foram previstas atividades Curriculares desportivas, Projeto: Paz, Projeto: Música na Escola, Projeto: Informática na Escola, Projeto: Qualidade de Vida (DSTS – DROGAS – ÀLCOOL - TABAGISMO), Projeto: Jardinagem, Projeto: Natureza na Mesa, Projeto: Resgatando a Cultura Popular, Projeto: Relacionamento, Projeto: Xadrez na Escola, Projeto Individual, e Projeto: Semana da Consciência Negra, com toda descrição, incluindo justificativa, objetivos, metodologia aplicada, ações, pessoal envolvido, professores direção e o tempo e cronograma das realizações.

Como proposto na época pela diretora, a partir do ano de 2007, através de uma avaliação dos alunos, participação de professores e comunidade, foi então elaborado o novo "Plano Gestão" que engloba uma proposta que se enquadrou nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), cujas características são descritas por PIMENTA, 1993,

> O projeto político-pedagógico ganha consistência e solidez à medida que vai captando sistematicamente a realidade na qual se insere. Daí a realização contínua de diagnósticos dessa realidade um instrumental importantíssimo nessa construção. Diagnóstico aberto, que não se cristaliza e que não encerra na constatação da realidade, mas que a lê e a interpreta – o que supõe conhecimento/posicionamento teórico/prático da equipe. Esse trabalho com o diagnóstico – os dados – será definidor/redefinidor do conteúdo/forma do projeto político-pedagógico da escola (PIMENTA, 1993, p. 79-80).

Apesar das dificuldades encontradas na transformação pretendida, o Plano Gestão foi amplamente discutido com realização de reuniões da equipe pedagógica, para conhecimento e discussão das diretrizes curriculares exigidas e da proposta adequada a ser construída para a escola. O resultado foi transcrito no documento mencionado e a missão da proposta pedagógica era a seguinte:

> Formar pessoas conscientes da necessidade de serem agentes ativos, críticos, solidários, éticos, compromissados, unidos e capazes de transformar o ambiente em que estão inseridos possibilitando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. (PLANO GESTÃO 2007-2010, p. 10)

De acordo com o Plano Gestão (2007-2010) cada professor tendo sua autonomia para desenvolver o seu plano de ensino, promove uma avaliação diária e uma avaliação bimestral, sendo esta documental, para constar nos registros que são encaminhados para a Diretoria de Ensino. Havia ao que parece uma individualização, planos de qualidade, porém, aplicados isoladamente.

O Plano Gestão de 2007 foi então elaborado para compartilhar conhecimentos relativos às diretrizes nacionais, avaliar as condições dos alunos, discriminar e utilizar bem os recursos existentes, estimular a participação do corpo docente e da comunidade, com uma

proposta sólida e condizente com a realidade e as necessidades da escola. Nas palavras de Muramoto (1992):

> Transformar, pouco a pouco, tudo! O próprio diretor de escola, em um chefe que dialoga que está a serviço da empreitada coletiva e que é um elemento do grupo se for para opinar, debater e defender suas idéias e posições. [...] Para essa "travessia" importante e difícil de nossa trajetória, devemos ocupar todos os espaços de encontro previstos na organização burocrática, para comunicações horizontais relativas à construção da Escola Pública que atenda aos interesses universais de seus mantenedores. (MURAMOTO, 1992, p. 54)

Continuando com a palavra a diretora da escola informava também que a resistência na participação da comunidade não é tão grande, porém, havia uma carência muito grande no que diz respeito à participação dos pais dos alunos.

Para amenizar a falta de participação a diretora começou então pela chamada dos pais e responsáveis dos alunos para a reunião de pais e mestres. Inicialmente fez os convites individualmente e não conseguiu muita adesão, porém, após outras chamadas o comparecimento de 150 pais demonstrou que a mudança de pensamento estava começando. A proposta era estimular a participação na reunião da Associação de pais e mestres, posteriormente no Conselho da Escola e finalmente, na construção de uma Proposta Político-Pedagógica adequada para a realidade da escola e consequentemente de seus filhos. Podemos hoje verificar que o resultado foi animador e revelador. A partir de então a comunidade foi se inserindo aos poucos, retirado o sentimento de “aversão” ao espaço escolar devido aos diversos problemas com a criminalidade existente ao seu redor, surgiu um novo pensamento que transformou a escola em um espaço amplamente defendido e frequentado pela comunidade.

É pertinente ainda, no que tange a proposta pedagógica, salientar que a propositura de uma série de objetivos e metas a serem alcançados, desproporcional com a realidade estrutural e funcional da escola, faz com que não haja resultados satisfatórios, causando assim, desmotivação e falta de confiança na seqüência dos trabalhos. Para reverter esse quadro a apresentação da proposta de trabalho de Professor Coordenador propondo a troca de experiências entre os professores por áreas afins, a construção em cada reunião da melhoria das relações interpessoais, o diagnóstico das dificuldades dos alunos e a troca de experiências entre seus pares; entre outros, demonstram a intenção da Equipe Pedagógica da escola, de poder proporcionar uma adequação da realidade existente, uma transformação no se refere aos métodos e projetos a serem realizados e a busca da formação de cidadãos.

Assim nasceu o Plano Gestão (2007 – 2010) que sistematizou a proposta de trabalho para a escola.

5.5 – Plano Gestão (2007 – 2010)

Quando estivemos na escola em 2006 havia uma dificuldade grande com relação ao Plano Gestão existente. Havia um documento assim intitulado, Plano Gestão, que descrevia as atividades da escola de forma meramente formal, aparentemente sem a devida elaboração adequada para sua realidade. Atualmente, após discussão em diversas reuniões, foi formulado um documento mais adequado, baseado nas necessidades da escola. Esse Plano Gestão (2007-2010) aparece está descrito nas Tabelas abaixo:

Tabela 1 – Descrição do Plano Gestão I (2007-2010)

Introdução - Identificação da Unidade Escolar	Caracterização da Unidade Escolar	Objetivos e Metas da Unidade Escolar
Identificação Localização Códigos Atos Legais Modalidade/Cursos/HorárIO de Ensino	Recursos Físicos Recursos Téc. pedagógicos Recursos Humanos Clientela Comunidade	Metas Imediatas Metas Mediatas Ações – Proposta Pedagógica/Planos de Curso Objetivos do Ensino Fundamental Objetivos do Ensino Médio Síntese dos Objetivos dos Conteúdos Programáticos Ensino Fundamental – Currículo Base e Oficinas Curriculares

Fonte: PLANO GESTÃO (2007-2010). Tabela elaborada pelo Autor (2011).

O Plano Gestão (2007-2010) descreve ainda os procedimentos pedagógicos existentes para a Unidade Escolar demonstrando a necessidade de preocupação com as questões relativas ao acompanhamento e avaliação do desempenho de cursos e alunos.

Tabela 2 – Descrição do Plano Gestão II (2007-2010)

Procedimentos para Acompanhamento das Avaliações dos Cursos	*Plano de Trabalho dos Núcleos*
Sistema de Avaliação Promoção Progressão Continuada Progressão Parcial Retenção Controle de Freqüência Recuperação Classificação Reclassificação	Núcleo da Direção Núcleo Técnico Pedagógico Núcleo de Docentes Núcleo de Discentes Núcleo de Administração Núcleo de Operacional Acompanhamento, controle e Avaliação da Proposta Pedagógica e do Plano Gestão

Fonte: PLANO GESTÃO (2007-2010). Tabela elaborada pelo Autor (2011).

Ao final do documento são também descritos os anexos que embasam a atuação de professores, direção e demais servidores, como exposto na Tabela 3:

Tabela 3 – Plano Gestão (2007-2010) – Anexos

Anexos
Calendário Escolar e Cronograma Escolar
Matriz Curricular do Ensino Fundamental
Matriz Curricular do Ensino Médio
Agrupamento dos Alunos por turno, curso, série e turma
Horários das Disciplinas por Série e Curso
Quadro docente
Quadro de Funcionários
Horário de trabalho dos Funcionários
Escala de Férias dos Funcionários
Escala de Substituição da Direção
Procedimentos para controle de freqüência
Ficha Individual de Acompanhamento Bimestral (Deliberação nº 11/96)
Plano de Melhoria Anual
Instituições Escolares: Grêmio Estudantil e A P M
Colegiados Escolares: Conselho de Classe e Série e Conselho de Escola
Propostas de Trabalho das Professoras – Coordenadoras
Organização das Horas de Trabalho Coletivo (HTPCs)
Projetos Especiais

Fonte: PLANO GESTÃO (2007-2010). Tabela elaborada pelo autor (2011).

Os subitens seguintes detalham o Plano Gestão (2007-2010) e tornam possível a visualização do trabalho desenvolvido na escola.

5.5.1 – Identificação da Unidade Escolar e Caracterização

Há uma descrição completa de toda a escola, mencionando o nome e cargos das pessoas responsáveis, bem como a completa caracterização física e estrutural da escola, mais a descrição completa dos recursos técnicos e pedagógicos, recursos humanos, clientela e comunidade, entre os quais destacamos:

> **3.4. Clientela**
> A clientela da Escola Alfa em sua maior parte é oriunda da circunvizinhança (Vila Barros e Vila Altaneira), é carenciada de modo geral, muitos provenientes de lares que fogem da estrutura patriarcal.
> Muitos alunos são filhos de empregados braçais, empregadas domésticas, catadores de papel e após o horário de aula auxiliam seus pais no trabalho.
> Residem em habitações com mínimo conforto, geralmente inacabadas, de alvenaria, ou em barracos de madeira e restos de construção. Dentro desse quadro, estudar, para uns, torna-se a única forma de escapar desse ambiente e, para outros, uma atividade de rotina, desvinculada das finalidades que nos levam a tarefa diária de oferecer-lhes as melhores condições possíveis de educação e participação nos bens culturais.

> **3.5. Comunidade**
> A Escola está localizada no Bairro X, especificamente na região leste do município, região esta que abrange área comercial e residencial, também há diversas comunidades religiosas e entidades assistenciais como CACAM e Associação Filantrópica de Marília, das quais recebemos alunos.
> A Escola tem melhorado o relacionamento com a comunidade, apesar disso, não é grande a participação da mesma nas atividades regulares, restringindo-se a um número pequeno de pais conscientes e cooperativos. (PLANO GESTÃO 2007 – 2010, p. 6-7)

A pormenorização da clientela e da comunidade concede um enfoque específico aos educandos da escola que, por questões sociais demonstram ser menos favorecidos. Essa contextualização implicará posteriormente nas citações sobre a questão de conflitos existentes no bairro em que se localiza e escola e, consequentemente no próprio ambiente escolar.

5.5.2 – Objetivos da Unidade Escolar

Segundo o Plano Gestão (2007 – 2010, p. 8) são objetivos gerais da Escola:

> 1. melhorar a qualidade do ensino, motivando e efetivando a permanência do aluno na Escola, evitando a evasão;
> 2. criar mecanismos de participação que traduzam o compromisso de todos na melhoria da qualidade de ensino e com aprimoramento do processo pedagógico;
> 3. promover a integração escola-comunidade;
> 4. permitir ao aluno exercitar a cidadania a partir da compreensão da realidade, para que possa contribuir em sua transformação;
> 5. criar condições para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades e tenham acesso aos conhecimentos para que possam intervir na sociedade;
> 6. atuar no sentido do desenvolvimento humano e social tendo em vista sua função maior de agente de desenvolvimento cultural e social na comunidade.
> 7. buscar novas soluções, criar situações que exijam o máximo de exploração por parte dos alunos e estimular novas estratégias de compreensão da realidade.

A descrição dos objetivos da escola pelo Plano Gestão (2007-2010) aponta para uma escola preocupada com a melhoria do ensino, inserção social e formadora de cidadãos capazes de desempenhar plenamente seus direitos e deveres. Propostos tais objetivos a propensão aos casos de violência e indisciplina tendem a diminuir, ou existem pendências no que se refere às ocorrências existentes na escola.

5.5.3 – Metas e Ações da Unidade Escolar

As metas traçadas quando da elaboração do Plano Gestão (2007 – 2010, p. 9) são:

Metas Imediatas:

1. diminuição dos níveis de evasão escolar;
2. diminuição do déficit de aprendizagem;
3. adequação e elevação da qualidade de ensino;
4. envolvimento e integração dos pais, com vistas a uma participação ativa na educação de seus filhos;
5. implementação da cidadania e da dimensão política;
6. unificação das diversas abordagens didáticas;
7. envolvimento dos docentes, alunos, pais/responsáveis e funcionários na concretização do Projeto Pedagógico;
8. elevação do índice de alunos aprovados com a média mínima em todos os componentes curriculares;
9. trabalhar com os resultados das avaliações internas e externas para obter melhora na qualidade do ensino.

Metas Mediatas

- preparar para a (re)construção do conhecimento;
- saber respeitar o próximo em seus bens materiais e morais;
- usufruir dos bens da natureza, minimizando os danos à mesma;
- formar e não apenas informar;
- dominar os conteúdos básicos programáticos;
- internalizar seu papel como cidadão
- conscientizar sobre a importância da sua contribuição para o bem estar da comunidade;
- valores morais definidos e introjetados;
- conscientização sobre a importância do estudo para o crescimento interior e auto-realização;
- formar cidadãos críticos e conscientes;
- desenvolvimento das habilidades/competências dos educandos.

Ações

- capacitação profissional dos docentes através de palestras, dinâmicas de grupo, troca de experiências, além de estimulá-los a busca de novos conhecimentos;
- projeto de recuperação contínua /reforço;
- implantação de projetos: Prevenção, Meio Ambiente, Conservação do Patrimônio, Salas Ambiente, Cidadania, Solidariedade, PAZ, Fanfarra, Teatro, Horta Comunitária;
- através de reuniões pedagógicas, trabalhar com os professores a necessidade de encontrar caminhos adequados e prazerosos para a concretização do processo ensino e aprendizagem, construindo dessa forma, um ambiente estimulador e agradável. Uma pedagogia integrada no aluno e nos conteúdos;
- implantação do projeto Lar e Família, conscientizando os pais da sua importância na construção do caráter de seus filhos;

> - conscientizar os docentes/funcionários da importância do trabalho em equipe para obtenção de um funcionamento integral da Escola, estimulando uma relação de igualdade, respeito e consideração mútua.
> - capacitar os docentes sobre a avaliação como parâmetro diário para um replanejar constante e não como uma medida de valor inexorável;
> - através de reuniões, manter contato direto harmonioso de forma que os pais percebam a importância de sua participação para a concretização de uma escola de qualidade;
> - utilização da Sala de leitura (estímulo à leitura) e dos laboratórios (como fontes de descobertas científicas e pesquisa)
> - revitalização das atividades do Grêmio Estudantil;
> - palestras específicas para os alunos do Ensino Médio, para que os mesmos possam, através de informações atuais, sentir-se estimulados a freqüentar as aulas, percebendo que os conhecimentos adquiridos na Escola serão necessários para que possam enfrentar um mundo globalizado;
> - administrar, com a participação de professores, pais, funcionários e direção, as verbas recebidas, de forma a atingir o objeto maior que é a construção de uma escola pública de qualidade.

Apesar das metas mediatas e imediatas da escola terem sido traçadas no mais puro espírito de dedicação a valores e princípios como a integração com a comunidade, a qualidade de ensino, o respeito ao próximo, entre outros. O norteamento das ações voltadas ao desenvolvimento do aluno inclusive mencionando a busca por caminhos prazerosos para a construção do conhecimento demonstra o comprometimento dos educadores da escola com o desenvolvimento dos alunos. Porém, podemos destacar a inexistência de metas ou ações voltadas para o enfrentamento dos problemas relacionados à violência e à indisciplina como uma questão relevante nesse tópico.

5.5.4 – Proposta Pedagógica

Analisando a proposta Pedagógica encontramos a missão proposta como:

> Formar pessoas conscientes da necessidade de serem agentes ativos, críticos, solidários, éticos, compromissados, unidos e capazes de transformar o ambiente em que estão inseridos possibilitando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. (PLANO GESTÃO 2007-2010, p. 10)

Continuando a análise os planos de ação da Proposta Pedagógica se convertem em Projetos propostos para serem desenvolvidos e estão descritos na Tabela 4:

Tabela 4 – Ações Propostas pela Escola

Ações Propostas – Plano Gestão (2007-2010)
Formar escritores e leitores que conseguem atribuir sentido ao que lêem e escrevem.
Conscientizar e vivenciar as normas regimentais para desenvolver o respeito mútuo dentro e fora do ambientes escolar.
Valorizar o espaço escolar promovendo o acesso da comunidade
Formação do Grêmio Estudantil e eleição do representante na Câmara Municipal Mirim
Avaliar de forma individual e global
Intervalo saudável
Resgatar e praticar o sentimento patriótico
Preservação do meio ambiente:
Fanfarra e grupo de teatro.

Fonte: PLANO GESTÃO (2007-2010). Tabela elaborada pelo Autor (2011).

Sobre os projetos e ações comenta a diretora que os projetos, metas que foram traçadas em 2006, no Plano Gestão 2007-2010, que conseguiram boas vitórias, como é o caso do sentimento patriótico onde todas as sextas feiras são desenvolvidos trabalhos com cada sala (Hinos, Bandeira) evitando problemas disciplinares uma vez que a escola inteira sendo reunida causaria problemas. O Projeto do Meio Ambiente está sendo desenvolvido pela Vice-Diretora que iniciou o cultivo de uma planta para ajudar na alimentação e nutrição das crianças. (Diretora)

A diretora informa ainda que as salas-ambiente continuam em funcionamento e que dão bons resultados, porém, há certa dificuldade com os professores que vêm de fora e tem uma difícil adaptação. O Projeto de música ficou prejudicado, pois a professora que atuaria com a banda e fanfarra foi transferida. Com relação ao objetivo a ser desenvolvido do intervalo saudável relata que conseguiu comprar quatro mesas de tênis de mesa que são utilizadas pelos alunos, existe uma sala onde os alunos utilizam-se do violão para cantar e praticar, além da quadra de esportes e de areia. Com relação ao Grêmio Estudantil faz menção que desde que foi planejado e implantado a participação dos alunos ainda é pequena e está tentando despertar o sentimento de importância da representação.

5.5.5 – Planos de Curso

O Plano Gestão (2007 – 2010) estabelece neste tópico os objetivos traçados para o ensino fundamental e médio. Mais uma vez o destaque a questão pedagógica é aparente detalhando os objetivos do Ensino Fundamental e Médio com destaque para os diversos “conhecer”, “perceber”, “desenvolver”, “saber” e questiona”. Porém, as mais diversas

estratégias traçadas para a aquisição do conhecimento por vezes esbarram na impossibilidade de execução tendo em vista os problemas relacionados à violência e à indisciplina. Buscamos nessa análise do Plano Gestão (2007-2010) o desenvolvimento de propostas que possibilitem a efetivação dessa aprendizagem e minimizem as ocorrências de conflitos dentro da escola.

O Plano Gestão descreve ainda uma síntese dos objetivos dos conteúdos programáticos das disciplinas do Ensino Fundamental , currículo base de Língua Portuguesa, Matemática, Língua Estrangeira – Inglês, Educação Artística, Ciências, Geografia, Educação Física, orientações para as oficinas curriculares do ensino fundamental, orientação para estudo e pesquisa, Espanhol, Atividades Motoras e Esportivas, Filosofia, além de experiências Matemáticas, atividades artísticas, e ainda temas sobre Informática Educacional, Saúde e Qualidade de Vida e Empreendedorismo Social.

Com relação ao ensino Médio menciona os objetivos das Disciplinas de Língua Portuguesa, Literatura, Matemática, História, Língua Estrangeira – Inglês, Educação Artística, Química, Biologia, Física, Educação Física, Geografia e Sociologia.

Sempre escritas de forma clara para facilitar o amplo entendimento as orientações estão descritas minuciosamente e refletem as intenções do Plano Gestão e da Escola para cada Disciplina.

5.5.6 – Os Cursos e o Plano de Trabalho dos Núcleos

A parte final do Plano Gestão (2007 – 2010) sistematiza todas as informações necessárias para o sistema de avaliação, tratando da promoção e da progressão continuada, progressão parcial, retenção, controle de freqüência, recuperação, classificação e reclassificação dos alunos estabelecendo os seguintes critérios:

O processo de ensino e aprendizagem será avaliado de forma contínua, cumulativa e sistemática, visando:

- diagnosticar e registrar os progressos e dificuldades do aluno;
- possibilitar que o aluno auto-avalie sua aprendizagem;
- orientar o aluno quanto aos esforços necessários para superar as dificuldades.
- fundamentar as decisões quanto à necessidade de procedimentos de reforço e recuperação da aprendizagem, de classificação e reclassificação de alunos;
- orientar as atividades de planejamento e replanejamento dos conteúdos curriculares.

5.5.7 – Plano de Trabalho dos Núcleos, Acompanhamento, Controle e Avaliação da Proposta Pedagógica e do Plano Gestão

Após análise detalhada de todo o Plano Gestão da Escola é possível observar e destacar que existente uma preocupação latente com a necessidade de cumprimento das normas vigentes, de atenção com relação à importância da Comunidade e principalmente com o compromisso existente com os alunos. O Plano de Trabalho dos Núcleos existentes dentro da escola esclarecem ainda mais essas afirmações.

De acordo com o Plano Gestão (2007-2010) a direção da Escola terá sua atuação voltada para:

> - mediação entre o corpo docente e discente, para que as propostas pedagógicas e curriculares possam ser desenvolvidas de forma eficaz;
> - propiciar formas de entrosamento entre a escola e a comunidade;
> - trabalhar na criação de condições para que haja um processo de ensino e aprendizagem adequado à realidade do educando, bem como adequá-lo às suas necessidades;
> - atuar junto aos Conselhos de Classe e Série, detectando problemas e auxiliando em possíveis soluções;
> - reuniões pedagógicas voltadas para a troca de experiência e informações, onde os docentes possam aproveitar a teoria, aplicando-a no exercício cotidiano;
> - desenvolver atividades que garantam o bom funcionamento da escola, em todos os segmentos, zelando pela melhor consecução possível da tarefa de toda a equipe escolar. (PLANO GESTÃO, 2007-2010, p. 44-45)

O Núcleo Técnico Pedagógico, compreendido pelo Coordenador da Escola e pelo Coordenador das Oficinas Curriculares, terá sua atuação voltada para o acompanhamento e avaliação da Proposta Pedagógica da Escola, incluindo atividades coletivas de trabalho pedagógico (HTPCs) e projetos de reforço e recuperação contínua da aprendizagem deverá proporcionará:

> - reuniões de professores de áreas afins, para trabalhar a multidisciplinaridade (HTPC);
> - avaliação do trabalho do grupo, detectando as dificuldades de cada um, oferecendo cursos de aperfeiçoamento;
> - organização de grupos de reforço, selecionando o conteúdo a ser reforçado, relacionando os alunos necessitados de reforço e discussão sobre as formas mais adequadas de se trabalhar com essa clientela específica;
> - organização de festas escolares, contando com a participação de todos, para que haja envolvimento com os projetos;
> - promover a união do grupo de professores, melhorando o ambiente e facilitando o trabalho em equipe;
> - organizar atividades lúdicas, com jogos e brincadeiras, para incentivar a integração dos alunos;
> - organizar excursões diversas, com objetivos educativos e recreativos;

- incentivar a participação da comunidade na escola, APM, festas escolares, com o objetivo de melhor integrá-la e promover a conscientização de que a participação da comunidade é benéfica para o rendimento dos alunos. (PLANO GESTÃO, 2007-2010, p. 45)
-

O núcleo dos docentes terá sua atuação voltada para:

- elaboração dos Planos de Ensino de acordo com a Proposta Pedagógica, Plano Gestão e Plano de Curso da Escola enfatizando o previsto na LDB 9.394/96, Parâmetros Curriculares Nacionais e orientações da Secretaria de Educação do estado;
- desenvolver as atividades relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem dos alunos;
- participar das horas de Trabalho Pedagógico Coletivo(HTPCs), visando a consecução da Proposta Pedagógica;
- dar cumprimento à Proposta Pedagógica da escola, tendo em vista a finalidade do ensino Fundamental e Ensino Médio: formar cidadãos, fornecendo, ainda conhecimentos e habilidades necessários à sua mais ampla e efetiva participação na sociedade; (PLANO GESTÃO, 2007-2010, p. 45)

As ações do corpo docente estarão voltadas para atingir os objetivos através de:

- reuniões com Direção e Professores Coordenadores para estudo e pesquisa;
- utilização de métodos e técnicas que incentivem e levem ao aprendizado;
- elaboração e reformulação do Plano de Ensino, quando necessário;
- proceder ao acompanhamento e avaliação dos alunos, dando prioridade aos aspectos qualitativos em relação aos quantitativos, em termos de rendimento escolar. (PLANO GESTÃO, 200-2010, p. 45-46)

O núcleo dos discentes terá sua atuação voltada para o acesso às informações necessárias à sua educação e ao desenvolvimento para a vida, devendo ter sua atuação voltada para:

- reconhecer os direitos , deveres, proibições e sanções determinados pelo regimento da Unidade Escolar.
- contribuir, em sua esfera de atuação, para o prestígio da escola;
- comportar-se de modo a fortalecer os direitos e deveres individuais e coletivos;
- submeter-se à aprovação dos superiores à realização de atividades de iniciativa pessoal ou de grupos, (Grêmio Estudantil), no âmbito da Escola. (PLANO GESTÃO, 2007-2010, p. 46)

O Núcleo administrativo terá sua atuação voltada para apoiar administrativamente o processo educacional e a direção da escola através de atividades pertinentes a:

- a documentação e escrituração escolar e de pessoal;
- organização e atualização de arquivos;
- expedição, registro e controle de expediente;

> - registro e controle de bens patrimoniais, bem como aquisição , conservação e uso de materiais e gêneros alimentícios;
> - serviços gerais da secretaria;
> - atendimento ao público;
> - atender as solicitações da direção. (PLANO GESTÃO, 2007-2010, p. 46)

O núcleo operacional terá sua atuação proporcionando apoio ao conjunto de ações complementares de natureza administrativa e curricular relativas a:

> - zeladoria, vigilância e atendimento de alunos;
> - limpeza, manutenção e conservação das áreas interna e externa do prédio;
> - controle, manutenção e conservação de mobiliário, equipamentos em geral e materiais didático-pedagógicos;
> - controle, manutenção,conservação, preparo e distribuição da merenda escolar;
> - cuidar para que a integridade de seus pares, alunos e do pessoal em geral seja preservada. (PLANO GESTÃO, 2007-2010, p. 46-47)

A avaliação incidirá sobre os aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros da atividade escolar, devendo ser realizada através de procedimentos internos, definidos pela Escola e externos, pelos órgãos centrais da Secretaria de Educação do Estado.

A interna, realizada pelo Conselho de Classe e Série em reuniões especialmente convocadas, terá como objetivo a análise orientação e reformulação, se necessário, dos procedimentos pedagógicos, financeiros e administrativos.

Terá como meta o aprimoramento da qualidade do ensino, sendo sustentada por procedimentos de observação e registros contínuos, para permitir o acompanhamento:

> - sistemático e contínuo do processo de ensino aprendizagem, de acordo com os objetivos e metas constantes da Proposta Pedagógica e do Plano Gestão;
> - do desempenho da equipe escolar, dos alunos e dos demais funcionários, nos diferentes momentos do trabalho educacional;
> - da participação da comunidade escolar nas atividades propostas pela Escola. (PLANO GESTÃO, 2007-2010, p. 47)

O trabalho envolve todas as funções e dependências da escola. A observação e desempenho de todos os servidores, bem como as obrigações e direitos dos alunos aparecem de forma clara destacando-se as metas a serem cumpridas e as necessidades que envolvem o processo de aprendizagem. Apesar de ser de forma tímida e talvez não com o significado proposto neste trabalho de pesquisa aparece pela primeira vez o termo mediação. A “mediação entre o corpo docente e discente, para que as propostas pedagógicas e curriculares possam ser desenvolvidas de forma eficaz” (PLANO GESTÂO 2007-2010, p. 44) merece destaque. A obrigação da direção de mediar essa relação implica claramente na obtenção de meios para que

as ocorrências de indisciplina e violência não atrapalhem o curso da aprendizagem. Resta o questionamento acerca da necessidade de que todos os membros desse processo possam atuar, inclusive e principalmente a direção.

5.6 - Proposta de Escola de Tempo Integral

A escola pesquisada era uma das escolas que foram escolhidas na época para funcionar em tempo integral. A Escola de Tempo Integral consistia em um programa que fazia com que os alunos tivessem, na parte da manhã a grade curricular normal e na parte da tarde, Oficinas Curriculares, em complementação às aulas ministradas na parte da manhã. A proposta do Governo do Estado determina que:

> Essa escola deverá ser redimensionada e enriquecida em sua estrutura organizacional com novos espaços e oferecer maior tempo de permanência aos alunos, sem perder de vista os ganhos já conquistados. A organização curricular dessa escola in1clui manter o desenvolvimento do currículo básico do ensino fundamental, enriquecendo-o com procedimentos metodológicos inovadores, de modo a revesti-Ia de uma singularidade que estará oferecendo novas oportunidades de aprendizagem e se constituindo em uma escola com projeto pedagógico articulado e coerente com os princípios preconizados (Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, 2006, p. 3).

Para que a Escola de Tempo Integral pudesse ser implantada na escola pesquisada estão ocorrendo uma série de modificações físicas, que ocorrem na escola, fase que era importante para que a execução do projeto fosse bem sucedida,

> Sintonizar os objetivos desses desdobramentos com as finalidades básicas de uma escola de ensino fundamental, pressupõe matrizes curriculares ampliadas, que se consolidam como indicadores e como referenciais a partir dos quais a equipe escolar, frente às possibilidades de adequação do espaço físico existente, dos recursos humanos e materiais disponibilizados, deverá planejar e organizar sua proposta de trabalho (Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, 2006, p. 3).

O projeto da Escola de Tempo Integral descreve em seus anexos, II e IV (SEE-SP, 2006, p. 5 e 15) as Oficinas Curriculares propostas, sendo Orientação para Estudo e Pesquisa, Atividades de Linguagem e de Matemática (Hora da leitura, Experiências Matemáticas, Língua Estrangeira Moderna - Inglês e Informática Educacional), Atividades Artísticas (Teatro, Artes Visuais, Música e Dança), Atividades Esportivas e Motoras (Esporte,

Ginástica e Jogos) e Atividades de Participação Social (Saúde e Qualidade de Vida, Filosofia e Empreendimento Social), totalizando sempre 45 horas semanais.

O projeto está exposto pela Apostila da "Escola em Tempo Integral" (2006) que descreve todas as oficinas e as atividades propostas e contém "Apresentação", "Conteúdos", "Procedimentos Metodológicos", "Objetivos", "Perfil do professor", "Material de Apoio", "Ambientes adequados para a realização das atividades", sugerindo inclusive os temas e detalhando como devem ser implantadas as Oficinas Curriculares.

A partir da "Apostila da Escola de Tempo Integral" a escola desenvolveu os Projetos para o ano de 2006 baseados nos projetos existentes na proposta de 2005 e que não foram executados, Projeto: "Projeto de Atividades Esportivas e Motoras" – Modalidade de Ginástica, para as 7ª A e B e 8ª A; "Projeto de Jardinagem"; "Projeto Horta", "Projeto Meio Ambiente: Amigo do Planeta" e o "Projeto Balcão Térmico".

Segundo a diretora existia uma falha nesta disposição, uma vez que os professores que ministram aulas na parte da manhã, nas disciplinas regulares não são os mesmos da parte da tarde, que aplicam as atividades das oficinas curriculares, divergindo muitas vezes em conteúdos e inviabilizando a complementação proposta. Assim revelou a diretora, que já havia uma propositura para o ano de 2007, de integrar o corpo docente para que não mais ocorra tal incoerência. Assim sendo, os mesmos professores fariam as atividades na parte da tarde, tendo então carga integral na escola e, dessa forma, o trabalho em equipe poderia ser bem aproveitado na Escola de Tempo Integral.

Salientava ainda, a diretora, que a maior dificuldade em relação às atividades encontrava-se no fato de que muitas das crianças chegam ao 6º Ano sem estarem alfabetizadas destacando-se, porém, que o bom aproveitamento da Escola de Tempo Integral poderia ser uma alternativa para superar essa situação adversa.

A diretora afirma ainda que a Escola de Tempo Integral não mais existe na escola e sabe que as escolas que continuam tem horário somente até as 14h00min e são somente de primeiro a quinto ano (Diretora da Escola). Mais um projeto que teve um ótimo objetivo, porém, sendo mal implantado e estruturado foi fadado ao insucesso. Recordo-me que na época a diretora estava animada com a possibilidade de utilizar o tempo integral como ferramenta para a superação das dificuldades pedagógicas. Hoje, infelizmente, não existe mais.

5.7 - Gestão Democrática na Escola Alfa

A Gestão Democrática da administração existente na escola pesquisada pode ser descrita com a atuação percebida por este pesquisador em duas oportunidades. Em 2006, quando estive na escola pesquisada, verifiquei muitos detalhes no que diz respeito a essa administração.

Primeiramente, a diretora da escola propiciou a realização da pesquisa sem criar qualquer tipo de resistência. Observamos na ocasião o bom andamento da escola como no caso das diversas reformas (banheiros, cozinha, vidros das janelas, entre outras), bem como da própria administração no contato respeitoso e igualitário com alunos, pais e subordinados.

Quando indagada sobre como tomava as decisões, a diretora relatou que devido a diversos problemas pelos quais a escola já havia passado tais como troca de diretores que ficaram por um curto período na escola, desunião no que se refere à interação entre corpo docente, funcionários, pais e alunos, preferia tomar as decisões de cunho administrativo, assumindo a responsabilidade das referidas decisões. Tal atitude (segundo ela) se prende ao fato do corpo funcional não ter a maturidade necessária para participar de certas tomadas de decisão no âmbito administrativo.

No entanto, na ocasião, foi possível observar que no que se referia às decisões que implicavam em modificações nas atividades dos professores, por exemplo, as decisões práticas, eram tomadas em conjunto. Quanto àquelas atividades que se referiam a toda a escola, como a realização de um evento, por exemplo, o Conselho de Escola era consultado e as decisões eram e são tomadas em conjunto, como pude perceber na Reunião realizada em 17/10/2006, na qual decidiu-se que os recursos advindo do Governo do Estado para a escola, no valor de R$. 4.000,00 (quatro mil reais) foram destinados de acordo com a decisão do Conselho de Escola. Ser parte de uma escola, organizar e dirigir, administrar e coordenar não é tarefa fácil, como expõe Pimenta (1983, p. 80):

> A(s) escola(s) é (são) múltipla(s), conjuntos, sistemas, o que requer competências administrativas para traduzir essa complexidade dos sistemas em benefício ao atendimento da finalidade que a Escola tem. Contudo, a Escola em si é complexa. A finalidade que busca não é simples de ser conseguida. Precisa(m) da contribuição de vários profissionais especializados, professores, equipe pedagógica, /direção/coordenação/orientação/equipe de apoio. A organização da Escola é competência de todos - dentro e fora da sala de aula.

Ao que me parecia, se a gestão da diretora não era a mais democrática, era a mais coerente com a sua realidade, principalmente quando ela relata que, após a formação da

consciência do corpo funcional, a participação nas decisões poderá e deverá ser mais intensa, dividindo ainda mais as responsabilidades.

Participei no dia 17 de outubro de 2006, às 16h00, de uma reunião do Conselho de Escola e da APM, assim como de uma confraternização realizada na escola, na seqüência. Foi uma experiência muito interessante, onde pude observar, desde as tomadas de decisão em conjunto ocorridas nas reuniões mencionadas, até a simplicidade da diretora ao servir os professores e funcionários na festa. Foram decididos assuntos como utilização de verbas, a substituição da vice-diretora e a elaboração de um novo Regimento Interno, do qual ao serem consultados para participar, praticamente todos os professores se dispuseram a ajudar cada qual de acordo com sua disponibilidade. Participaram 17 pessoas, que permaneceram na sala até aproximadamente 19h00, dando suas opiniões e demonstrando um interesse muito grande em buscar melhorias para a escola.

A participação do corpo docente estava evidente também nos planos de ensino, onde o comprometimento com a evolução das disciplinas ministradas é visível, bem como no depoimento dos professores e da diretora que se unem em um discurso de avaliação progressivos e objetivos bem definidos. Para confirmarmos citaremos alguns objetivos descritos nos planos de aula:

> [...]
> Propiciar aos alunos a criação de formas artísticas, representação de idéias, emoções e sensações por meio de diferentes linguagens da arte e como representação de pensamentos e sentimentos. [25]
>
> [...]
> Levantar hipóteses sobre questões que permeiam os temas;
> Conhecer o lugar onde vive;
> Compreender as relações de cooperação e de conflitos da sociedade;
> Propor intervenções para a realidade analisada. [26]
>
> [...]
> Preparar o aluno para que possa analisar os aspectos sociais, políticos e econômicos na produção, divulgação e aplicação dos conhecimentos biológicos e assumir uma postura mais crítica e transformadora.
> Prepará-los para que possam fazer uma análise crítica das relações entre ciência e tecnologia e possam tem uma melhoria na qualidade de vida.[27]

Finalmente, após as entrevistas, as conversas informais e as observações realizadas pude perceber que se tratava do início de um longo trabalho de transformação.

---

[25] Plano de Ensino, Professoras de Arte. B. E. B. e S. K. O. I.
[26] Plano de Ensino Professora de História D. F. F – 5ª Série.
[27] Plano de Ensino Professora de Biologia "M. A. O. P." – Ensino Médio.

Transformação material, física da escola, para adequar a realização de tantos projetos e idéias, recuperação da deterioração do prédio ocorrida através dos anos, que estava uma pouco esquecida, bem como e, principalmente, a formação de uma equipe de trabalho voltada para o funcionamento eficaz da escola. Quando falo de formação de equipe, é porque existem excelentes profissionais que, ao se acostumar a trabalharem individualmente, perdem o hábito de trabalhar em equipe, interagindo para complementar e facilitar o trabalho a ser realizado.

Agora, cinco anos depois, a observação mostrou que o trabalho de transformação continua, as pessoas estão empenhadas em efetivá-la. Questionados sobre a gestão democrática os entrevistados revelaram suas percepções a respeito com muita naturalidade.

Com relação à Gestão Democrática a própria diretora revela que sente que é um pouco centralizadora com relação às questões administrativa, porém, no que se refere às decisões tomadas pela escola e para a escola, tanto no âmbito administrativo como pedagógico existe a participação dos professores e também do Conselho de Escola e APM. (Diretora)

O Coordenador Pedagógico afirma que a diretora tem uma postura dedicada e muito profissional . No seu entender as questões que são de interesse da escola como um todo, tanto no âmbito pedagógico como estrutural e organizacional são tratados em conjunto. Considera que a diretora tem uma visão global e se preocupa com todos os detalhes dentro da escola, que a organização feita por ela é perfeita e que é necessário agora traçar as estratégias para atingir a clientela que precisa de apoio de cunho pedagógico. (Coordenador Pedagógico)

A Vice Diretora informa que os funcionários são muito participativos e se preocupam com o bom andamento da escola. Interessante o comentário de que “a escola consome a vida da gente”. Nesse sentido pode-se dizer que a administração pública é realmente assim. Como disse a Vice Diretora é preciso se policiar para que haja um equilíbrio entre a vida profissional e a vida particular. É necessário separar as coisas para continuar com a dedicação e o empenho. Segundo a entrevistada a gestão da escola é compartilhada e as relações pessoais são essenciais para que isso possa ser efetivado. (Vice Diretora)

Após toda a observação feita foi possível identificar uma interação muito grande entre os diferentes grupos de participantes da escola. Desde professores, equipe organizacional até as pessoas mais simples que trabalham na escola. Os servidores trabalham integrados e com muita dedicação. Nas palavras dos Agentes de Limpeza Escolar:

> Trabalho nesta escola há muitos anos e vi muitas coisas, entre elas uma mudança realizada com o esforço de todos. Depois que a diretora Vera veio pra cá, há mais de cinco anos, a escola se transformou e conseguimos conquistar muitas coisas. Os alunos hoje têm a possibilidade de estudar,

> professores muito bons e uma escola digna da comunidade. Hoje está muito bom para trabalhar. (Agentes de Organização Escolar)

Na entrevista a Diretora disse que com relação à participação da Comunidade no início do trabalho, em 2006 havia muita resistência e a escola era vista como um risco para a comunidade uma vez que abrigava problemas sérios com relação à violência. Atualmente a participação melhorou muito e as pessoas da comunidade estão muito mais participativas vendo a escola como uma instituição que está se desenvolvendo e promovendo o bem para as crianças e para a comunidade. Cita como exemplo que após promover festas chamando a comunidade alcançou bons resultados, porém, a quantidade de pessoas e a forma com que estavam sendo feitas as festas (período noturno) poderiam colocar em risco a escola e todo o trabalho, uma vez que a responsabilidade é da própria escola e da direção. Procura agora fazer as festas menores voltadas para os alunos e os pais, como aconteceu no Dia dos Pais em que houve uma boa participação com gincana e esportes onde as crianças, pais e mães participaram e foi um grande sucesso.

A Gestão Democrática será retomada em um dos subitens do Regimento Interno uma vez que para a escola pesquisada é tratada com grande importância e a tentativa de que seja efetivada é evidente.

5.8 - Regimento Interno da Escola Alfa

O Regimento Interno da Escola Alfa foi elaborado em 2009 de acordo com o Parecer CEE 67/98, sendo submetido ao Conselho de Escola em 01/12/2009, bem como obteve aprovação da Diretoria de Ensino de Marília e é composto de nove títulos, com seus capítulos e seções a saber:

TÍTULO I (Das Disposições Preliminares)
Capítulo I - Da Caracterização (arts. 1º e 2º)
Capítulo II - Dos Objetivos da Educação Escolar (arts. 3º e 4º)
Capítulo III - Da Organização e Funcionamento da Escola (art. 5º)
TÍTULO II (Da Gestão Democrática)
Capítulo I – Dos Princípios (arts. 6º a 9º)
Capítulo II – Das Instituições Escolares (arts. 10 a 14)
Capitulo III – Dos Colegiados (art. 15)
Seção I – Do Conselho de Escola (arts. 16 a 19)
Seção II – Dos Conselhos de Classe e Série (arts. 20 a 22)
Capítulo IV – Das Normas de Convivência (arts. 23 a 25)
Capítulo V – Do Plano de Gestão da Escola (arts. 26 a 28)
TÍTULO III (Do Processo de Avaliação)
Capítulo I – Dos Princípios (arts. 29 a 30)

Capítulo II – Da Avaliação Institucional (arts. 31 a 32)
Capítulo III – Da Avaliação do Ensino e da Aprendizagem
Seção I – Da Avaliação (art. 33)
Seção II – Dos Objetivos da Avaliação (art. 34)
Seção III – Da Promoção (art. 35)
Seção IV – Da Progressão Continuada (art. 36)
Da Progressão Parcial (art.37)
Seção V – Da Retenção (arts. 38 e 39)
Seção VI – Da Recuperação (art. 40)
Seção VII _ Da Freqüência e Comp.de Ausência (arts.41 e 42)
TÍTULO IV (Da Organização e Desenvolvimento do Ensino)
Capítulo I – Da Caracterização (art. 43)
Capítulo II – Dos Níveis, Cursos e Modalidades de Ensino
Capítulo III – Dos Currículos (art. 48)
Capítulo IV – Dos Projetos Especiais (art. 49)
TÍTULO V (Da Organização Técnico-Administrativa)
Capítulo I – Da Caracterização (arts. 50 a 51)
Capítulo II – Do Núcleo de Direção (art. 52)
Capítulo III – Do Núcleo Técnico-Pedagógico (art. 53)
Capítulo IV – Do Núcleo Administrativo (arts. 54 a 55)
Capítulo V – Do Núcleo Operacional (art. 56)
Capítulo VI – Do Corpo Docente (arts. 57 a 60)
TÍTULO VI (Do Corpo Discente)
Capítulo I – Dos Direitos e Deveres (arts. 61 e 62)
TÍTULO VII (Da Organização da Vida Escolar)
Capítulo I – Da Caracterização (art. 63)
Capítulo II – Das Formas de Ingresso, Classificação, Reclassificação e Regularização da Vida Escolar (arts. 64 a 67)
Capítulo III – Do Remanejamento (art 68)
Capítulo IV – Da Expedição de Documentos de Vida Escolar (art. 69)
TÍTULO VIII (Das Disposições Gerais) – (arts. 70 a 72)
TÍTULO IX (Das Disposições Transitórias) – (arts. 73 a 74) (REGIMENTO INTERNO, 2010, p. 2 e 3)

5.8.1 – Analisando as Disposições Preliminares do Regimento Interno da Escola Alfa

Os artigos 1º e 2º tratam da caracterização da escola, tal como nome, localização e telefones, bem como indica a legislação que rege o documento, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) e Estatuto da Criança e Adolescente (1990) e Parecer CEE 67/98, e explica sua finalidade de ser um instrumento de promoção de gestão democrática, direitos e deveres dentro da escola.

A seguir, no artigo 3º informa que o objetivo da educação escolar à luz da CF/88 e da LDB/96 o “pleno desenvolvimento do educando, assegurando igualdade de condições para o acesso e permanência na Escola, vedada qualquer tipo de discriminação e segregação.” (REGIMENTO INTERNO, 2010, p. 4)

Começamos aqui a exploração do documento no que se refere às questões voltadas para a violência dentro da escola. Pelo que já foi tratado até agora podemos observar que muitos problemas existentes dentro do ambiente escolar estão relacionados à questão sociais. Quando o regimento expõe claramente a vedação de qualquer forma de discriminação e segregação podemos fazer um paralelo com as questões relacionadas à violência e à indisciplina. Neste ínterim é possível concluir que o tratamento igualitário e justo é primordial para que tal objetivo seja alcançado. Sem serem tomadas todas as medidas possíveis para a permanência do aluno dentro da escola, mesmo no que se refere à violência, não há que se falar em igualdade de oportunidades.

No capítulo III do Regimento Interno (2010), mais especificamente o artigo 5º trata da organização e funcionamento da escola estabelecendo as cargas horárias mínimas e a quantidade de dias letivos, como se procederá ao horário de funcionamento da escola e a efetividade dos trabalhos a serem realizados. Aqui aparece pela primeira vez citação referente às “Normas de Convivência” estabelecendo que estas regulamentarão a entrada e saída dos alunos na escola.

5.8.2 - Da Gestão Democrática prevista no Regimento Interno da Escola Alfa

O título que trata da gestão indicando os princípios que devem ser seguidos, tais como a coerência, a equidade e a co-responsabilidade de educadores, alunos e comunidade. Estabelece ainda que é necessária a participação dos profissionais de educação na elaboração da proposta pedagógica, assim como a participação de direção, professores, pais, alunos e funcionários nos processos consultivos e decisórios da escola, bem como a necessidade de autonomia e transparência em todos os atos e deliberações na instituição escolar. Isso significa valorização do espaço escolar, dos profissionais e dos educandos.

Destaca no artigo 9º que a autonomia da escola deve ser o instrumento para organizar e proporcionar a participação de toda a comunidade escolar no desenvolvimento e fortalecimento do processo educativo oferecido pela instituição escolar.

O capítulo seguinte, no qual se trata das instituições escolares estabelece a necessidade da organização da Associação de Pais e Mestres e do Grêmio Estudantil, determinando que a administração possibilite condições para tanto.

A seguir trata dos colegiados dispondo que o Conselho de Escola e os Conselhos de Classe e Série constituídos nos termos regimentais são primordiais para o

funcionamento da gestão democrática, sempre à luz dos princípios estabelecidos pela legislação em vigor.

Cabe aqui um destaque acerca das atribuições do Conselho de Escola:

> Artigo 18 [...]
> § 5º - São atribuições do Conselho de Escola:
> [...]
> IV - assessorar, apoiar e colaborar com a direção em matéria de sua competência e em todas as suas atribuições, com destaque especial para:
> a) O cumprimento das disposições legais;
> b) A preservação do prédio e dos equipamentos escolares;
> c) A aplicação de medidas disciplinares previstas no Regimento Escolar quando encaminhadas pela Direção e/ou referendadas pelo Conselho de Classe;
> d) Comunicar ao órgão competente as medidas de emergência, adotadas pelo Conselho Escolar, em casos de irregularidades graves na escola;
> e) Estabelecer anualmente um cronograma de reuniões ordinárias. (Regimento Interno, 2010, p. 8)

A ressalva feita é justificada por tratar de matéria pela qual se repassa ao Conselho de Escola detalha a responsabilidade de aplicar as medidas disciplinares. Assim sendo os casos existentes dentro da escola que se relacionam à violência e à indisciplina que estejam enquadradas como passíveis de medidas disciplinares previstas no Regimento Escolar devem ser objeto de deliberação do Conselho de Escola sendo assim tratados por um colegiado que decidirá o melhor caminho a ser tomado nestes casos. Estabelece ainda no mesmo artigo, Inciso V, alínea h que o Conselho de Escola deve deliberar sobre as penalidades disciplinares a que estiverem sujeitos os alunos da unidade escolar.

A Seção I do Capítulo III do Título II do Regimento Escolar (2010) que trata do Conselho de Escola detalha a responsabilidade e autoridade que cabem a esse colegiado. Trata das atribuições, deliberações, determinações complementares, ações e reuniões que descrevem em detalhes todos os procedimentos que fazem parte da "vida" deste conselho. É fundamental a participação e comprometimento dos membros (funcionários, direção, professores, alunos, pais) para que prevaleça o bom senso e a legalidade nas decisões tomadas pelo Conselho Escolar.

O inciso XIII do artigo 19 do Regimento Interno I estabelece:

> XIII - Para fins deste Regimento considerar-se-ão irregularidades graves:
> a) Aquelas que representam risco de morte e/ou à integridade física/moral das pessoas;
> b) Aquelas que caracterizem risco ao patrimônio escolar;
> c) Desvio de material de qualquer espécie e/ou recursos financeiros;
> d) aquelas que, comprovadamente, se configurem como trabalho inadequado, comprometendo a aprendizagem e segurança do aluno. (Regimento Interno, 2010, p. 11)

Assim sendo, podemos reafirmar que a base para todo o procedimento necessário para aplicação de medidas disciplinares dentro da escola, além dos princípios constitucionais e legislação em vigor, estão previstos no Regimento Interno como se encontra previsto no inciso XIII do artigo 19 do referido documento estabelece quais são as irregularidades graves está elencando uma série de acontecimentos que devem ser passíveis de punições. Porém, o Regimento não é taxativo, uma vez que tem o suporte da legislação em vigor no país que, em se tratando de crimes pré-estabelecidos, por exemplo, devem ser tratados nos âmbitos policiais e judiciais.

O final do Título II, Gestão democrática se dedica nos artigos 20 a 22 ao Conselho de Classe e, em seus últimos artigos, 23, 24 e 25, às Normas de Convivências, o que a nosso ver são primordiais para o funcionamento da disciplina/indisciplina dentro da escola.

Normas de convivência construídas em uma "base sólida", com a participação de todos os interessados no bom andamento da escola podem fazer uma grande diferença no dia a dia, na solução de casos específicos ou até mesmo na possibilidade da real harmonia nos relacionamentos existentes dentro do ambiente escolar. Analisemos detalhadamente este capítulo.

5.8.3 – A importância das Normas de Convivência

As Normas de Convivência contidas no Regimento Interno da escola foram elaboradas a partir de reuniões e discussões feitas por todos os integrantes do processo educativo. Adequadas à realidade da escola e em consonância com os princípios estabelecidos pela lei tais normas podem e devem ser a base para a manutenção da disciplina e da não violência. Sobre essa temática o artigo 23 do Regimento Interno estabelece:

> **[...]**
> **Art. 23** - As normas de convivência elaboradas com a participação representativa dos envolvidos no processo educativo - pais, alunos, professores e funcionários – atendem aos princípios de solidariedade, ética, pluralidade cultural, autonomia e gestão democrática que regerão as relações profissionais e interpessoais:
> a) tratar a todos com civilidade, respeito e cortesia;
> b) não menosprezar o conhecimento do colega;
> c) não tecer comentários a respeito de assuntos tratados entre os pares;
> d) conservar a ordem e o asseio das dependências;
> e) conservar o material de uso coletivo;
> f) alertar o colega sobre qualquer atitude que não esteja de acordo com o regulamento, de maneira educada e cortês;
> g) não manifestar qualquer tipo de preconceito;

> h) respeitar a individualidade e integridade de cada um, não manifestando qualquer tipo de assédio;
> i) respeitar o material e objetos de uso pessoal do colega;
> j) ouvir com respeito a opinião de seus colegas;
> k) não induzir as pessoas a nenhuma atitude que possa trazer qualquer tipo de prejuízo ou malefício à sua integridade física, psicológica, social e material;
> l) não promover ou participar de qualquer manifestação agressiva ou vexatória, a alunos, pais/responsáveis de alunos, professores e funcionários;
> m) não utilizar palavras de baixo calão ou quaisquer palavras ou expressões que ofendam a moral.
> n) respeitar e cumprir os horários estabelecidos: **Entrada** – o aluno que chegar atrasado, acompanhado ou não pelo responsável, deverá aguardar a entrada da próxima aula nas dependências da escola. **Saída** – a ausência antes do horário previsto será autorizada quando acompanhado pelos pais ou responsáveis. Como medida preventiva, a escola adotará livro de registro para todas as entradas e saídas que não estejam no horário previsto e após três atrasos o responsável deverá comparecer à Unidade Escolar para conversar com a direção. (REGIMENTO INTERNO, 2010, p. 12)

São normas bem simples, claras e objetivas. Analisando-as podemos observar que há uma preocupação muito grande em utilizar estas normas com o intuito de promover a não violência. Tratar a todos com cortesia, civilidade e respeito significa não ofender, não brigar, não incitar a violência, assim como a conservação do material e do patrimônio da escola repudia o dano material de qualquer natureza, a não manifestação de preconceito e assédio tenta promover a paz em detrimento de toda a violência promovida pelo "*bullying*".

A participação de todos os integrantes do processo educativo implica no comprometimento das pessoas com o que foi "contratado". Uma relação de condutas que tratadas e acordadas podem desenvolver uma cultura de paz dentro do processo educativo. Porém, as normas podem ser infringidas, o que levaria a necessidade de medidas que as mantivessem em vigor. Nossa cultura de ações retributivas faz com que haja uma repreensão formal acerca de tais acontecimentos. Resta saber se tais ações estão envolvidas pelo "espírito da restauração" das coisas ou simplesmente replicam a tão repudiada violência.

Os artigos seguintes do Regimento Interno (2010) declaram:

> **Art. 24** - Nos casos graves de descumprimento de normas, será ouvido o Conselho de Escola para aplicação de penalidade ou para encaminhamento às autoridades competentes.
> **Art. 25** - Nenhuma penalidade poderá ferir as normas que regulamentam o servidor público ou o Estatuto da Criança e do Adolescente, salvaguardados:
> I - o direito à ampla defesa e recurso a órgãos superiores, quando for o caso;
> II - assistência dos pais ou responsável, no caso de aluno com idade inferior a 18 anos;
> III - o direito do aluno à continuidade de estudos, no mesmo ou em outro estabelecimento público. (REGIMENTO INTERNO, 2010, p. 13)

Analisando o documento é possível observar que há um destaque com relação à manutenção da lei vigente, tanto com relação ao servidor público como a respeito da criança e do adolescente. Como já vimos anteriormente o ECA é claro e explícito no que se refere ao direito da criança, punindo com severidade qualquer abuso ou desrespeito. A citação das normas que regem o trabalho do servidor público reforçam sua obrigação de agir com respeito, cordialidade, profissionalismo e de forma condizente com a lei vigente, assim como enobrecem a função pública e a necessidade de ações justas e apropriadas nas mais diversas situações. O desrespeito ao servidor público implica em infração penal descrita no Código Penal, assim como a conduta inapropriada do servidor pode acarretar sanções administrativas e criminais para ele.

O Regimento Interno (2010) ora estudado parece propiciar aos membros integrantes condições de exercerem seu papel no processo educativo de maneira clara e segura. Resta-nos procurar saber como é o seu funcionamento na prática. De acordo com a proposta deste pesquisador o estudo do funcionamento do Regimento Interno (2010) poderá revelar uma prática restaurativa da harmonia necessária nesse processo ou simplesmente a manutenção de punições que, apesar de estarem de acordo com a legislação vigente, não se preocupam com a cultura de paz.

O capítulo seguinte do Regimento Interno da escola trata do Plano Gestão desenvolvendo uma ampla descrição desse documento que já foi tratado em tópico específico anteriormente.

5.8.4 – A Organização, Avaliação e Desenvolvimento do Ensino devem ser levados a sério na escola

O Título II do Regimento Interno (2010) em seus capítulos e seções descreve o processo de avaliação adotado na escola, com seus princípios, avaliação institucional e avaliação do ensino e da aprendizagem, bem como promoção, objetivos e progressão continuada.

Há uma minuciosa explanação sobre os critérios de avaliação, acompanhamentos, objetivos e estrutura funcional do processo educativo tratando da retenção, recuperação, freqüência e períodos de aula. Apesar de não ser parte diretamente ligada ao trabalho ora apresentado, relevante destacar que o processo educativo pode ser e é decisivo na ocorrência da violência e da indisciplina. Um aluno que não consegue acompanhar as aulas,

não tem interesse, não se desenvolve como deveria está obviamente mais propício a desenvolver atitudes que pendam para a violência e para a indisciplina.

A direção e a escola como um todo se preocupa com esses objetivos, ensinar e aprender preza pelo resgate de uma educação de qualidade e procura desenvolver adequadamente seus clientes. Em um dos primeiros contatos que tive com a escola neste ano pude observar uma cena interessante. Enquanto conversava com a diretora que acompanhava aulas de reforço me deparei com a seguinte situação: a vice-diretora estava ministrando as aulas e indagou para a diretora sobre um texto escrito por um aluno. Apesar de não ter a formação específica para alfabetização pedia orientações e se dedicava a ajudar as crianças que ali estavam. Impossível não notar a preocupação com relação a tal situação e sobre a forma de como tratar tal assunto. Era perceptível a dedicação de ambas no que se refere ao fato, o comprometimento com as crianças e a preocupação com o sucesso do processo educativo: "Não podemos deixar as crianças chegarem ao sexto ano sem estarem alfabetizadas". (Vice-Diretora)

Na organização e desenvolvimento do ensino o Regimento Interno (2010) passa pela caracterização da escola, com os níveis e modalidades de ensino, currículos e projetos especiais, tais como grupos de estudo e pesquisa, cultura e lazer e outros de interesse da comunidade. (REGIMENTO INTERNO, 2010, p. 22)

O título que trata da organização técnico-administrativa se preocupa inicialmente em descrever toda a estrutura funcional da escola, com núcleo de direção, núcleo técnico-pedagógico, núcleo administrativo e núcleo operacional. Dedica também um capítulo para o corpo docente, do qual destaca-se parte que interessa muito ao desenvolvimento deste trabalho.

> [...]
> Art. 58 - O integrante do Quadro do Magistério tem o dever constante de considerar a relevância social de suas atribuições, mantendo conduta moral e funcional adequada à dignidade profissional, em razão da qual, além das obrigações previstas em outras normas (de acordo com o artigo 62 da Lei 444/85), deverá:
> I – conhecer e respeitar as leis;
>
> [...]
> X – comunicar à autoridade imediata as irregularidades de que tiver conhecimento, na sua área de atuação, ou, às autoridades superiores, no caso de omissão por parte da primeira; (REGIMENTO INTERNO, 2010, p. 27-28)

Primeiramente no que se refere ao "*caput*" do artigo, há um chamamento para a responsabilidade inerente ao professor descrevendo com clareza a necessidade de estar atento

à conduta, relevância social de sua profissão e observações de todas as normas vigentes que se relacionam com sua função. O inciso I é um alerta para o dever de agir perante de acordo comas leis existentes no país. Em 11/08/2011[28], em matéria amplamente divulgada na mídia, um professor de 63 anos foi agredido por um aluno de 14 anos dentro da sala de aula em uma escola do município de Junqueirópolis/SP. Segundo declarações do professor, o aluno que teria sido encaminhado para a diretoria e retornou à sala de aula, vindo a agredi-lo brutalmente, com socos e pontapés deixando-o no chão. As marcas da agressão estão em seu rosto e levantam a questão mais uma vez. Será que o professor sabe como agir nestes casos?

> Um professor de 63 anos foi agredido por um aluno de 14 anos dentro de sala de aula em uma escola de Junqueirópolis, no interior de São Paulo. O caso foi parar na polícia – a família do adolescente alega que ele apenas se defendeu do professor. As marcas da violência ficaram espalhadas no corpo do professor Abel de Sousa. Ele conta que foi agredido pelo aluno enquanto dava aula em uma escola estadual na cidade. "Fechei a porta, e no que eu fechei ele voltou e me deu um soco no rosto, pegou no queixo. Eu fui na porta para falar com ele, que ele não podia fazer isso, que não usasse de violência, aí ele veio novamente para cima de mim. Aí eu segurei ele, empurrei ele um pouquinho para a frente para que eu não fosse agredido e ele veio com pontapés, chutes, me jogou no chão e eu fui a nocaute", afirmou.A direção da escola resolveu afastar o aluno após o ocorrido. "A medida que nós tomamos em relação ao aluno, de imediato, com a concordância do pai, nós suspendemos o aluno por três dias", disse o diretor Sidney Zenaro. O caso foi parar na delegacia da cidade. Segundo o delegado, será aberta uma investigação. Depois, será encaminhado para o Ministério Público, que tomará as medidas necessárias. "Eu me senti humilhado em ver um aluno de 14 anos com tamanha violência e agressividade com um professor, que ele deveria respeitar como alguém que está ali para ajudá-lo", afirmou o professor agredido. Por telefone, a mãe do aluno disse que o filho apenas revidou uma agressão do professor. (disponível em: <http://www.folhadoms.com.br/index.php>. Acesso em: 12/08/2011)

A família do aluno declara que o menino somente se defendeu e professor demonstra claramente o abalo pelo que aconteceu, "eu me senti humilhado em ver um aluno de 14 anos com tamanha violência e agressividade com um professor, que ele deveria respeitar como alguém que está aqui para ajudá-lo". Neste caso, infelizmente, fica óbvio que o professor não sabia como agir. Empurrou o aluno para se defender e foi agredido. Difícil saber o que acontecia em torno do fato, se os direitos do aluno não foram respeitados e se a agressão foi ou não gratuita por parte do adolescente.

Analisando este caso específico podemos observar que se trata de uma violência extrema, que chegou às "vias de fato", uma agressão mútua. Em razão disso está

[28] Vídeo disponível em: http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/html.

ocorrendo toda uma discussão a respeito do assunto, será instaurado um procedimento administrativo para investigar o caso e um inquérito policial por se tratar de crime de lesão corporal, prevista no artigo 129 do Código Penal Brasileiro.

Conhecendo melhor a lei o professor poderia ter evitado tal fato? Foi feito o devido comunicado a autoridade responsável neste caso? A figura do professor mediador poderia agir de forma à evitar tal situação?

Difícil responder tais questões, porém, cabe uma ressalva para enfatizar que o conhecimento da lei, as atitudes tomadas com calma, moderação e voltadas para a mediação pode ser parte importante na busca de uma cultura de paz.

5.8.5 – Os Professores e suas funções, obrigações e direitos

O Capítulo VI do Título V do Regimento Interno da Escola trata do Corpo Docente da escola e descreve as funções, as obrigações e os direitos dos professores abrangendo grande parte da função docente.

Segundo o Regimento Interno são funções do corpo docente:

> I - participar da elaboração da Proposta Pedagógica da escola;
> II - elaborar e cumprir plano de trabalho, de acordo com as datas pré-estabelecidas pela Direção;
> III - zelar pela aprendizagem dos alunos;
> IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento, bem como subsidiar o professor da recuperação paralela quanto ao grau de dificuldades apresentadas pelos alunos;
> V - cumprir os dias letivos e carga horária de efetivo trabalho escolar, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
> VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
> VII - buscar aprimoramento profissional constante, seja por meio de oportunidades oferecidas pelo órgão oficial do Estado, pelo Estabelecimento de Ensino ou por iniciativa própria;
> VIII - manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com educandos, pais e com os diversos segmentos da comunidade;
> IX - realizar processos coletivos de avaliação do próprio trabalho e da escola, tendo em vista uma avaliação reflexiva sobre o processo ensino e aprendizagem;
> X - esclarecer ao corpo discente os critérios de avaliação que serão utilizados durante o ano letivo;
> XI - manter em dia, e, na escola, toda documentação pertinente ao aluno (diário de classe), de acordo com as orientações da Direção;
> XII - adequar-se aos procedimentos de trabalho implementados pela Escola, tais como:
> a) organização e limpeza das salas;
> b) conservação de toda aparelhagem utilizada e distribuída pelas salas-ambientes, sala de vídeo, sala de leitura, laboratórios, refeitório etc;

> c) entrega bimestral das notas, de acordo com a sistemática adotada na Escola. (REGIMENTO INTERNO, 2010, p. 26-27)

O artigo 58 do Regimento Interno (2010) estabelece que o integrante do Quadro do Magistério tem o dever constante de considerar a relevância social de suas atribuições, mantendo conduta moral e funcional adequada à dignidade profissional, em razão da qual, além das obrigações previstas em outras normas (de acordo com artigo 62 da Lei 444/85), deverá:

> I – conhecer e respeitar às leis;
> II – preservar os princípios, os ideais e fins da Educação Brasileira, através de seu desempenho profissional;
> III – empenhar-se em prol do desenvolvimento do aluno, utilizando processos que acompanhem o progresso científico da educação;
> IV – participar das atividades educacionais que lhe forem atribuídas por força de suas funções;
> V – comparecer ao local de trabalho com assiduidade e pontualidade, executando suas tarefas com eficiência, zelo e presteza;
> VI – manter espírito de cooperação e solidariedade com a equipe escolar e a comunidade em geral;
> VII – incentivar a participação, o diálogo e a cooperação entre educandos, demais educadores e a comunidade em geral, visando à construção de uma sociedade democrática;
> VIII – assegurar o desenvolvimento do senso crítico e da consciência política do educando;
> IX – respeitar o aluno como sujeito do processo educativo e comprometer-se com a eficácia de seu aprendizado;
> X – comunicar à autoridade imediata as irregularidades de que tiver conhecimento, na sua área de atuação, ou, às autoridades superiores, no caso de omissão por parte da primeira;
> XI – zelar pela defesa dos direitos profissionais e pela reputação da categoria profissional;
> XII – fornecer elementos para a permanente atualização de seus assentamentos, junto aos órgãos da Administração;
> XIII – considerar os princípios psico-pedagógicos, a realidade sócio-econômica da clientela escolar e as diretrizes da Política Educacional na escolha e utilização de materiais, procedimentos didáticos e instrumentos de avaliação do processo ensino-aprendizagem;
> XIV – participar do Conselho de Escola;
> XV – participar do processo de planejamento, execução e avaliação das atividades escolares; (REGIMENTO INTERNO, 2010, p. 27-28)

Já o artigo 59 descreve que além dos previstos em outras normas, são direitos do integrante do Quadro do Magistério (de acordo com artigo 61 da Lei 444/85):

> I – ter a seu alcance informações educacionais, bibliografia, material didático e outros instrumentos bem como contar com assistência técnica que auxilie e estimule a melhoria de seu desempenho profissional e a ampliação de seus conhecimentos;
> II – ter assegurada a oportunidade de freqüentar cursos de formação, atualização e especialização profissional;

> III – dispor, no ambiente de trabalho, de instalações e material técnico-pedagógico suficiente e adequado para que possa exercer com eficiência e eficácia suas funções;
> IV – ter liberdade de escolha e de utilização de materiais, de procedimentos didáticos e de instrumento de avaliação do processo ensino-aprendizagem, dentro dos princípios psico-pedagógicos, objetivando alicerçar o respeito à pessoa humana e a construção do bem comum;
> V – receber remuneração de acordo com a classe, nível de habilitação, tempo de serviço e regime de trabalho, conforme o estabelecido por esta lei.
> VI – receber remuneração por serviço extraordinário, desde que devidamente convocado para tal fim, independentemente da classe a que pertencer;
> VII – receber auxílio para a publicação de trabalhos e livros didáticos ou técnico-científicos, quando solicitado e aprovado pela Administração;
> VIII – ter assegurada a igualdade de tratamento no plano técnico-pedagógico, independentemente do regime jurídico a que estiver sujeito;
> IX – receber, através dos serviços especializados de educação, assistência ao exercício profissional;
> X – participar, como integrante do Conselho de Escola, dos estudos e deliberações que afetam o processo educacional;
> XI – participar do processo de planejamento, execução e avaliação das atividades escolares;
> XII – reunir-se na unidade escolar, para tratar de assuntos de interesse da categoria e da educação em geral, sem prejuízo das atividades escolares. (REGIMENTO INTERNO, 2010, p. 28)

Apesar de não especificar questões relacionadas aos problemas existentes em sala de aula e em todo o ambiente escolar relacionados aos possíveis conflitos, a menção sobre o respeito às normas e leis existentes revela junto ao corpo docente o Regimento Interno da escola revela necessidade de conhecimento inerente ao cargo de professor para o desempenho de suas funções.

5.8.6 – Os alunos, seus direitos e deveres segundo o Regimento Interno

O artigo 61 do Regimento Interno declara que Corpo Discente são todos os alunos da escola, a quem deverá ser garantido o livre acesso às informações necessárias para a sua educação e seu desenvolvimento. O Capítulo I no seu artigo 62 descreve com detalhes os direitos, deveres e proibições dos alunos.

O artigo 62 do Regimento Interno da Escola estabelece além daqueles que são outorgados por toda a legislação e normas de ensino aplicáveis, que o educando deverá reconhecer os seguintes direitos, deveres, proibições e sanções, determinados pelo regimento Interno:

Primeiramente são tratados os direitos:

a) tomar conhecimento das disposições do presente Regimento Escolar, assinando sua aquiescência no ato da matrícula;
b) solicitar orientações dos diversos setores do Estabelecimento de Ensino, especialmente de Direção, Coordenadores e Professores, sempre que for necessário;
c) participar das atividades escolares promovidas pelo Estabelecimento de Ensino, de caráter social, cívico ou recreativo, destinadas à sua formação;
d) filiar-se como sócio das agremiações estudantis, de acordo com os seus respectivos regulamentos;
e) utilizar-se corretamente de todas as dependências do Estabelecimento de Ensino;
f) tomar conhecimento das notas obtidas nas avaliações escolares;
g) analisar, juntamente com o professor, as provas e trabalhos corrigidos;
h) apresentar por escrito ocorrências referentes a professores, funcionários e serviços do Estabelecimento de Ensino;
i) organizar-se em associações de caráter técnico, educativo, esportivo, artístico ou literário, que objetivem a cooperação com o Estabelecimento de Ensino e seus fins educacionais;
j) promover e incentivar relações cooperativas e integradoras entre professores, colegas e comunidade;
k) ter a garantia de que o Estabelecimento de Ensino cumpra sua função, ou seja, que se efetive o processo de construção do conhecimento;
l) ter assegurado o princípio constitucional de igualdade de condições para o acesso e permanência com sucesso no Estabelecimento de Ensino;
m) ser respeitado em sua condição de ser humano e não sofrer qualquer forma de discriminação, em decorrência das diferenças físicas, étnicas, de credo, de orientação sexual, de ideologia e de idade;
n) ter assegurado ensino de qualidade, ministrado por profissionais capacitados e atualizados nas disciplinas de formação/atuação;
o) sugerir, aos diversos setores do Estabelecimento de Ensino, medidas que viabilizem melhor realização de atividades;
p) ter assegurada a autonomia na definição de seus representantes no Conselho Escolar;
q) ser dispensado da prática de Educação Física, em conformidade com a legislação em vigor, desde que solicite, via protocolo, ao órgão competente, obedecendo aos critérios do Regulamento Interno;
r) requerer transferência ou cancelamento da matrícula, quando maior de idade, ou por meio do pai ou responsável, quando menor;
s) A escola não poderá fazer solicitações materiais que impeçam a freqüência de alunos às atividades escolares ou venham a sujeitá-los à discriminação ou constrangimento de qualquer ordem. (REGIMENTO INTERNO, 2010, p. 29-30)

Em seguida os deveres:

a) tratar com respeito e sem discriminação, professores, funcionários , colegas e colaboradores da escola;
b) atender às determinações dos diversos setores do Estabelecimento de Ensino, nos respectivos âmbitos de competência;
c) freqüentar a escola regular e pontualmente, cumprindo os horários e calendário proposto, em cada disciplina;
d) estar preparado regularmente para as aulas com todo o seu material escolar e manter organizado o materiais escolares de uso pessoal e coletivo.

> e) observar as disposições vigentes sobre entrada e saída da escola e demais dependências da escola. (artigo 23 – Normas de Convivência);
> f) efetuar e apresentar as atividades e os trabalhos escolares, nos prazos determinados, conforme orientação do professor da disciplina em curso.
> g) controlar sua freqüência para atingir, no mínimo, os 75% da freqüência obrigatória;
> h) participar de todas as atividades programadas pelo Estabelecimento de Ensino;
> i) cooperar na manutenção da higiene e na conservação das instalações escolares, contribuindo para a criação de um ambiente de aprendizagem colaborativo e seguro, que garanta o direito de todos os alunos de estudar e aprender;
> j) ajudar a manter o ambiente escolar livre de bebidas alcoólicas, drogas lícitas e ilícitas, substâncias tóxicas e armas;
> k) utilizar meios pacíficos na resolução de conflitos;
> l) compartilhar com a direção da escola informações sobre questões que possam colocar em risco a saúde, a segurança e o bem-estar da comunidade escolar;
> m) manter os pais ou responsáveis legais informados sobre assuntos escolares, sobretudo sobre o progresso nos estudos, os eventos sociais e educativos previstos ou em andamento, e assegurar que recebam as comunicações a eles encaminhadas pela equipe escolar, devolvendo-as à direção em tempo hábil e com a devida ciência, sempre que for o caso;
> n) conhecer e respeitar o disposto no artigo 331 do Código Penal;
> o) ressarcir danos materiais à escola, mesmo causados involuntariamente;
> m) apresentar-se diariamente uniformizado. Aos alunos que comprovarem falta de condições para adquiri-lo a APM organizará recursos para providenciar;
> n) requerer Histórico Escolar, de Ensino Médio, após haver concluído todas as matérias e/ou disciplinas constantes na matriz curricular do respectivo curso, dentro do prazo estipulado;
> o) cumprir as disposições deste Regimento Escolar no que lhe couber. (REGIMENTO INTERNO, 2010, p. 30-31)

Finalmente o Regimento Interno trata das proibições estabelecendo que é vedado ao educando:

> a) servir-se de palavras ásperas, provocações e maus tratos no relacionamento com professores, colegas, funcionários e colaboradores da escola;
> b) introduzir, consumir, portar, distribuir ou vender nas dependências da escola: bebidas alcoólicas, substâncias tóxicas e qualquer tipo de arma, estiletes, facas, tesouras com ponta, jogo de cartas exceto para fins pedagógicos (baralho) e outros;
> c) vestir-se com trajes inadequados ao ambiente escolar: saia e shorts demasiadamente curtos, mini blusas, blusas/vestidos com decotes exagerados;
> d) fumar nas dependências da escola (LEI FEDERAL nº 9294, 15/07/96);
> e) utilizar, em salas de aula ou demais locais de aprendizado escolar, equipamentos eletrônicos como telefones celulares, pagers, jogos portáteis, tocadores de música ou outros dispositivos de comunicação e entretenimento que perturbem o ambiente escolar ou prejudiquem o aprendizado;
> f) ocupar-se, durante a aula, de qualquer atividade que lhe seja alheia;
> g) comportar-se de maneira a perturbar o processo educativo, como por exemplo, fazendo barulho excessivo em classe, na biblioteca ou nos corredores da escola;
> h) frequentar a escola alcoolizado ou drogado;

> i) usar de meios ilícitos (cola ou outros) durante as avaliações;
> j) negar-se fazer as atividades de sala ou avaliações;
> k) danificar ou destruir equipamentos, materiais ou instalações escolares; escrever, rabiscar ou produzir marcas em qualquer parede, vidraça, porta ou quadra de esportes dos edifícios escolares;
> l) ausentar-se da sala de aula ou da escola, sem prévia justificativa ou autorização da direção ou dos professores da escola;
> m) perturbar a disciplina nos vários setores da escola;
> n) ter acesso, circular ou permanecer em locais restritos do prédio escolar;
> o) utilizar, sem a devida autorização, computadores, aparelhos fax, telefones ou outros equipamentos e dispositivos eletrônicos de propriedade da escola;
> p) empregar gestos ou expressões verbais que impliquem insultos ou ameaças a terceiros, incluindo hostilidade ou intimidação mediante o uso de apelidos racistas ou preconceituosos;
> q) intimidar o ambiente escolar com bomba ou ameaça de bomba;
> r) produzir ou colaborar para o risco de lesões em integrantes da comunidade escolar, resultantes de condutas imprudentes ou da utilização inadequada de objetos cotidianos que podem causar danos físicos, como isqueiros, fivelas de cinto, guarda-chuva, braceletes etc;
> s) estimular ou envolver-se em brigas, manifestar conduta agressiva ou promover brincadeiras que impliquem risco de ferimentos, mesmo que leves, em qualquer membro da comunidade escolar;
> t) danificar ou adulterar registros e documentos escolares, através de qualquer método inclusive o uso de computadores ou de outros meios eletrônicos;
> u) provocar ou forçar contato físico inapropriado ou não desejado dentro do ambiente escolar;
> v) ameaçar, intimidar ou agredir fisicamente e/ou estimulando ou organizando a violência grupal ou generalizada;
> x) apropria-se de objetos que pertencem a outra pessoa, sem a devida autorização ou sob ameaça;
> z) incentivar ou participar de atos de vandalismo que provoquem dano intencional a equipamentos, materiais e instalações escolares ou a pertencentes da equipe escolar, estudantes ou terceiros. (REGIMENTO INTERNO, 2010, p. 31 a 33)

Importante destacar que apesar da complexidade do tema o Regimento Interno consegue abranger uma extensão considerável de situações que estão presentes no dia a dia. A lei não é perfeita, nem tão pouco infalível. O que difere as questões legais são justamente as condições em que elas foram elaboradas, diante das dificuldades de abrangência a utilização de meios coerentes e voltados para atender as necessidades internas e externas, bem como observando os princípios que regem a sociedade além de fazer com que sua eficiência e eficácia atendam as expectativas de seus usuários.

Para tratarmos do item IV do artigo 62 do Regimento Interno dedicaremos um novo item, apesar de fazer parte do mesmo Título, do Corpo Discente e do mesmo Capítulo Dos Direitos e Deveres tendo em vista sua importância na sequência da elaboração da presente pesquisa.

5.8.7 – As sanções previstas no Regimento Interno

Até agora descrevemos e analisamos toda a "vida" da escola descrita e escrita nos diversos títulos, capítulos e seções do regimento interno. Este documento procura de todas as formas estabelecer as atribuições, funções, direitos, deveres e proibições que fazem parte do dia a dia da escola havendo uma necessidade constante de atualização, renovação, acompanhamento da dinâmica da sociedade e da própria vida escolar.

O desenrolar de tais "normas" implica na eficiência e confiabilidade do que está escrito no documento. Vivendo ainda sob a égide de uma cultura retributiva é necessário que se estabeleçam as sanções para aqueles que não cumprem tais determinações estabelecidas na lei. Assim estabelece o Regimento Interno:

> IV - Das sanções. Pelo não cumprimento dos deveres e do disposto neste Regimento, os educandos estão sujeitos às seguintes medidas:
> Ao Professor:
> a) advertência verbal;
> b) advertência registrada em diário, assinada pelo aluno, ou, em caso de recusa, assinada pela Coordenação ou Direção;
> c) os casos mais graves ou de multirreincidência deverão ser encaminhados à equipe de Direção e Coordenação;
> À Direção:
> a) advertência escrita, com convocação dos pais ou responsável (se menor de 18 anos), com lavratura de termo de compromisso de colaboração à melhoria da conduta do educando;
> b) suspensão por até três dias, como medida cautelar preventiva, quando necessário.
> c) encaminhamento para o Conselho Escolar (de acordo com caderno 2 da UDEMO, que trata de todo procedimento referente a punição de alunos);
> d) atos infracionais serão encaminhados à Autoridade Competente. (REGIMENTO INTERNO, 2010, p. 33)

Sanção é uma palavra que vem do latim "*sanctios, onis*", e significa pena, punição. É notório o sentido retributivo da norma, aplica-se, por conseguinte, uma pena, uma punição para aquele aluno que descumprir um ou mais de seus deveres ou se enquadrar nas proibições descritas taxativamente no Regimento Interno da escola.

Porém, é necessário analisar detalhadamente a descrição de tais punições pois esperamos que apesar de seguir um padrão retributivo possa estar atrelado com ações que demonstrem um caráter menos incisivo no que se refere a punir expressamente um aluno.

Cabe ao professor, segundo o regimento, aplicar as "sanções" de advertência verbal, advertência registrada em diário, assinada pelo aluno ou pela direção ou coordenação e

assinala que os casos mais graves ou de repetição de casos leves sejam encaminhados para a Direção e Coordenação.

À Direção cabe receber os casos mais graves ou repetidos casos de um só aluno e aplicar as "sanções" descritas, advertência escrita, com convocação dos pais ou responsável (se menor de 18 anos), com lavratura de termo de compromisso de colaboração para a melhoria do aluno, além da suspensão de até três dias como medida preventiva ou ainda encaminhamento para o Conselho Escolar.

Ressalta ainda que os atos infracionais (aqueles casos considerados mais graves) sejam encaminhados para as autoridades competentes, ou seja, Conselho Tutelar, Ministério Público, Juiz da Vara de Infância e Juventude[29] e Delegado de Polícia.

O item c que trata do encaminhamento para o Conselho Escolar menciona ainda que esse encaminhamento é feito baseado no Caderno 2 da UDEMO[30] o que merece ser uma melhor reflexão.

O Caderno 2 da UDEMO tem como título "Punição de Alunos - Procedimentos" e descreve em suas páginas os procedimentos legais que devem ser feitos nos casos estabelecidos como de responsabilidade do Conselho de Escola mencionando inicialmente que em qualquer caso de punição, é imprescindível a concessão do amplo direito de defesa ao acusado, sob pena de nulidade do ato punitivo. Ainda revela nas considerações iniciais uma clara tentativa de utilização somente em casos excepcionais:

> No caso extremo de uma eventual punição ao aluno menor de 18 anos, com transferência compulsória, a direção deverá providenciar vaga em outra escola pública, também próxima a residência. Entretanto, antes de se aplicar a transferência compulsória, devem ser esgotadas todas as possibilidades de punições mais brandas, como, até, a transferência compulsória de período na própria escola. Uma transferência compulsória é, sempre, desgastante e traumática, para ambas as partes, ocasionando, não raro, como se sabe, prejuízos irreparáveis e perdas irrecuperáveis de todos os pontos de vista, ao aluno punido. Ademais, se aplicada de forma incorreta será passível de nulidade. Poderá ser invalidada, administrativa ou judicialmente. Adote-se como recurso extremo (vide artigo 208, inciso I e parágrafo primeiro da Constituição Federal; artigo 53, incisos I e V e artigo 54, inciso I e parágrafos primeiro e segundo da Lei Federal nº 9.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente). (UDEMO, Caderno 2, 2004, p. 2)

[29] No caso do Município de Marília existe uma Vara Judicial que trata especificamente de casos relacionados aos menores de idade chamada de Vara da Infância e Juventude. Nas cidades em que não existe uma Vara Judicial específica o juiz da Comarca local assumirá o caso, ou seja, uma vara comum.

[30] UDEMO: Sindicato de especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.udemo.org.br/>. Acesso em 03 jul. 2011.

As páginas seguintes desenvolvem os procedimentos que devem ser seguidos no caso de aplicação de sanção para o aluno. Todo o trâmite legal é descrito de maneira minuciosa indicando como deve agir a direção da escola e o Conselho de Escola nesses casos. A descrição envolve o recebimento de uma solicitação de averiguação dos fatos, instauração do procedimento apuratório por ato do diretor (utiliza-se uma Portaria) notificação do acusado e de seus pais uma vez que o aluno tem menos de 18 anos, e segue com as oitivas dos envolvidos no caso, testemunhas de acusação e defesa, eventuais provas documentais para, ao final, emitir um relatório conclusivo sobre o caso.

Esses procedimentos são utilizados em todos os órgãos públicos, antigamente chamados de sindicância e envolvem a apuração de fatos que acontecem dentro da instituição e as sanções decorrentes dependem de quem é o indiciado, no nosso caso é o aluno que pode ser punido com a transferência compulsória para outra escola ou até mesmo a expulsão dependendo da gravidade do caso. Seguem ainda no mesmo documento modelos de todas as peças do procedimento para complementar as orientações contidas no texto.

O que mais me chamou a atenção neste caso são as colocações da Diretora quando mencionou que utilizou o Caderno 2 UDEMO somente uma vez em toda a sua carreira de educadora e não quer utilizar jamais. Esse certamente é um caminho extremo que desvirtua as atribuições da escola. A busca pelas alternativas me pareceu bem clara nas colocações da diretora que demonstra uma vontade imensa de solucionar os problemas no âmbito da escola.

As normas citadas e descritas no texto do Regimento Interno estão absolutamente enquadradas nas cominações legais existentes no país hoje. Há somente um destaque a ser feito no que se refere à necessidade de sensibilidade e discernimento dos profissionais responsáveis pela aplicação dessas normas. As situações que acontecem nas escolas todos os dias e que merecem ou não a aplicação de sanções disciplinares como as descritas acima estão intimamente ligadas à percepção de enquadramento e solução de conflito existente por parte desses profissionais. Assim se uma situação merece ou não uma advertência, uma advertência por escrito ou uma suspensão, apesar de todos os procedimentos a serem ou não realizados posteriormente, se o profissional analisar a fundo tal situação e conseguir solucioná-la de uma maneira que não remeta à formalidade e frieza das normas existentes, ele estará se utilizando de uma medida voltada para a harmonia do ambiente.

Nesse contexto, em agosto de 2011 conheci o Professor Mediador Escolar e Comunitário da escola pesquisada. Foi muito interessante esse primeiro contato, pois revelou uma situação de primeira impressão muito boa. Enquanto conversávamos por aproximadamente trinta minutos, primeiro em uma das salas da escola e depois na sala dos

professores, o professor foi abordado por uma funcionária que trazia a reclamação de um professor que notificara um comportamento inadequado por parte do aluno. Como se tratava de "não anotação do dever de casa" o professor mediador bem calmamente orientou a moça, "essa questão é pedagógica, pode levar para a coordenação", continuando a conversa mencionou a necessidade de que todos aprendam a separar e dar a devida atenção a todos os casos dentro da escola.

Assim foi possível observar que a possibilidade de analisar os casos e dar o devido encaminhamento e acompanhamento será um grande avanço para a modificação de uma cultura meramente retributiva para outra cultura que busque a manutenção da paz e da harmonia dentro da escola.

5.8.8 – O Regimento Interno e a Organização da Vida Escola, suas Disposições Gerais e suas Disposições Transitórias

O título do Regimento Interno que trata da organização escolar da escola descreve as situações administrativas inerentes ao ingresso, classificação, reclassificação e regularização da vida escolar, desde a matrícula do aluno até questões como remanejamento e expedição de documentos da vida escolar.

As disposições gerais mencionam que o Regimento Interno estará sempre a disposição dos pais e dos alunos. Já no ato da matrícula a escola colocará a disposição além do Regimento Interno e a Proposta Pedagógica para que os pais e familiares tenham conhecimento. Essa publicidade dá ainda mais legalidade aos atos praticados baseados na documentação citada.

As disposições transitórias mencionam que o regimento entrará em vigor a partir do ano de 2010 e que todos aqueles alunos que já estiverem estudando ou se matricularem a partir daquele ano terão que tomar ciência de sua integra, bem como que qualquer modificação a ser feita no Regimento Interno deverá ser homologada pela Diretoria de Ensino e ser devidamente publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo para só então passar a vigorar.

A documentação analisada (Plano Gestão 2007 – 2010 e Regimento Interno) remete-nos para uma análise dos documentos que surgiram no âmbito da Secretaria Estadual de Educação em 2009. Já tratados anteriormente merecem destaque pela inovação e revelam a continuação de um trabalho iniciado em 1988 com a criação do Programa de Segurança Escolar no Estado de São Paulo. Esses documentos encontrados a disposição dentro da escola não estão

sendo utilizados formalmente como já mencionei, mas com certeza estão servindo de base para a existência dessa nova visão de cultura de paz dentro da escola. Vamos a eles.

5.9 – Manual de Proteção Escolar e Promoção da Cidadania

A introdução e apresentação do Manual de Proteção Escolar e Promoção da Cidadania demonstra que dentre os desafios sociais atualmente postos ao mundo como um todo, e dos quais nosso país e estado não se excluem, um dos mais complexos diz respeito ao embate ético no qual se confrontam crenças e valores que buscam o pleno desenvolvimento humano convidam a uma convivência pacífica entre as diversas nações e povos.

Afirma também que nas sociedades democráticas, tal desafio se intensifica uma vez que, por princípio, deve-se garantir a todos, a igualdade de direitos, para uma vivência social efetivamente justa, participativa, propositiva e, portanto, responsável. Ressalta ainda que garantir o direito de todos traz, na outra face, o correspondente respeito, também por todos e pelo direito do outro.

Destaca que, nos dias de hoje, desconsiderar em qualquer ambiente escolar, a interferência das múltiplas variáveis socioculturais que podem comprometer o papel essencialmente pedagógico e formativo de que se reveste a função de educar, se nos configura, no mínimo, como uma posição ingênua. Por outro lado, minimizar essa interferência na escola pública é, a nosso ver, ignorar o potencial transformador de seus profissionais, as expectativas da sociedade nela refletidas e, precipuamente, tolher da criança e do jovem o direito a uma escola de qualidade, capaz de formar integralmente o indivíduo.

Conclui pontuando que na complexidade dessa realidade, na disponibilidade colaborativa de nossos gestores, na confiança da clareza que nossos docentes possuem sobre o seu papel e sobre a função da escola – antes e acima de tudo de natureza educativa e inclusiva – esta Pasta disponibiliza o “Manual de Proteção Escolar e Promoção da Cidadania”. Essa publicação tem, portanto, como objetivo de subsidiar a escola pública aprofundamento seus conhecimentos sobre conceitos de direitos civis e constitucionais, além de fornecer informações e esclarecimentos relativos à natureza das atribuições e competências das diversas instâncias a serem mobilizadas no enfrentamento e mediação dos conflitos que comprometem e distorcem a convivência no ambiente escolar e podem até, eventualmente, extrapolar a dimensão pedagógica. (SEE/SP, FDE, 2009-I)

Quando menciona que

> Em momento algum, defende um posicionamento administrativo/jurídico que venha substituir o cerne pedagógico dos procedimentos que rotineiramente devem presidir as unidades escolares em suas decisões, quando transgredidas as normas de convivência. Ao contrário, será mediando às relações conflitantes com intervenções pedagógicas que as estratégias saneadoras poderão ser legitimadas, confirmando o verdadeiro contexto educativo que deve caracterizar a instituição escolar. (SEE/SP, FDE, 2009-I, p. 7)

O texto acima mencionado demonstra uma intenção clara de atuação de forma diferente com relação aos conflitos, ao mesmo tempo mencionando a questão jurídica e a mediação de conflitos. A busca nos gestores, da "força" necessária para a mediação das relações interpessoais nos ambientes escolares e a implantação de medidas preventivas que não só minimizem eventuais conflitos como ampliem o espaço para orientações pedagógico-formativas, e o destaque sobre "quão importante se constitui o papel da supervisão de ensino na implementação dessa proposta, como efetiva desencadeadora das ações locais." (SEE/SP, FDE, 2009-I, p. 8), estabelece uma tentativa de modificação em uma cultura voltada para punições puramente retributivas. Porém é relevante destacar mais uma vez as palavras da diretora da escola pesquisada,

> A metodologia implantada pela SE não ajuda muito no desenvolvimento dos trabalhos e que seria necessário uma construção mais sólida e em conjunto com as escolas para atender as necessidades reais existentes. Como por exemplo, é o caso do Manual de Proteção Escolar e Promoção da Cidadania e das Normas Gerais de Conduta que foram feitas e não foram trabalhadas com as escolas deixando assim a desejar uma vez que não podem ser utilizadas visto que ainda não foram publicadas em Diário Oficial. (Diretora)

O Manual de Proteção Escolar e Promoção da Cidadania está presente na escola, mas não pode ser utilizado, ressaltando mais uma vez que é preciso desenvolver de forma efetiva a questão organizacional. Estamos em 2011 e o Manual foi lançado em 2009, e poderia ser de grande utilidade para as escolas, mas o seu uso é cerceado por conta da não utilização de uma forma efetiva de divulgação e supervisão.

A tentativa da Secretaria de Educação de motivar e promover uma cultura diferenciada no enfrentamento dos problemas existentes dentro da escola mostra sua convicção de que, todos juntos, fortalecidos e minimamente instrumentalizados, poderão iniciar a construção de uma cultura de paz possa levar a uma realidade menos contraditória e conflituosa esbarra na impossibilidade de concretização do intuito por causa de questões organizacionais que poderiam ser resolvidas alguma boa vontade e menos burocratização. Independente dessas questões o Manual possui um conteúdo que merece ser descrito e revelado.

O documento explora uma dimensão interessante do ambiente escolar trazendo informações, conceitos e procedimentos que estão inseridos no dia a dia e fazem parte

da realidade existente dentro da escola hoje. Assim como um contexto da sociedade que se refere aos acontecimentos atuais relativos à violência e paz, bem como a possibilidade e formas de atuação existentes. Envolve explicações relativas a conceitos de diversos termos relacionados Justiça Restaurativa e seus princípios como: o que é Cidadania, Paz, Cultura de Paz, direitos da Criança e do adolescente, Conflitos, os mais diversos tipos de violência existentes. Ainda temas relacionados à legislação vigente no país, tais como crimes, preconceito, discriminação, racismo, drogas, vício, *bullying*, entre outros. Desenvolve também o conhecimento acerca da existência e necessidade de órgãos como a Vara da Infância e Juventude, o Ministério Público (Promotoria da Infância e Juventude), conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente (CMDCA), Conselho Tutelar, Delegacia de Polícia, Defensoria Pública e Conselho comunitário de Segurança (CONSEG), entre outros.

O Manual expõe ainda temas relacionados aos funcionários da escola como desrespeito, cometimento de crimes, além da responsabilidade dos pais, professores e escola em relação aos alunos, e as mais diversas situações de conflito que podem ocorrer no perímetro da escola, bem como fornece endereços, telefones e *links (sites)* que podem ser utilizados nos casos de ocorrências ou emergência.

Como é possível observar trata-se de um vasto e pormenorizado número de informações e explicações sobre as ocorrências que podem acontecer dentro da escola, dando exemplos de ações e reações de acordo com a lei e, estando à disposição da direção da escola para consulta podem resolver dúvidas que surgem e para as quais, muitas vezes, não há um caminho para a sua solução.

Trata-se de um documento elaborado com base na legislação vigente, por profissionais da área de educação e do direito envolvendo a Secretaria de Educação, Secretaria de Justiça e Cidadania e a Secretaria de Segurança Pública, sendo citados os Senhores Secretários e mencionados todos os profissionais das respectivas Secretarias que participaram da elaboração. Estando à disposição da direção da escola para o aproveitamento no dia a dia o Manual serve como uma ferramenta de consulta e orientação, bem como o seu conteúdo pode ser utilizado para o desenvolvimento e aplicação de outras ações. Porém, infelizmente, mais uma vez todo o material existente foi lançado na escola sem a devida exploração. Ou seja, não aconteceu um trabalho de divulgação e explicação acerca do conteúdo para que houvesse compreensão por parte dos educadores, demais servidores e alunos. A utilização correta desse documento pode auxiliar e muito a administração escolar em suas atividades. Há claramente uma visão diferente sobre a questão da violência, um trabalho voltado para a prevenção,

> Conforme anteriormente abordado, a Cultura de Paz é construída nas ações e interações cotidianas, envolvendo as relações consigo, com o outro e com o ambiente, caracterizando um movimento não reduzido ao combate às violências já instaladas, mas ampliado à promoção das ações pacíficas.
> Por essa razão, este capítulo objetiva o compartilhamento de algumas ações que tendem a prevenir a violência e a promover a Cultura de Paz no contexto escolar. Cientes de que a violência representa fenômeno multicausal que clama por intervenções em todas as esferas sociais, a educação permite compreender que todos fazem parte do problema, mas também da solução (Perrenoud, 2005 apud SEE/SP, FDE, 2009-I, p. 51)

Por essas razões é importante a utilização de mecanismos diferenciados do que se usa atualmente para o enfrentamento da violência e dos conflitos.

> Os conflitos originam-se da diferença de interesses, desejos, valores e aspirações evidenciados no convívio com a diversidade social (Chrispino & Chrispino, 2002). Os conflitos não constituem obstáculos à paz, porém a resposta dada aos conflitos pode torná-los negativos ou positivos, construtivos ou destrutivos, razão pela qual suas formas de resolução ou mediação tornam-se foco de atenção e intervenção (Guimarães, 2003). A violência decorre da não mediação dos conflitos ou de sua resolução de forma inadequada. (SEE/SP, FDE, 2009-I, p.11)

No caso específico da escola pesquisada o documento ora mencionado é sim utilizado para consulta e orientação restando deficitário apenas uma forma de divulgação que possibilitasse o conhecimento mais aprofundado por parte dos integrantes de todo esse processo.

Explorar mais detalhadamente o manual em questão estaria ampliando demasiadamente a abrangência desse trabalho de pesquisa, motivo pelo qual deixo de fazê-lo, porém, os detalhes e aprofundamento deste material poderiam ser objeto de pesquisa específica, uma vez que se trata de um documento extremamente valoroso para a questão da violência na escola, e pode deve ser retomado como objeto de pesquisa sem dúvida nenhuma.

5.10 – Normas Gerais de Conduta Escolar

O Manual contendo as "Normas Gerais de Conduta Escolar" foi lançado em 2009 pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, por intermédio da Fundação de Desenvolvimento Escolar e foi distribuído para as escolas públicas do Estado de São Paulo, bem como disponibilizado no site da Secretaria[31]. A introdução do manual descreve inicialmente suas intenções partindo da premissa de que a proteção integral da criança e do adolescente é uma obrigação que se impõe a todos. Isso implica garantir um ambiente

[31] Essa informação está disponível no site: www.educacao.sp.gov.br. Acesso em 12/05/2011.

socialmente saudável, que propicie condições indispensáveis para que homens e mulheres em fase de formação possam ampliar seus horizontes, trabalhar suas aptidões e expressar seus interesses, tornando-se cidadãs e cidadãos aptos a participar – de maneira ativa, pacífica e produtiva – dos diversos aspectos da vida social. (SEE/SP, FDE, 2009-II, p.5)

O texto explora uma dimensão diferente do ambiente escolar quando reconhece a existência de conflitos e a necessidade de utilizar meios eficazes para o seu enfrentamento. Deixa claro que o objetivo principal do documento mencionando de "garantir a observância de regras saudáveis de convivência no ambiente escolar. Acatar o pacto social vigente – representado pelo conjunto de normas de conduta estabelecido e socialmente reconhecido" (SEE/SP, FDE, 2009 – II, p. 5). Demonstra o desejo de estabelecer uma forma de auxílio aos estabelecimentos educacionais no sentido de criar regras dentro da escola. Direitos e deveres são estabelecidos nos mais diversos âmbitos da legislação brasileira, começando pela Constituição Federal, passando pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e culminando nos Parâmetros Curriculares Nacionais, bem como nos Planos de Gestão das escolas, como já foi visto no Capítulo 2.

O documento ora analisado é uma tentativa de estabelecer um norte para as escolas no que se refere à utilização desses direito e deveres dentro da escola. Vale salientar a necessidades de adequação para cada realidade, mantendo-se sempre presente as bases, os princípios estabelecidos pela legislação vigente. Assim "sustenta o delicado equilíbrio entre desejos, direitos e deveres individuais e coletivos que permeia a convivência social e garante a sobrevivência de uma sociedade democrática e de respeito à cidadania". (SEE/SP, FDE, 2009 – II, p. 5)

Conclui a introdução esclarecendo que na escola, como parte integrante da missão de educar, dirigentes, professores, diretores, funcionários, pais e colaboradores devem esclarecer, divulgar e observar as regras de comportamento e convivência, assim como encorajar os estudantes a respeitarem diferenças e praticarem a tolerância. Por fim que o documento é um instrumento de apoio a esses procedimentos na rede pública de ensino estadual, constituindo-se em indispensável referencial comum a todas as escolas. Cabe a todos os integrantes da comunidade escolar aperfeiçoá-lo e atualizá-lo permanentemente. Cada estabelecimento de ensino deve adotar estas Normas Gerais de Conduta Escolar como referência, porém medidas ou procedimentos adicionais, que não afrontem o disposto nelas, podem ser adotados individualmente pelas escolas, havendo aprovação do Conselho Escolar.

Cabe salientar mais uma vez a afirmação da direção da escola estudada no sentido de que apesar de ser de grande valia para o dia a dia o documento apresentado e divulgado não pode ser citado uma vez que depende de publicação, fato que ainda não ocorreu.

O documento estabelece os direitos dos Alunos, a saber, Direito à Educação Pública gratuita e de qualidade, Direito à Liberdade individual e de expressão, Direito a tratamento justo e cordial. Da mesma maneira estabelece e lista os deveres e responsabilidades dos Alunos estabelecendo a relação de deveres e responsabilidades. Por fim descreve a conduta que deve acontecer em ambiente escolar, faltas disciplinares, medidas disciplinares e procedimentos.

Cabe destaque dentre os direitos o de:

> - Ser informado pela direção da escola sobre as condutas consideradas apropriadas e quais as que podem resultar em sanções disciplinares, para que tome ciência das possíveis conseqüências de suas atitudes em seu rendimento escolar e no exercício dos direitos previstos nestas Normas Gerais de Conduta Escolar e demais regulamentos escolares;
> - Ser informado sobre procedimentos para recorrer de decisões administrativas da direção da escola sobre seus direitos e responsabilidades, em conformidade com o estabelecido neste documento e com a legislação pertinente.
> - Estar acompanhado por seus pais ou responsáveis em reuniões e audiências que tratem de seus interesses quanto a desempenho escolar ou em procedimentos administrativos que possam resultar em sua transferência compulsória da escola. (SEE/SP, FDE, 2009 – II, p. 8)

A não observância desses direitos torna nulo qualquer procedimento administrativo elaborado pela direção ou pelo Conselho de Escola. Por isso tão importante a plena divulgação do Regimento Interno da escola com as condutas previstas como inadequadas, bem como sempre notificar e exigir a participação de pais ou responsável em todos os atos administrativos realizados nesses casos.

Com relação aos deveres e responsabilidades a não observância por parte dos alunos acarretam procedimentos disciplinares como veremos a seguir. O mesmo acontece com relação às condutas consideradas como inadequadas. São passíveis de medidas disciplinares por parte da escola.

As Normas Gerais de Conduta Escolar (SEE/SP, FDE, 2009-II) apresentam as condutas inadequadas na página 10, das quais destacamos algumas:

> - Incentivar ou participar de atos de vandalismo que provoquem dano intencional a equipamentos, materiais e instalações escolares ou a pertences da equipe escolar, estudantes ou terceiros.
> - Consumir, portar, distribuir ou vender substâncias controladas, bebidas alcoólicas ou outras drogas lícitas ou ilícitas no recinto escolar.

> - Portar, facilitar o ingresso ou utilizar qualquer tipo de arma, ainda que não seja de fogo, no recinto escolar.
> - Apresentar qualquer conduta proibida pela legislação brasileira, sobretudo que viole a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Código Penal.

As condutas descritas acima representam crimes graves e que devem ser reportadas imediatamente as autoridades competentes. Da mesma maneira que tais condutas representam uma ameaça a tranquilidade da unidade escolar e providências devem ser tomadas para evitar acontecimentos mais graves ainda, vale destacar que a possibilidade de mediação e diálogo, bem como conscientização e aprofundamento de alternativas que promovam a cultura de paz sem a necessidade de procedimentos disciplinares severos.

O mesmo documento apresenta ainda as medidas disciplinares e procedimentos que podem decorrer de tais atos. São elas a advertência verbal, retirada do aluno de sala de aula ou atividade em curso e encaminhamento à diretoria para orientação, comunicação escrita dirigida aos pais ou responsáveis, suspensão temporária de participação em visitas ou demais programas extracurriculares, suspensão por até 5 dias letivos, suspensão pelo período de 6 a 10 dias letivos e transferência compulsória para outro estabelecimento.

Esclarece ainda, a seguir, os procedimentos e medidas disciplinares que devem ser seguidos nos casos enquadrados como condutas inadequadas:

> Procedimentos:
> As medidas disciplinares deverão ser aplicadas ao aluno em função da gravidade da falta, idade do aluno, grau de maturidade e histórico disciplinar, comunicando-se aos pais ou responsáveis.
> 1 - As medidas previstas nos itens I e II serão aplicadas pelo professor ou diretor; As medidas previstas nos itens III, IV e V serão aplicadas pelo diretor.
> 2 - As medidas previstas nos itens VI e VII serão aplicadas pelo Conselho Escolar. 3 - As faltas descritas nos itens 5.23 a 5.30[32] deverão necessariamente ser submetidas ao Conselho de Escola para apuração e aplicação de medida disciplinar, devendo a unidade escolar informar à Secretaria Estadual da Educação sua ocorrência e a medida disciplinar aplicada. (SEE/SP, FDE, 2009-II, p. 13)

As Normas Gerais de Conduta descrevem direitos e deveres dos alunos, bem como situações que estão presentes no dia a dia da escola. Revelam detalhadamente um rol de condutas que, na sua maioria, estão presentes na legislação vigente do país, excetuando-se aquelas que são meramente administrativas. Destaca ainda que educadores e direção devem

[32] SEE/SP, FDE, 2009-II, p. 12-13.

ponderar sobre a utilização das medidas disciplinares previstas, assim como analisar casos novos que porventura apareçam durante a vivência escolar.

Trata-se de um documento que poderá ser utilizado como base para a elaboração do plano de desenvolvimento de atividades, regimento interno e projeto político pedagógico das escolas. Porém, vale destacar que as situações elencadas e a forma de tratamento de tais situações estão intimamente ligadas com a realidade de cada escola. No caso da escola pesquisada entrevistas e observações foram voltadas para a análise dessas situações e a possibilidade de utilização desses recursos no enfrentamento dos casos relacionados com conflitos, violência e indisciplina.

Tanto o Manual de Proteção Escolar e Promoção da Cidadania, quanto as Normais Gerais de Conduta Escolar são documentos decorrentes do Sistema de Proteção Escolar criado com o intuito de viabilizar formas de lidar com as situações existentes dentro da escola. Porém, não bastava a edição dessas "regras" para a otimização das atividades necessárias para o enfrentamento dessa realidade.

Os depoimentos colhidos junto aos profissionais de educação da escola pesquisada remetiam para a necessidade de algo mais, a possibilidade de utilização desses meios, que ora estão servindo somente para consulta, bem como de pessoas que pudessem viabilizar essa aplicação. Assim surge o profissional "especializado" na mediação dos conflitos: o Professor Mediador Escolar e Comunitário, que passaremos a analisar a partir de agora.

5.11 – O Professor Mediador Escolar e Comunitário (PMEC)

Para iniciarmos este tópico se faz necessária uma exploração no pensamento dos docentes e da direção da escola acerca da violência e indisciplina. A intenção deste trabalho desde o seu inicio foi tentar desvelar um pouco desse pensamento, culminando perspectivas de renovação dessa realidade. Assim as respostas das questões propostas para os professores e direção servirão de base para a tentativa de alcançar novas perspectivas ou não.

Antes do questionário um pequeno resumo do trabalho que teve como ob jetivo estimular respostas espontâneas. A proposta então foi a de deixar bem claro que o foco eram os professores. Assim lhes foi informado:

Esta pesquisa tem como objetivo a investigação da violência e da indisciplina na escola e a busca de alternativas existentes nas escolas e que possam servir de modelos de solução de conflitos, sejam eles idealizados e realizados dentro da escola com o auxílio da

legislação vigente, ou ainda com o projeto do professor mediador escolar e comunitário, que atualmente está em funcionamento em algumas escolas no Estado de São Paulo.

O espaço escolar divide com a família a obrigação da formação e da educação, sendo atualmente a principal responsável pelo desenvolvimento ou não das pessoas, ou pelo menos assim ele (o espaço escolar) é visto. A indisciplina e a violência na escola precisam ser estudadas, entendidas e divulgadas de forma simples, de fácil compreensão para que o seu enfrentamento, aliando educadores, pais e Estado, possa acontecer de forma efetiva e diversificada, se adequando a cada espaço escolar e assim, desenvolvendo políticas públicas que atendam as necessidades existentes. A análise e as experiências da utilização de meios alternativos e do projeto referente ao professor mediador escolar e comunitário, como possíveis soluções de conflitos nas escolas poderá expandir a criação e explicitação de novas e possíveis alternativas dessa solução dos problemas existentes nas escolas.

Assim, o objetivo principal do nosso trabalho é verificar e analisar os resultados do enfrentamento da violência e indisciplina na escola. Temos a certeza de que o(a) senhor(a), com sua experiência na docência e a vivência nessa unidade escolar, terá informações essenciais que poderão elucidar questões relativas ao tema e estará assim, compartilhando com os demais colegas que podem, neste momento, estar enfrentando situações semelhantes. Nesse sentido, o(a) senhor(a) poderia responder a um questionário sobre este assunto? Adianto e afirmo que sua pessoa/identidade e a escola serão eticamente resguardadas de todo e qualquer dano ou risco, quaisquer que sejam as informações prestadas.

A espontaneidade nas respostas abertas, somente com algumas hesitações expostas pelo corretivo utilizado, poderá ser verificada ao longo das análises aqui efetuadas.

A direção expõe o desinteresse e ausência da participação familiar como fatores principais para a situação existente de violência dentro da escola. Enfoca que a agressão verbal é a principal ocorrência existente e que esses casos vêm se repetindo costumeiramente. Destaca ainda que existe dentro da escola opções para esse enfrentamento, primeiramente com a separação dos casos, sendo que a grande maioria deles é resolvido com o diálogo, tanto com os próprios alunos, como com pais e responsáveis. Os casos mais graves são encaminhados para as autoridades competentes (Promotor, Delegado de Polícia, Conselho Tutelar, Juiz), porém, após anos de trabalho esses casos extremos são raros.

Posteriormente cita o PMEC como alternativa para a mediação de conflitos e indica que sua presença tem ajudado bastante, porém seu trabalho está no início e é preciso maior capacitação e fiscalização dos resultados, bem como que há a necessidade de

“reorganizar o sistema de Ensino: primeiramente eliminando a Progressão Continuada, bolsa família com cobranças de resultado para família e aluno”. (Diretora)

Com relação aos professores escolhidos para a pesquisa trata-se de uma equipe que lida com os adolescentes que cursam o Ensino Médio. A solicitação de respostas foi feita para todos os professores, ou seja, quinze, sendo que apenas dois não responderam e entregaram os questionários em branco. A intenção era abranger a totalidade de professores, no caso do Ensino Médio por lidarem com alunos com mais idade. Hoje a indicação de que existem casos de violência extrema envolvendo pessoas cada vez mais jovens, o que pode ser observado facilmente na lotação cada vez maior das Unidades da Fundação Casa, faz com que a possibilidade de observação desses jovens por parte de seus professores produza um material aplicável para toda a comunidade educacional.

Assim, os questionamentos foram feitos, primeiramente com relação à suas idades e tempo de magistério, o que revelou que há nesta escola uma mistura de experiência e idade, sendo apenas unânime a existência de docentes somente do sexo feminino.

Quadro 3 – Sexo

Feminino	13	100 %
Masculino	0	0
Total	13	100 %

Fonte: Questionários. Quadro elaborado pelo autor. (2011)

Quadro 4 – Idade

18 a 25 anos	3	23 %
25 a 35 anos	2	15,4 %
35 a 45 anos	4	30,8 %
Mais de 45 anos	4	30,8 %
Total	13	100 %

Fonte: Questionários. Quadro elaborado pelo autor. (2011)

Quadro 5 - Tempo de Magistério

Até 10 anos	6	46,2 %
10 a 20 anos	4	30,8 %
Mais de 20 anos	3	23 %
Total	13	100 %

Fonte: Questionários. Quadro elaborado pelo autor. (2011)

A questão quatro foi aberta e indaga sobre uma primeira impressão, a primeira visão sobre a violência e a indisciplina dentro da escola. A seguir o questionamento efetivamente voltado para o objetivo deste trabalho e dirigido aos professores do Ensino Médio sendo que suas respostas merecem ser transcritas na íntegra.

> Questão 4 - Quando se fala em violência, qual o primeiro pensamento que lhe vem a mente?
>
> 1 - Esses são os grandes problemas que os professores vem enfrentando em sala de aula, pois com a indisciplina, fica impossível ministrar os conteúdos previstos.
>
> 2 – Que falta o respeito entre as pessoas, principalmente nas famílias. Tudo reflete na escola.
>
> 3 – Agressão física e verbal para com os professores e funcionários.
>
> 4 – A quem recorrer? Aos pais ou superiores? A Justiça?
>
> 5 – Que a situação está piorando.
>
> 6 – Insegurança e falta de respeito com a escola.
> 7 – Fim do mundo, falta de esperança.
>
> 8 – Falta de respeito entre alunos e entre alunos e professores.
>
> 9 – Recorrer a Justiça.
>
> 10 – Violência física e verbal pois são os dois tipos de violência mais comuns entre os alunos para com os professores que desestrutura-os não permitindo assim que ministre as aulas (que é sua função profissional). Abalo psicológico e em alguns casos até medo de continuar lecionando retira o professor de seu cargo não objetivando mais o seu retorno em sala de aula.
>
> 11 – Falta de "LEI" federal, estadual e municipal.
> 12 – Falta esperança, violência física e verbal são os dois mais comuns.
>
> 13 – Descaso, omissão. (PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO)

Ao que parece a ideia do desabafo foi bem sucedida e é perceptível que há um endurecimento muito grande no que se referem ao assunto da violência, por conta dos mais diversos casos que são citados na mídia, relatados por colegas ou vivenciados. Virando a página do questionário, e a ideia era justamente esta, literalmente virar a página da violência nas escolas, surge o questionamento da pergunta cinco que assim foi colocada: "A Senhora acha que existe solução para a violência e indisciplina na escola? Quais seriam?"

A proposta aqui era reverter a situação levando o professor, parte integrante do sistema educacional a propor algo que, efetivamente torne o seu próprio trabalho diferente. O resultado não foi exatamente este, o professor acaba não se inserindo nesse processo de mudança, pela descrença na possibilidade de melhoria no sistema ou pela impotência diante da situação existente. O que acontece com as soluções são transferidas para a família, as autoridades, o Estado, a sociedade e até mesmo uma tentativa de retorno ao passado. Relevante

destacar que 23 % dos professores acreditam na mudança e se inserem nesse processo. As respostas foram tabuladas e estão expostas no Quadro 6.

QUADRO 6– O Sr (a) acha que existe solução para a violência e indisciplina na escola? Qual seria?

Sim	Trabalho de conscientização, palestras extraclasse voltados para enfrentar o problema e para o trabalho.	3	23 %
Sim	A família se colocar no seu lugar e dar educação para as crianças. Poder para a família.	6	46,2 %
Não	Alunos vivem em um mundo sem lei e levam isso para a escola.	1	7,7 %
Sim	Escolas Antroposóficas, Metodologia de Rudolf Steiner, do Método Walford.	1	7,7 %
Sim	Mais autonomia para as escolas agirem e reforma do sistema educacional. Políticas Públicas.	2	15,4 %
Total		13	100 %

Fonte: Questionários. Quadro elaborado pelo autor. (2011)

Uma das professoras citou a Escola Antroposófica, Metodologia de Rudolf Steiner, do Método Walford, A Escola Waldorf Rudolf Steiner, a exemplo das escolas Waldorf espalhadas pelo Mundo, adota um currículo comum e um método de ensino baseado na Pedagogia Waldorf, que busca estimular o entusiasmo pelo aprendizado e um desenvolvimento saudável, além de incentivar as faculdades críticas e de julgamento que surgem com a adolescência. Apesar de compartilharem a mesma prática educacional, cada escola Waldorf está inserida em sua cultura local, como ocorre com a Rudolf Steiner, que atua em conformidade com as determinações da Lei de Diretrizes e Bases (LDB).[33]

Enquanto 23 % dos professores acreditam que o trabalho extraclasse e as palestras seriam importantes para a tentativa de solucionar os problemas relacionados à violência dentro da escola, outros 46,2 % vêem na família fortalecida e estruturada a solução para a maioria dos problemas de violência dentro da escola que, segundo eles, tem inicio no seio da própria relação familiar.

Outros 15,4 % enfocam a questão de mais autonomia e poder para que as escolas possam trabalhar melhor e resolver os seus próprios problemas, ou seja, políticas públicas que reformem o sistema educacional, porém, sem a menção de participação nessa reforma. O enfoque voltado para uma realidade escolar voltada para a efetiva preparação para o trabalho é constante expondo uma preocupação com o futuro das crianças e conseqüentemente da própria sociedade.

[33] Informação disponível em: http://www.ewrs.com.br/pedagogia.htm. Acesso em: 27/11/2011.

A pergunta seguinte envolveu diretamente a violência contra o professor respondente. A maioria, senão todos relatam ter sofrido agressões dentro da escola, na sua grande maioria verbal, como palavrões, desrespeito as normas e impossibilidade de ação contra esses fatos. As respostas estão expressas no Quadro 7.

Quadro 7 - O Sr (a) já foi vítima de violência na escola?

Sim	Verbal	Física
13	13	2

Fonte: Questionários. Quadro elaborado pelo autor. (2011)

Todos os professores já sofreram agressões verbais dentro da escola. O relato é de que as agressões verbais acontecem diariamente e são, para os professores, traduzidas em desrespeito, e este por sua vez retrata a questão da indisciplina e, conseqüentemente, a impossibilidade de ministrar os conteúdos previstos.

Apenas dois professores relatam terem sofrido agressão física, ambos uma vez:

> Verbal: quase todo dia, palavrões e enfrentamento moral.
>
> Físico: uma vez.
>
> Já sofri agressão física e verbal.
> Uma vez um aluno queria sair da sala e não deixei. Ele me deu um forte empurrão e saiu da sala sem a minha permissão.
>
> Agressão verbal todos os dias. (Professores)

Os relatos impressionam pelas citações de xingamentos, desrespeito, principalmente porque a maioria indica que são constantes. Impressiona mais ainda as respostas à sequência da pergunta que pede para que seja indicado o tratamento que foi dado ao caso. Sete professores não mencionam qual o desfecho dos casos limitando-se a mencionar que ocorreram as agressões verbais. Já os outros seis descrevem as ações feitas na escola para evitar a repetição de tais ocorrências. As respostas ao questionário revelaram o que segue:

> Agressões verbais ocorrem diariamente. Geralmente esses alunos são advertidos e em alguns casos suspensos. (Professora 1)
>
> O aluno disse vários palavrões direcionados a minha pessoa e ainda me ameaçou de agressão física. Tratei disso comunicando ao meu superior e conversando isoladamente com o aluno. (Professora 2)
>
> Ofensas verbais. Foi feito uma ocorrência e os pais convocados para uma reunião. (Professora 3)

> Agressões verbais ocorrem diariamente. Geralmente esses alunos são advertidos, suspensos. (Professora 4)
>
> Agressão verbal é uma prática diária entre os alunos. Seu encaminhamento à coordenação e direção leva até a uma suspensão. Como o Conselho Tutelar, Diretoria de Ensino, Delegacia de Polícia e a própria Unidade Escolar seguem legislações e esta não permite a permanência de alunos fora da escola, o aluno volta novamente a sala de aula e seu comportamento dificilmente mudará. (Professora 5)
>
> Todos os dias a violência verbal se faz presente e são tratadas com o único instrumento que a escola possui: a advertência verbal. (Professora 6)

Seguindo os questionamentos sobre a violência da escola foi indagado aos professores se existiam então procedimentos ou estratégias para o enfrentamento da violência e indisciplina e se sim, quais eram elas. As respostas estão expressas nos Quadros 8 e 9.

Quadro 8 – Existem procedimentos ou estratégias na escola para o enfrentamento da violência e indisciplina?

Sim	11
Não	02

Fonte: Questionários. Quadro elaborado pelo autor. (2011)

Quadro 9 – Quais?

Diálogo	3
Registro das Ocorrências	4
Conversa com os pais	4

Fonte: Questionários. Quadro elaborado pelo autor. (2011)

As respostas apontam para um pensamento voltado para a legislação existente, tais como o registro de ocorrência na própria escola, e também para o Regimento Interno que prevê punições como advertência verbal, convocação dos pais, e em alguns casos até suspensão, encaminhamento para o Conselho Tutelar, Delegacia de Polícia ou ainda para o Ministério Público.

Finalizando as questões sobre violência foi perguntado para as professoras se, na opinião delas, as punições então aplicadas tendem a diminuir a incidência de violência e Indisciplina e por quê? Para melhor analisar as respostas a transcrição se faz necessária:

> Não. O aluno volta a agredir.
>
> Não resolve, quem deve punir é a família.

> Não. As punições não trazem nenhuma conseqüência onde o jovem ou sua família se sintam realmente punidos ou prejudicados e, assim não há uma mudança de atitude.
> Não, pois sabendo que tem direitos segundo o ECA e outras legislações, o aluno não se intimida (em alguns casos até acha graça) e a indisciplina tende a continuar ou até aumentar.
>
> Se a punição for bem aplicada resolve, mas se não se cumprir o que falam a violência tende a continuar.
>
> Em alguns casos esses alunos já estão acostumados com essas punições, na maioria das vezes não dão em nada.
>
> Somente em alguns casos, pois esses alunos já estão acostumados com essas punições, na maioria das vezes, não dão em nada.
>
> Sim, porque não há um limite para os alunos e ele demonstra isso. A partir do momento em que sabe que não se pode fazer algo, ele testa. Vivenciar a punição é algo necessário.
>
> Sim. Em países onde a lei é mais firme, há menos riscos de se perder o controle. Porém, a violência é inata do ser humano. Pior em alguns seres humanos e mesmo em países como a Suíça que não existe casos de "bala perdida" há "malucos" que são assassinos!
>
> Sim, mas sem o apoio familiar é difícil melhorar. A parceria escola-família é muito importante para que o aluno possa melhorar seu comportamento.
>
> Sim, pois deveria acabar com o ECA que protege demais.
>
> Sim, pois chama a atenção dos alunos para conscientização do ocorrido.
> Acredito que sim, pois envolve a família que é obrigada a tomar ciência das atitudes de seus filhos, o que acarreta mudanças de atitudes. (PROFESSORES)

A transcrição "*ipsis literis*" das respostas das professoras demonstra mais uma vez a insatisfação com a situação existente. Há repetitivamente o destaque para a afirmação de que a família deve ser mais atuante, firme, participativa. A punição pura e simples que a lei determina pode ser mal interpretada, mal recebida, como nas citações de que o ECA dá direitos demais e a lei não atua como deveria.

A revelação de indagações voltadas para o diálogo, à conscientização e envolvimento da família, escola e comunidade se destaca como uma visão diferenciada, onde professor, direção de escola, Diretoria de Ensino, SEE, podem trabalhar juntas, sendo um caminho a ser seguido, resultando em informações e experiência para que o Estado possa elaborar Políticas Públicas que indiquem uma forma diferenciada de lidar com a situação da violência.

5.11.1 – A criação do cargo de PMEC

O cargo de Professor Mediador Escolar e Comunitário foi criado pela Resolução SEE/SP 19/2010, juntamente com o Sistema de Proteção Escolar[34] e possui atribuições específicas destinadas à mediação, orientação e desenvolvimento de trabalhos relacionados à prevenção da violência nas escolas públicas. Esta nova "figura educacional" foi criada com o intuito de complementar o trabalho desenvolvido pelo Governo do Estado de São Paulo voltado para o enfrentamento da violência nas escolas públicas.

Reza a Resolução SE 19/2010:

> Art. 7º – Para implementar ações específicas do Sistema de Proteção Escolar, a unidade escolar poderá contar com até 2 docentes, aos quais serão atribuídas 24 (vinte e quatro) horas semanais, mantida para o readaptado a carga horária que já possui, para o desempenho das atribuições de Professor Mediador Escolar e Comunitário, que deverá, precipuamente.[...] (Resolução SEE/SP 19, 2010)

Essa nova função educativa foi então criada juntamente com o Sistema de Proteção Escolar para atuar dentro das escolas que foram escolhidas de acordo com a quantidade de registros no Sistema de Registro de Ocorrências Eletrônico Escolar[35]. No caso da escola pesquisada foram 43 ocorrências em 2009 e 55 em 2010, sendo distribuídos como segue no Quadro 10.

Quadro 10 – Registro de Ocorrências da Escola em 2009 e 2010

Tipo de ocorrência	Quantidade 2009	Quantidade 2010
Ação de Grupos/Gangues	0	3
Agressão/lesão Corporal	12	25
Agressão Sexual	0	2
Ameaça	0	5
Consumo/Tráfico de Drogas	1	1
Dano/Vandalismo	5	8
Furto/Roubo	5	2
Injúria/Ofensa	5	3
Outros	15	6
Total	43	55

Fonte: ROE – Registro de Ocorrência Escolar. Site FDE. (2011)

[34] O Sistema de Proteção Escolar é um conjunto de ferramentas, metodologias e pessoas atuando de forma coordenada em busca de condições integrais de desenvolvimento do processo educativo, abarcando um conjunto amplo de fatores como a segurança, o meio ambiente, a convivência, o bem estar e a efetiva inserção social de todos os integrantes da comunidade escolar. Informação disponível em: (www.fde.sp.gov.br) Acesso em: 17/05/2011.

[35] O Registro de Ocorrência Escolar foi criado para que os diretores das escolas públicas estaduais paulistas registrassem os casos de violência dentro da escola formando assim um banco de dados que revela quais escolas estariam mais necessitadas com relação a tais problemas, conseqüentemente mais propensos à utilização do Professor Mediador e Comunitário. O acesso é restrito e está disponível no site da FDE, www.fde.sp.gov.br.

No primeiro ano, 2009 estavam excluídos os itens Ação de Grupos/Gangues, Agressão Sexual, Ameaça e Invasão. Estes passaram a ser inseridos em item próprio a partir de 2010 tendo em vista a alta incidência no item Outros, sendo que permanecem em 2011. Como é possível observar as Ocorrências cresceram de 2009 para 2010 sendo que começaram a ser registradas em meados de 2009 e a implantação do sistema foi feita de forma gradativa até atingir todas as escolas estaduais. O Sistema de Proteção Escolar conta também com a participação da Polícia Militar do Estado de São Paulo por intermédio da Ronda Escolar com policiais e viaturas que visitam as escolas, acompanham a movimentação e registram esta visita em livro próprio que permanece na administração das escolas.

No ano de 2011 todas as escolas paulistas passaram a contar com este sistema de forma efetiva e após orientação da SEE em parceria com a SSP o sistema de registros que é feito no site da SEE pelo diretor da escola que possui senha própria passou a ser utilizado e servir como fonte de informações sobre as ocorrências de violência nas escolas. Esta orientação e implantação resultaram em um aumento vultoso no número de registro como é possível observar no Quadro 11.

Quadro 11 – Registros de Ocorrências da Escola em 2011

Tipo de Ocorrência	Quantidade 2011
Ação de Grupos/Gangues	1
Agressão/Lesão Corporal	27
Agressão Sexual	2
Ameaça	6
Consumo/Tráfico de Drogas	1
Dano/Vandalismo	5
Furto/Roubo	2
Injúria/Ofensa	16
Invasão	1
Outros	143
Total	204

Fonte: ROE – Registro de Ocorrência Escolar. Site FDE. (2011)

As escolas foram então escolhidas para receberem em seus quadros esse novo profissional da educação, o Professor Mediador Escolar e Comunitário. Esta escolha resultou da estatística dos registros de ocorrência, sendo que as escolas estaduais paulistas com mais registros, mais especificamente mil delas foram “contempladas”. Esse profissional aparece com atribuições específicas, a saber:

> Art. 7º [...]
> I – adotar práticas de mediação de conflitos no ambiente escolar e apoiar o desenvolvimento de ações e programas de Justiça Restaurativa;
> II – orientar os pais ou responsáveis dos alunos sobre o papel da família no processo educativo;
> III – analisar os fatores de vulnerabilidade e de risco a que possa estar exposto o aluno;
> IV – orientar a família ou os responsáveis quanto à procura de serviços de proteção social;
> V – identificar e sugerir atividades pedagógicas complementares, a serem realizadas pelos alunos fora do período letivo;
> VI – orientar e apoiar os alunos na prática de seus estudos. (Resolução SEE/SP 19, 2010)

A Resolução SEE/SP 19/2010 da Secretaria de Estado da Educação especificou que o professor mediador atuaria com práticas de mediação e programas de justiça restaurativa, sinalizando uma tentativa de mudança de pensamento, de política pública no que se refere ao enfrentamento da violência dentro da escola. Sinaliza ainda para uma busca de alternativas voltadas para a integração com a família, medidas preventivas e orientações no que se refere aos problemas existentes na escola.

Mas quem seria este profissional, como seria selecionado para atuar com tamanhas dificuldades existentes? A própria resolução especifica como esse processo aconteceria:

> Art. 7º [...]
> § 1º – Os professores que desempenharão as atribuições de Professor Mediador Escolar e Comunitário serão selecionados pela Diretoria de Ensino, conforme instruções a serem divulgadas pelos órgãos centrais desta Pasta, observada a seguinte ordem de prioridade:
> 1 – titular de cargo docente, da própria escola, que se encontre na condição de adido, sem descaracterizar essa condição;
> 2 – titular de cargo docente, de outra unidade escolar mesma Diretoria de Ensino, que se encontre na condição de adido, sem descaracterizar essa condição;
> 3 – docente readaptado, da própria escola, com perfil adequado à natureza das atribuições de que trata os incisos deste artigo, portador de histórico de bom relacionamento com alunos e com a comunidade, e desde que respeitado o rol de atribuições estabelecido pela Comissão de Assuntos de Assistência à Saúde – CAAS;
> 4 – docente ocupante de função-atividade da mesma Diretoria de Ensino, de que trata o inciso V do artigo 1º das Disposições Transitórias da Lei Complementar 1.093, de 16-07-2009. (Resolução SEE/SP 19, 2010)

O Professor Mediador Escolar e Comunitário estava então inserido na lei e devidamente preparado para atuar nas escolas auxiliando nas dificuldades enfrentadas nas escolas selecionadas relacionadas à violência existente e que foram devidamente registradas no

Sistema de Registro de Ocorrências Escolares. A estratégia montada foi então complementada com a preparação desse profissional para observar, analisar e agir perante tais situações. Mas restava como fazê-lo, como preparar este profissional para o dia a dia. A Resolução SE 19/2010 define os rumos desta preparação e adaptação para o inicio dos trabalhos:

> Art. 7º [...]
>
> § 2º – Os docentes que desenvolverão as atribuições de Professor Mediador Escolar e Comunitário serão capacitados e observarão, no desenvolvimento de suas atividades, metodologia de trabalho a ser definida por esta Pasta.
> § 3º – o Professor Mediador Escolar e Comunitário poderá, no exercício de suas atribuições, contar com a colaboração de professores auxiliares da própria unidade escolar, selecionados pelo Diretor de Escola dentre aqueles abrangidos pelo disposto no parágrafo 2º do artigo 2º da Lei Complementar 1.010/2007, que se encontrem na situação prevista no inciso V do artigo 1º das Disposições Transitórias da Lei Complementar 1.093, de 16-07-2009.
> § 4º – Os professores auxiliares de que trata o parágrafo anterior apoiarão o Professor Mediador Escolar e Comunitário no desenvolvimento das atividades relacionadas nos incisos deste artigo, no período em que não lhes forem atribuídas outras atividades pelo Diretor da Escola durante o cumprimento da carga horária mínima prevista em lei. (Resolução SEE/SP 19/2010)

Menciona ainda a possibilidade de que um professor readaptado, como previsto nos §§ 3º e 4º do Artigo 7º da Resolução SEE/SP 19/2010, auxiliar os trabalhos a serem realizados na escola. A preparação para o inicio dos trabalhos foi realizada em um encontro em Serra Negra – SP em junho de 2010 que contou com a participação de todos os docentes selecionados para atuar como Professor Mediador Escolar e Comunitário.

Esse encontro recebeu o nome de 1º Encontro sobre Mediação Escolar e Comunitária e promoveu temas direcionados para a preparação dos Professores Mediadores e Comunitários, tais como: Sistema de Garantias de Direito da Infância e da Juventude, Justiça de Conciliação: Meios Alternativos de Autocomposição e Não Adversariais de Resolução de Conflitos, A Articulação em Rede em Projetos de Justiça Restaurativa, Apresentação do CECIP[36] sobre Conflito e Violência, Justiça Restaurativa como um Método de Resolução de Conflitos, Gestão Pacífica do Conflito: Mediação pelo IMAB (Instituto de Mediação e Arbitragem do Brasil), Práticas Restaurativas na Comunidade Escolar e o Sistema de Proteção Escolar criado pela Resolução SE 19/2010.[37]

A intenção era claramente criar um ambiente propício para a mediação de conflitos, para um pensamento diferente daquele existente que é totalmente voltado para a

[36] Organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que produz conhecimentos, sistematizando-os em publicações, vídeos e filmes educativos e implementa processos de formação de atores sociais, utilizando uma metodologia de capacitação, pautada na facilitação de mudanças educacionais e institucionais.(www.fde.sp.gov.br)
[37] Disponível em: www.fde.sp.gov.br.

punição. A justiça restaurativa surge como uma alternativa, sendo explorada e apresentada como meio possível de solução de conflitos. A preparação é direcionada para a criação de um pensamento diferente em relação ao PMEC, uma pessoa que poderia atuar nas escolas com meios restaurativos e mediadores no auxilio da administração no enfrentamento da violência.

O encontro de Serra Negra aconteceu em 2010, resta agora saber o que está acontecendo na prática.

5.11.2 - O PMEC na Escola na visão de seus pares

A primeira impressão obtida do contato com o PMEC da escola observada foi muito boa, uma pessoa receptiva e interessada no desenvolvimento da pesquisa ora realizada sobre violência. Foi então distribuído um questionário para os professores,[38] dirigentes e para o PMEC, que foram respondidos prontamente, porém a postura de preocupação com o tema chamou a atenção. O PMEC indagou a respeito dos questionamentos uma vez que dizia respeito diretamente ao seu trabalho e poderia repercutir favoravelmente ou não.

Quando as entrevistas começaram o objetivo inicial era a violência na escola, porém, o destaque a ser dado para este profissional da educação que iniciava o seu trabalho era inevitável. Assim foi possível obter opiniões sobre o PMEC e sua atuação na prática.

O Coordenador Pedagógico ao ser indagado a respeito das questões de violência e sobre o PMEC relata que tinha contato com o professor mediador desde outra escola onde atuava como docente. A entrada do mediador fez com que houvesse uma dedicação maior com relação aos problemas de violência. Relata o Coordenador Pedagógico que havia muitos problemas com uso de drogas na escola e a professora começou a desenvolver projetos de prevenção ao uso de drogas, trouxe grupos especializados, trabalhou com cartazes e um projeto de conscientização. Com relação à escola, o professor mediador atua como mediador mesmo de conflitos e ajuda na solução dos problemas. Foi escolhido e tem um tato muito grande com relação à questão. Lamenta que para ter dois professores mediadores seja necessária a existência de três períodos na escola. Como esta escola não tem o noturno não tem curso noturno isso será possível neste momento.

Interessante ressaltar que o Coordenador Pedagógico da escola atua a 10 meses trabalhando no cargo como coordenador. O início foi na própria escola, e que tem sete anos de docência. Foi selecionado para a função de Coordenador através de concurso interno da

[38] Parte desse questionário foi analisada no item anterior. Há também questões específicas sobre o PMEC.

Diretoria de Ensino. A diretora abriu a vaga de coordenador uma vez que professora que ocupava o cargo se aposentou e pelo currículo e entrevista foi escolhido por seleção interna. Destacou que os problemas pedagógicos, ou seja, de aprendizagem e desenvolvimento escolar são os principais, sendo que tais problemas acabam desencadeando problemas disciplinares a maioria das vezes.

O Coordenador Pedagógico afirma que o maior problema de hoje é a questão pedagógica, ou seja, as crianças que estão na escola, em parte, não conseguem acompanhar o cronograma, já trazem essa deficiência há longa data, muitos anos de necessidades que não foram supridas. Sem contar que com as mudanças de políticas públicas relativas à educação pegaram essas crianças no meio da formação o que agravou ainda mais as deficiências que já tinham. Expõe ainda que o maior desafio neste momento, é o de enfrentar essa questão, uma vez que a estrutura, a organização, a administração estão impecáveis sendo necessário apenas achar um meio para ajudar essas crianças que estão precisando de apoio para aprender. Afirmou também que pretendem desenvolver projetos nesse sentido.

Continuando com a investigação dentro da escola foi realizada a entrevista com a Vice Diretora que se revelou uma pessoa dócil, amável e preocupada com o desenvolvimento das crianças. Com 20 anos de docência e formada em Biologia fala com muito prazer sobre seu trabalho e projetos desenvolvidos, como o projeto de cultivo de uma planta (moringa) que tem propriedades que ajudam no combate a desnutrição, muita proteína e cujas sementes filtram a água. A idéia é utilizar na alimentação das crianças - sendo que o cultivo vai ser feito por elas mesmas – e depois expandir para a comunidade. Foram coletadas caixas de leite e garrafas *pet* para fazer esse cultivo.

Com relação ao professor mediador relata que em um ano de trabalho ele amadureceu muito e desenvolve um trabalho importante com as crianças, tem muita paciência e vivência para atuar de acordo com as necessidades do dia a dia. Comenta que o cargo foi criado, mas não tem estabilidade e não detém todos os direitos do funcionário público, sequer tem o IAMSPE[39]. Relata ainda que o PMEC faz um trabalho com os alunos mais indisciplinados e atua também conversando com os pais, sobre os mais diversos assuntos relacionados à escolha de vida, a escola, os relacionamentos pessoais dos alunos.

Por fim indagada sobre as condições profissionais e da escola disse que atua na Educação há 20 anos, sendo que nos últimos cinco atuou como Vice-Diretora da escola. Para ela a participação dos pais deixa muito a desejar ainda nas reuniões e eventos da escola,

[39] Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual.

aqueles que deveriam participar não participam, apesar de todos os esforços na chamada, convite e visitas. A escola ultimamente recebe muitos elogios da comunidade mostrando integração e dedicação. Ela gostaria, entretanto, que a participação dos pais fosse maior. Considera que a estrutura da escola é muito boa e que é necessário dar um enfoque maior para a parte pedagógica. Revela que hoje o professor precisa negociar o ensino por conta dos estágios de aprendizagem que existem na sala de aula. Há falta de valores bem formados para que a escola e a aprendizagem tenham sentido para que a criança, para que ela esteja na escola com consciência e motivação. Há resistência por causa dos muitos direitos adquiridos e pouco entendimento sobre eles em sua opinião, relatou a vice-diretora.

Durante a observação houve a oportunidade de entrevistar duas agentes escolares. A primeira relata que iniciou no cargo em maio de 2011 e esta é a primeira escola onde trabalha Tem formação pela Fatec de Marília e atualmente está cursando Pedagogia na UNESP em Marília (1º ano). Informa que está gostando de trabalhar na escola e com relação às questões de violência tem observado que dificilmente acontecem, “presenciei umas duas brigas entre alunos que foram rapidamente controladas com a ajuda dos funcionários.”O auxílio do PMEC foi decisiva.” (Inspetora de Alunos)

Comenta ainda que o que mais acontece são casos de indisciplina, onde há conflitos e casos de questões pedagógicas, explica que são aqueles que dizem respeito à aprendizagem e desenvolvimento dentro de sala de aula. Que ambas as questões recebem atenção imediata e são encaminhadas de acordo com a gravidade de cada uma. Ainda com relação ao professor mediador descreve que faz uma diferença fundamental quando ele não está e quando está. Os alunos respeitam e acatam as suas decisões e orientações. Acha que por ser homem também ajuda. Que nunca aconteceu nenhum caso de desrespeito com a sua pessoa, apenas no inicio houve alguma dificuldade, mas acredita que tenha sido por causa da adaptação. Por fim afirma que a administração é comprometida com as questões da escola e salienta que os companheiros de trabalho formam uma grande equipe em prol do bom andamento da escola, “falamos a mesma língua”. Essa funcionária mora próximo a escola e escuta falar muito bem dela por parte da comunidade.

A segunda inspetora de alunos é uma profissional mais experiente, tem vinte anos de profissão, quinze anos em outra escola de Marília e cinco anos na atual escola. Possuí o Ensino Médio e mora próxima da escola. Conta que chegou à escola com uma ideia de que era muito problemática, porém, teve o prazer de acompanhar as mudanças para melhor e hoje vê a escola como muito boa tanto na questão de disciplina e respeito como na estrutura física e administrativa. Com relação à atuação do Professor Mediador revela que depois da sua chegada

ele conseguiu amenizar bastante as situações que envolvem conflitos. Está sempre disposto, conversa na hora certa e age com firmeza quando é preciso. É muito respeitado pelas crianças. Diz ainda que gostaria que houvesse mais um Professor Mediador para o período da manhã.

A Diretora da Escola, diz que assim que o PMEC começou a trabalhar na escola foi um pouco difícil, porém, o amadurecimento e a experiência que está adquirindo faz com que faça um bom trabalho. Consegue tratar muito bem os conflitos que, apesar de não serem tão graves, poderiam se tornar se não fossem tomadas as devidas medidas.

Ainda perguntada sobre como são tratadas as questões de violência, se há uma ação voltada para a punição, informa que existe ainda, em um primeiro momento este pensamento de que o aluno deve ser punido, porém, após as diversas reuniões e levantamento de questões sobre o assunto é perceptível que o pensamento em equipe faz com que seja desenvolvido um trabalho de conscientização e prevenção, não de punição pura e simples. “Há uma mudança de pensamento por causa do trabalho da equipe e em equipe, bem como por causa da valorização da escola”. (Diretora)

As tabelas abaixo retratam o pensamento dos professores sobre o Professor Mediador e Comunitário. O Quadro 12 indica que todos os professores que responderam o questionário tem conhecimento do Projeto do Professor Mediador e Comunitário dentro da Escola. Já o Quadro 13 que tem respostas a indagação sobre a efetividade do seu trabalho revela que 30,8 % acham que seu trabalho não mostrou mudanças no que se refere à questão de violência dentro da escola, uma vez que afirmam que as soluções aplicadas com ele ou sem ele são as mesmas dentro da escola.

Quadro 12

10 - O Sr (a) conhece o Projeto do Professor Mediador e Comunitário?

Sim	13	100 %
Não	0	0 %
Total	13	100 %

Fonte: Questionários. Quadro elaborado pelo autor. (2011)

Quadro 13

11 - O que o Sr (a) acha desse Professor Mediador Escolar e Comunitário?

Bom	8	61,5 %
Ruim	0	0
Não faz diferença	0	0
As soluções são as mesmas com ou sem ele	4	30,8 %
Outros	1	7,7 %
Total	13	100 %

Fonte: Questionários. Quadro elaborado pelo autor. (2011)

A intenção dos questionamentos era em primeiro lugar identificar se os professores sabiam da existência do PMEC na escola o que foi prontamente respondido com a verificação de que 100 % dos docentes questionados têm conhecimento a respeito.

Em um segundo momento saber se existe, na opinião dos docentes, um trabalho e um profissional que desenvolve o seu trabalho de forma condizente com as necessidades da escola no que se refere aos problemas de violência e indisciplina como fora proposto quando da criação do cargo. Neste sentido é possível observar que 61,5 % dos docentes indagados a respeito relatam que o PMEC faz um bom trabalho, enquanto que 30,8 % dos docentes que responderam os questionários indicam que as soluções são as mesmas com ou sem ele.

Assim, apesar de conhecerem o projeto há apenas um ano e quatro meses, existe uma indicação de estar se desenvolvendo um bom trabalho segundo os docentes, o que aponta para a possibilidade de existência de um trabalho coeso, sustentável e bem intencionado como foi verificado na prática. A não existência de respostas no sentido de indicar o profissional e seu trabalho do profissional em questão como ruim ou não fazendo a diferença possibilita a conclusão de que, apesar do trabalho estar no início, há fatores positivos que devem ser ponderados e analisados.

5.11.3 – O PMEC, Observação e Trabalho

Em um primeiro momento o fato de observar o trabalho de um profissional que tem pouco mais de um ano de atuação gerou certa preocupação no sentido de estar despertando um sentimento de investigação que poderia levantar dúvidas quanto aos seus objetivos. A abordagem feita de maneira simples e direta conseguiu interromper qualquer possibilidade nesse sentido. As conversas e o acompanhamento do trabalho transcorreram de maneira tranquila e promissora.

Os contatos foram muito ricos em informações e proveitosos. O PMEC se mostrou receptivo, atuante no sentido de estar interessado em participar do processo investigativo e utilizou sua simplicidade do dia a dia para desvelar a atuação deste profissional ainda pouco conhecido. Relatou, sem qualquer dificuldade, o seu trabalho de mediação de conflitos. Esclareceu que participou de uma preparação inicial em Serra Negra e que ocorrem reuniões quinzenais na Diretoria de Ensino com o objetivo de dar continuidade para este curso inicial, onde são discutidos os problemas e traçados objetivos e estratégias para a seqüência dos trabalhos. Assumiu o cargo há aproximadamente um ano e quatro meses (curso e escola) e está

gostando do trabalho. Revelou ainda que tem experiência em atividades sociais (Associações de Bairro) e que participou por três anos na Escola da Família onde teve a oportunidade de voltar a estudar, concluir o ensino médio e depois cursar Pedagogia na FAEF (Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal) onde concluiu o curso em 2009.

Depois deste contato inicial contou que as situações existentes de indisciplina são as mais diversas, assim como de vez em quando ocorrem casos de violência. Segundo o PMEC o mais importante é a separação dos casos, situação de conflito e problema pedagógico, o encaminhamento e devolutiva para os envolvidos e a resolução rápida de qualquer conflito é muito importante.

Enquanto ele fazia essa narrativa de experiência foi inevitável uma comparação. O dia a dia de um profissional atuante no atual sistema de segurança do estado – meu caso - está repleto de situações de conflitos. A possibilidade de considerar minha presença e participação nas mais diversas situações de conflito que acontecem todos os dias dentro do sistema prisional em que este pesquisador trabalha e poder comparar com os conflitos de uma pequena escola me leva a confirmar que, realmente, conflitos devem ser solucionados de forma rápida, direta e transparente, possibilitando aos integrantes da situação uma maneira efetiva de prosseguir com seu trabalho, sua participação no processo, enfim, com sua vida. A não solução, a não informação, a não realização de atos e formas de compreensão do que está acontecendo no desempenho de suas funções e na sua realidade faz com que o profissional e os membros da ocorrência se sintam impotentes, incapacitados de continuar fazendo parte dessa realidade. No caso do PMEC foi possível notar que há uma preocupação nesse sentido com a tentativa de utilizar de uma proposta na qual as pessoas que estão envolvidas na situação de conflito saibam o que está acontecendo e possibilitar a adequação e solução da forma mais ágil possível.

Ainda em se falando de solução dos conflitos existentes é preciso lembrar a importância de ter a sensibilidade necessária para saber diferenciar, separar os casos mais graves, passíveis de medidas disciplinares mais efetivas e que fatalmente serão levadas ao conhecimento e deliberação das autoridades competentes, daquelas que podem e devem ser analisadas de uma forma mais suave, sendo passível de um encaminhamento compatível com a situação. Assim é coerente dizer que pode ser chamado de “sentimento restaurativo” a concepção que leva o profissional de educação a se preocupar com tais situações. A cultura retributiva ainda está muito evidente, mas é preciso partir de algum referencial ou diferencial para iniciar essa mudança que poderá contribuir para o avanço das pretensões de solução dos problemas referentes à violência e a indisciplina dentro das escolas.

Neste sentido, e partindo dessa procura foi possível passar dois dias inteiros, manhã e tarde observando o trabalho de todo o corpo funcional nos corredores da escola pesquisada, especialmente no que se refere ao Professor Mediador e Comunitário. Houve a possibilidade de vivenciar as mais diversas situações. Entre elas duas que chamaram a atenção. A primeira ocorreu logo na manhã do primeiro dia de observação. A mesa do PMEC fica bem no centro do corredor das salas de aula, sendo que as inspetoras de alunos estão posicionadas nas extremidades, um em cada porta de acesso ao andar superior onde ficam as salas. Dois alunos do 6º ano que estavam no corredor abordaram a mesa do PMEC, encostaram-se à ela e começaram a contar sua história. Algo como um brinco ou um "negocinho" de um terceiro aluno que um tinha pegado e não queria deixar o outro ver. Segundo eles, no meio da conversa alguém puxou o braço de alguém e esse alguém se voltou para traz e desencadeou vários socos desvairadamente acertando um deles. Os dois lado a lado contando suas histórias com justificativas diferentes para o ocorrido. Com muita paciência o PMEC ouviu os dois por cerca de 10 minutos, primeiro um depois o outro, ali mesmo no corredor destacou a incerteza dos fatos e como os dois poderiam brigar por uma coisa que deles era e, além do mais eram amigos, da mesma sala e andavam e brincavam sempre juntos não podendo aquele fato ser mais importante do que isso. Interessante relatar que no intervalo da outra aula os dois passaram juntos pela mesa e cumprimentaram o Professor Mediador se dirigindo para a próxima aula como se nada tivesse acontecido. Esse episódio chamou a atenção para como o discernimento entre os fatos ocorridos pode levar para vários caminhos distintos. Se fosse levada ao "pé da letra" a legislação seria necessário um encaminhamento rigoroso, voltado para procedimentos burocráticos que culminariam com sanções severas para ambos, mas a leveza com que foi tratado o caso fez com que o conflito se resolvesse naquele momento e não houvesse qualquer tipo de sequela. O endurecimento por parte dos educadores, a forma retributiva de ver os conflitos acaba transparecendo no seu dia a dia como foi possível observar no resultado dos questionários aplicados e, neste caso específico a possibilidade de atuar com uma mentalidade diferente, de forma "restaurativa" da normalidade, fazendo com que ocorresse a reconstrução do estado inicial por meio de uma ação simples e rápida se destacou. É óbvio que é um caso, mas, assim como esse observado naquele momento existem inúmeros outros em outras escolas, que podem ser resolvidos imediatamente e que configuram a preservação de uma cultura de paz voltada para a restauração da harmonia das relações pessoais.

Este exemplo deixa evidente que é possível agir de forma diferente, de uma maneira que possibilite a solução da maioria dos casos positivamente, ou seja, com uma coerência que não estimule a punição pura e simples ou complique ainda mais a situação.

Vejamos um exemplo claro existente na área de atuação profissional deste pesquisador. A legislação brasileira estipula claramente no Artigo 5º da Constituição Federal/88 que é necessário e dever do Estado a individualização da pena do indivíduo que for preso e sentenciado. Qual seria o destino de um cidadão que furtou gêneros alimentícios em um supermercado para alimentar sua família caso seja incluído em um estabelecimento prisional que abriga presos por sequestro (Artigo 159 CP) ou latrocínio (Artigo 157 § 3º do CP)? Estaria fadado a conviver em um mundo do crime ao qual não pertence. Talvez o exemplo seja um pouco radical demais, porém, será que uma criança não estaria sujeita, guardadas as devidas proporções, a um destino semelhante se fosse formalmente punida por um ato de indisciplina que é possível ser solucionado com o diálogo e restauração da harmonia dentro da escola, ou seja, se não acontecer a separação adequada de condutas e encaminhamentos? As mais diversas tentativas de posicionar o Estado de forma atuante e eficiente em casos de conflitos dentro da escola já foram realizadas buscando com ações proteger os profissionais que ali trabalham e resguardando os direitos e garantias individuais das crianças. A discussão e reflexão sobre essa possibilidade talvez alcançasse resultados mais eficazes na resolução de problemas da indisciplina e da violência.

Outro caso que me chamou a atenção foi quando uma professora saiu da sala e conversando com o PMEC foi mostrando uma folha de um trabalho de sala de aula de um aluno falou: “olha só isso, você acha que isso é possível, um aluno do sexto ano que não consegue escrever, como deixá-lo na turma de sexto ano? É um absurdo.” (Professora) Com muita paciência ele olhou a folha e disse: “é, parece que ele é silábico ainda, não consegue ordenar as idéias”. (PMEC) Dois minutos depois a professora retornou para a sala de aula e continuou desenvolvendo sua atividade.

Nesse momento ouvir a professora e concordar com suas afirmações fez com que aparentemente o conflito tivesse sido solucionado, porém, mesmo não havendo naquele momento uma maneira de resolver o problema deveria existir uma forma de encaminhamento que atendesse a situação de maneira adequada. Nesse caso amenizar a angústia da professora compartilhando os problemas existentes foi apenas paliativo, sendo necessário um plano de ação que dispusesse o corpo funcional da escola para a solução efetiva do problema. Um conflito aparentemente ligado apenas a uma questão pedagógica, de falha da estrutura do sistema educacional implantado pode gerar, pela não solução, problemas sérios que poderão desencadear um círculo vicioso em que o aluno não está aprendendo, dispõem-se então há ocupar seu tempo e sua energia com outras coisas gerando assim a indisciplina, o

descontentamento do professor e até casos mais graves de violência física. A não aprendizagem por si só indica uma violência indireta contra os direitos e garantias individuais das crianças.

A possibilidade de dissolução dos problemas pedagógicos existentes com ações voltadas para o engajamento da comunidade escolar pode obter resultados diretos no andamento da escola dissolvendo, como consequência, as dificuldades com a indisciplina e a violência. Assim haveria um ciclo vicioso positivo, o enfrentamento dos problemas pedagógicos diminuiria as questões de indisciplina e essa, por sua vez, sendo controlada faria com que o professor pudesse atuar com mais tranquilidade dentro da sala de aula, o que sem dúvida favoreceria o desenvolvimento da aprendizagem.

No decorrer das conversas que aconteceram com o PMEC, este revelou que teve algumas dificuldades no começo e a adaptação lhe rendeu muita experiência. No intervalo da manhã do segundo dia foi possível compartilhar um de seus trabalhos. Uma reunião com alunos “indisciplinados”, assim descritos por terem participado de várias ocorrências de indisciplina na escola. Esse controle de ocorrências é feito pelo PMEC, e aqueles que são de cunho pedagógico e vão para o Professor Coordenador são registrados. A reunião durou cerca de dez minutos do intervalo, onde foi distribuído um questionário disposto da seguinte maneira:

> Levantamento para construirmos normas de convivência na escola:
> PMEC – Luciano
>
> Aluno ( ) Professor ( ) Adulto da Escola ( )
>
> a) Como você quer ser tratado pelos alunos?
> b) Como você quer tratar os alunos?
> c) Como você quer ser tratado pelos professores?
> d) Como você quer tratar os professores?
> e) Como você quer ser tratado pelos adultos na escola?
> f) Como você quer tratar os adultos na escola? (QUESTIONÁRIO PMEC)

Outro trabalho desenvolvido pelo PMEC foi no sentido de descobrir os problemas com relação a segurança na escola.

> O quanto você se sentiu seguro na escola e na comunidade este mês?
> Eu me senti:
>
> Na sala de aula
> ( ) Seguro ( ) Não muito seguro ( ) Inseguro ( ) Muito inseguro
>
> Na escola
> ( ) Seguro ( ) Não muito seguro ( ) Inseguro ( ) Muito inseguro
>
> Nos corredores da escola
> ( ) Seguro ( ) Não muito seguro ( ) Inseguro ( ) Muito inseguro

Entre a escola e a casa e vice-versa
( ) Seguro ( ) Não muito seguro ( ) Inseguro ( ) Muito inseguro

Este mês...
Mexeram comigo e/ou me intimidaram
Nunca ( ) Algumas vezes ( ) Muitas vezes ( ) Todo o tempo ( )

Fiquei com medo de certos alunos/pessoas da escola
Nunca ( ) Algumas vezes ( ) Muitas vezes ( ) Todo o tempo ( )

Algo me foi roubado
Nunca ( ) Algumas vezes ( ) Muitas vezes ( ) Todo o tempo ( )

Eu estive envolvido em brigas e/ou violência física
Nunca ( ) Algumas vezes ( ) Muitas vezes ( ) Todo o tempo ( )

Eu conversei sobre essas coisas com a seguinte pessoa na escola:
E isso ajudou ( ) Não ajudou ( ). (QUESTIONÁRIO PMEC)

Esse trabalho é desenvolvido com a intenção de conduzir da melhor forma a questão da violência e da indisciplina dentro da escola. Segundo o PMEC há sempre uma discussão sobre questões relacionadas à convivência e uma reflexão sobre casos de violência dentro e fora da escola. Para ele os casos que podem parecer iguais nem sempre são. Cada um deve ser tratado individualmente e receber toda a atenção possível. Relatou um caso em que esteve na casa de um aluno que não estava frequentando as aulas e tinha diversos problemas de indisciplina Depois da visita ele voltou a frequentar as aulas e está indo muito bem. Para ele os professores ainda pensam retributivamente, mas devagar, há indícios de mudança, um pensamento mais voltado para a mediação.

A sala onde faz as reuniões é ampla e cheia de mesas e cadeiras, parece ser uma antiga sala ambiente que foi adaptada para que pudesse realizar os encontros. O PMEC ainda faz relatórios mensais sobre suas atividades desenvolvidas com alunos e pais. Por fim relata que o maior número de ocorrências se dá entre professor e aluno, o que tenta solucionar da melhor maneira dando os encaminhamentos conforme necessário.

Existe uma disposição favorável para que o Professor Mediador estabeleça um diferencial na escola estudada, a direção, bem como os educadores e funcionários que participam do processo de tentativa de mudança de pensamento e solução dos conflitos existentes na escola revelam a ansiedade de que “as coisas melhorem”. Assim o PMEC pode ser o precursor dessa mudança, porém, é necessária a evolução para um patamar de envolvimento de todos, reflexão e ação no sentido de transformar o possível sentimento restaurativo em efetividade. Desenvolver um trabalho que permita abarcar todo esse anseio de

mudanças de uma forma multiplicadora da cultura de paz que prevê a justiça restaurativa e seus princípios.

Vale salientar, para encerrar esse tópico, que a observação foi feita de maneira leve e tranquila, os alunos chegaram a perguntar quem era o amigo do PMEC e receberam a resposta de que era um professor que estava querendo trabalhar na escola. A resposta foi imediata, pode vir trabalhar aqui, é muito bom. A possibilidade de observar essa realidade despertou um sentimento de que as pessoas podem mudar um ambiente se possuírem um pensamento voltado para a educação, apesar de todas as dificuldades.

O PMEC obteve sua formação inicial no 1º Encontro sobre Mediação para os Professores Mediadores e Comunitários em Serra Negra – SP, como mencionado anteriormente, e contou com a presença de especialistas no assunto que ministraram palestras de preparação para o desenvolvimento do trabalho na escola.

A partir de então o PMEC iniciou seu trabalho na escola enfrentando a realidade existente com relação à violência. Ao ser perguntado sobre a preparação indagou que "Houve um curso que está em continuidade com orientações técnicas uma vez por mês na diretoria de ensino." (PMEC)

Na continuidade da preparação foi colocado a disposição do PMEC um material chamado "Conflitos na Escola: Modos de transformar. Dicas para refletir e exemplos de como lidar". Trata-se de um livro impresso pela Imprensa Oficial e que trata dos assuntos relacionados a conflitos dentro da escola.

O Capítulo 1 trata de considerações sobre a origem e natureza dos conflitos e sobre os motivos pelos quais, se negados ou mal administrados, ele acabam, às vezes, expressando-se de forma violenta. É um convite a comparar o significado que gestores, professores, alunos e famílias dão às palavras "conflito" e "violência" ao significado que as ciências sociais atribuem a elas. O capítulo 2 versa sobre uma reflexão sobre os determinantes socioeconômicos político-organizacionais das manifestações de violência na sociedade brasileira e seu impacto nas escolas, causas internas dessas manifestações. Já o Capítulo 3 dá ênfase para algumas dimensões que precisam ser cultivadas na escola para se criar e manter uma atmosfera equilibrada, segura e estimuladora da aprendizagem: 1) vínculo: sentimento de conexão entre professores, alunos, gestores, famílias, escola e comunidade; 2) participação dos alunos, da equipe escolar e da comunidade; 3) competências e habilidades para dialogar e administrar conflitos; 4) currículo relevante; 5) oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento profissional contínuos para os professores.

O Capítulo 4 trata de como interromper a violência quando ela se faz presente e como restaurar os danos causados, sobre o que os diretores recém-admitidos podem fazer ao chegar à escola ou salas de aula que estão em situação caótica (Ou: o que gestores ou docentes antigos podem fazer ao decidir dar um basta ao caos?). Trata ainda de como proceder quando, em um ambiente pacífico, comportamentos violentos acontecem. Finalmente o Capítulo 5 desenvolve o tema de "Poder é a habilidade de fazer as coisas acontecerem." Quebrar o isolamento da escola: o caminho para aumentar o poder de lidar bem com os conflitos, de forma a aumentar a aprendizagem e criar um clima de colaboração. Também cita exemplos de redes, parcerias e alianças bem-sucedidas em prol das escolas seguras e cidadãs. (CECCON, 2009, p. 23/24)

É um vasto material que desenvolve temas relacionados à violência, conflitos e mediação dentro da escola. Nas palavras do PMEC "é minha bíblia" que procura desenvolver a reflexão trazendo um conteúdo de significados, possibilidades de ação e transformação, exemplos de sucesso no desenvolvimento do trabalho voltado para a mediação que indica uma visão diferenciada nas relações interpessoais existentes dentro da escola no que se refere à violência.

Após algumas conversas com o PMEC da escola pesquisada foi possível alcançar com mais clareza seu entendimento e participação nesse processo de tentativa de mudança de pensamento e atitudes dentro da escola. Ele revelou então que aproveitou muito o treinamento inicial que aconteceu em Serra Negra e que aprendeu muito desde então. Que a possibilidade de compartilhar experiências com os docentes e a administração da escola fez com que o problema da violência e da indisciplina dentro da escola fosse entendido e a partir de então passou a desenvolver um trabalho de prevenção e acompanhamento de tais problemas. "Estou gostando por ser uma experiência que adquire um aprendizado com os estudos e aproximação com as pessoas em suas relações sociais." (PMEC)

O PMEC da escola estudada tem entre 35 e 45 anos, com cinco anos de docência e atua neste novo cargo há dezesseis meses. Ficou sabendo por intermédio de uma amiga diretora de uma escola que informou sobre o novo cargo. "Uma diretora de escola que me informou sobre esta nova função de PMEC nas escolas estaduais e, ao consultar o edital no site do D O observei que o processo de seleção se enquadrava no meu perfil." (PMEC).

Segundo o entrevistado a violência não está diretamente em foco na atuação do PMEC. O foco é a prevenção por meio de gerenciamentos de situações conflituosas entre as pessoas envolvidas. Nesse sentido foi possível observar algumas ações efetivas dentro da

escola, as reuniões com alunos, conversas com os pais, atuação direta no corredor da escola e um relatório do qual foi possível extrair o desenvolvimento de seu trabalho.

As ações foram realizadas no período de 01/06/2010 a 30/05/2011 e consistiram em atendimentos de orientação educacional e de convivência no ambiente de sala de aula e escolar; atendimentos de conflitos entre alunos; visitas a comunidade para comunicados e orientação aos pais e responsáveis; encontros com instituições e organizações sociais; desenvolvimento do Projeto Prevenção da Violência na escola; participação em HTPCs (Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo), e aproximação e organização da entrada e saída de alunos da Unidade Escolar.

Nos atendimentos individuais com alunos foram realizadas orientações para os estudos e a convivência em sala de aula. Referindo-se as ocorrências escolares efetuadas pelos professores, afirmou que, em média, no período da tarde aconteceram doze ocorrências por dia.

Com relação às ocorrências o coordenador pedagógico descreveu seu funcionamento. As ocorrências são escritas e encaminhadas para o inspetor de alunos, que por sua vez passa pelo crivo do professor mediador que verificando se tratar de "questão pedagógica" encaminha para o seu conhecimento. "Faço então o encaminhamento necessário, oriento os professores e é feito um registro dessa ocorrência." Se a ocorrência disser respeito a conflitos o próprio professor mediador dá o devido encaminhamento. Ao final, com a devolutiva, o professor mediador faz um controle, tabulando todas as informações. (Coordenador Pedagógico)

As mediações de conflitos entre os alunos ocorreram em média quatro por dia e foram atendidas por meio de escuta e observações para facilitar o diálogo entre as partes. Foram realizadas nas mesas de convivência do pátio, algumas vezes quando solicitado pela Equipe Gestora ou professores foi preciso entrar na sala de aula e permanecer por um tempo para que a observação e prevenção dos conflitos entre alunos, inclusive com a intenção de prevenir a agressão. Em outros momentos o atendimento foi individual. (PMEC)

Quando houve necessidade a comunidade foi visitada, tem sido em média uma visita por mês, para realizar comunicados e orientações aos pais e responsáveis, sendo que nas visitas sempre ficam registradas em uma ficha de cadastro.

Segundo o PMEC houve em todo o período uma aproximação com instituições e organizações sociais, no intuito de conhecer, identificar as organizações da comunidade para auxiliar pais ou responsáveis no encaminhamento e procura de ajuda quando necessário.

O projeto Prevenção na escola foi aplicado em parceria com a equipe gestora, Grêmio Estudantil e duas enfermeiras da Famema (Faculdade de Medicina de Marília). As enfermeiras realizaram oficinas com os membros do Grêmio onde ação consistiu em atividades como: pesquisas em salas de aula sobre dúvidas que eram colocadas em uma caixa. O projeto terminou com o esclarecimento sobre essas dúvidas pelas estudantes de enfermagem, com o auxilio do próprio PMEC.

Em todos os dias letivos foi realizado um trabalho de auxílio na saída dos alunos do período da manhã e entrada do período da tarde, onde foi observado o maior número de conflitos. Com isso houve aproximação com os pais que trazem e buscam seus filhos, foram realizadas conversas com os alunos e orientação para que se dirijam para suas casas em segurança, sem desvio do trajeto.

A participação em HTPCs ocorreu com observações que se evidenciaram no dia a dia e com estudos de atividade aplicada pelo Coordenador Pedagógico podendo o PMEC usufruir de maior contato com os demais professores e reconhecer suas necessidades relativas aos conflitos dentro da sala de aula para auxiliá-los. Esse contato e relação de confiança são essenciais para a aplicação da mediação de conflitos.

Para o PMEC a maioria dos professores solicita sua aproximação para reivindicar o atendimento aos alunos que demonstram maior agressividade. “Os alunos dizem e demonstram por meio de gestos faciais nos diálogos de orientação, que raramente são ouvidos com uma escuta ativa e observações com perguntas que os fazem expressar de maneira coerente e calma.” (PMEC)

É preciso, mais uma vez destacar a necessidade de encaminhamentos adequados para as mais diversas situações, o que possibilitaria a solução dos conflitos de forma mais tranquila. O envolvimento da escola como um todo, um trabalho de conscientização e aprimoramento de possibilidades existentes para a execução de uma efetiva viabilização de ações que implicariam na redução dos conflitos e mais, na transformação da própria educação em curso dentro da escola.

Enfim o entrevistado revela que a função que assumiu o cargo que está ocupando precisa de adaptações em frente às dificuldades que são constantes, uma vez que “ainda culturalmente não estamos preparados para a cultura do diálogo.” (PMEC) Entretanto, ele acredita que os meios utilizados hoje para o enfrentamento da violência e da indisciplina são adequados, ainda que insuficientes.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar ao final deste trabalho de pesquisa é a exposição de uma vitória cheia de conquistas em meio às mazelas e dificuldades impostas pela vida profissional e pessoal de um pesquisador que, por sua essência, procura a possibilidade de realizar algo que será valoroso em sua vida e, acima de tudo, para as pessoas que circundam sua existência.

A proposta inicial de estudar e compreender a Justiça Restaurativa se transformou na busca por uma realidade existente dentro das escolas no que se refere à visão de professores e dirigentes sobre o explícito problema da indisciplina e da violência. Assim, na introdução foi exposta toda a problemática que envolve o tema, bem como os motivos e nuances profissionais de um servidor público que dedica sua vida para lidar com as consequências das diferenças sociais, da pobreza e, consequentemente, da falta de oportunidades, teve inicio o trabalho de pesquisa que culminou com uma experiência sobre a realidade existente dentro de uma escola pública. Sim, uma única escola que, em estudo de caso, possibilitou a riqueza de informações e proporcionou estas considerações finais.

Seguindo na estruturação deste estudo, o Capítulo 1 procurou expor um pouco das alternativas ao longo da história humana que versam sobre a solução de conflitos e da violência na escola, desde as mais remotas culturas até a idade mais recente, culminando com uma ligeira exploração da Justiça Restaurativa, inclusive no que se refere à utilização em nosso país.

O capítulo 2 buscou na legislação e em sua relação com a Educação uma forma de expor o que existe em nossos diplomas legais que pode ser utilizado por administradores e docentes para o enfrentamento da realidade existente.

A descrição de uma parte das atribuições e competências dos educadores foi a tônica do Capítulo 3 que procurou demonstrar como o professor exerce suas funções em meio aos vários problemas existentes na escola.

A metodologia utilizada na pesquisa está descrita no Capítulo 4, com destaque para a utilização de um enfoque voltado para o educador, suas necessidades e a possibilidade de investigação acerca de seus pensamentos, anseios, preocupações e busca de possibilidades reais para o enfrentamento da violência na escola. As entrevistas realizadas com os membros do corpo funcional da escola em uma conversa quase informal que proporcionou respostas claras e bem fundamentadas por parte dos entrevistados foram registradas por este pesquisador por meio de anotações.

O quinto capítulo descreve detalhadamente o contexto que envolve a realidade de uma escola, composto por documentos legais, procedimentos, enfim, um histórico de vida de uma escola pesquisada em 2006 com um objetivo específico, demonstrar o funcionamento administrativo para, nesta pesquisa, em 2011, buscar a realidade existente no que se refere aos mecanismos utilizados no enfrentamento da violência, culminando com a existência e atuação do novo educador "Professor Mediador Escolar e Comunitário".

Com o objetivo de pesquisar uma escola que possui efetivamente problemas com a violência, que registra ocorrências diversas e foi escolhida para ter o PMEC e na busca dos pensamentos das pessoas que atuam efetivamente com esses problemas a pesquisa foi a campo e encontrou uma realidade digna de ponderações e aprofundamento no estudo a respeito das condições existentes.

A impressão obtida através dos personagens da pesquisa foi a melhor possível: são pessoas comprometidas e conhecedoras da escola e da Educação. Poder compartilhar a realidade existente com essas pessoas foi prazeroso e agradável em todos os momentos dentro do ambiente escolar. Não aconteceu qualquer tipo de restrição ou modificação da realidade do dia a dia na visão deste pesquisador.

As entrevistas com os dirigentes, bem como a receptividade revelaram toda a preocupação existente em relação à questão estudada e aos problemas trazidos por crianças que tem suas famílias desestruturadas e encontram na escola um ambiente diferente, porém, que possui suas regras e disciplina próprias, fazendo assim com que haja um conflito de realidades.

As respostas obtidas nos questionários revelaram professores que não mais acreditam no sistema da forma em que este se encontra e que, apesar de possuírem condições físicas e estruturais dentro da escola para ministrar suas aulas esbarram nessa questão de ordem social e acabam sentindo que a indisciplina é constante e não é possível lidar com ela de forma efetiva. Assim existe um pensamento voltado, por um lado, para uma cobrança exacerbada de soluções que possam resolver a situação, e, por outro lado, verifica-se o desânimo por não poder exercer suas atividades de maneira mais tranquila como outrora, na suposição de que a realidade anterior existente era o ideal para a execução de suas tarefas dentro da sala de aula.

Foi possível também observar que a maioria das pessoas que vivem este ambiente escolar são atingidas pela situação existente no país como um todo, que se reflete na atuação dentro da sala de aula e na própria administração da escola. A todo instante aparece na mídia um caso novo de violência extrema contra os professores, que não enxergam mais uma saída. Apesar da dedicação e do respeito que os educadores têm por sua profissão, esse sentimento de impotência está claro nas respostas obtidas.

As respostas demonstram ainda que existem e são funcionais na escola os regulamentos expostos no Regimento Interno e nas deliberações da direção e do Conselho Escolar que culminam nos registros internos de ocorrências. Que os professores tem conhecimento acerca da legislação e dos procedimentos internos que tratam da violência, bem como dos encaminhamentos que devem ser feitos quando acontecerem tais casos. Porém, eles sentem também que todas essas providências representam apenas paliativos, não existindo ainda uma forma compreendida e incorporada pela Instituição de solução dos problemas da violência e indisciplina.

Da análise documental resultou uma vasta lista de material existente e colocada a disposição dos educadores, porém, a aplicabilidade e efetividade de ação no dia a dia esbarram em complicações relativas à falta de incentivo no estudo e entendimento desse material. Aparentemente isso ocorre devido a não existência de políticas públicas que possibilitem ao educador ter a motivação necessária, ou seja, onde existam estratégias para desenvolver um trabalho voltado para o aprofundamento dos assuntos voltados à violência e procedimentos possíveis quando de sua ocorrência.

Com relação à proposta inicial de busca de alternativas que ajudariam no enfrentamento dos casos de violência na escola, elas existem quando os professores apesar de revelarem sua indignação com relação à situação existente, bem como diariamente recebem agressões verbais, continuam atuando e acreditando na Educação, seja na parceria realizada com a direção da escola, seja nas atitudes compatíveis com as normas existentes, ou ainda na visão de que o diálogo é uma solução possível apesar de tudo. Essa última afirmação ficou expressa nas respostas de alguns professores.

A possibilidade de constatar esse sistema frágil de relações pessoais existente permitiu vislumbrar nessas pessoas desgastadas e insatisfeitas propósitos nobres e um amor incondicional pela Educação. O dia a dia do professor da escola pesquisada está envolto em problemas de ordem disciplinar que refletem diretamente em seu trabalho, porém, o empenho e a esperança estão juntos dessa possibilidade de mudança ou transformação esperada. Dirigentes, professores e funcionários em geral demonstram a vontade de mudança em suas atitudes.

O Professor Mediador Comunitário e Escolar surge então como uma alternativa e faz parte hoje dessa tentativa de transformação. Talvez não tendo a preparação mais aprofundada que necessitaria, porém, tem mérito de ser capaz de enfrentar a realidade exposta. Esse profissional que se confunde com inspetor de alunos às vezes, ou com o professor

que cuida da questão dos conflitos, se revela um exímio mediador, cheio de idéias e vontade para ajudar os professores e a direção da escola nas dificuldades do dia a dia.

Práticas restaurativas da ordem e promotoras da cultura de paz, bem como ações voltadas para a prevenção da violência estão embrenhadas nos passos desse profissional que tem hoje a incumbência de estar presente a todo instante nos conflitos e indisciplina que são a tônica do cotidiano escolar. Talvez seja, como se imagina que é, cedo para dizer se essa é uma proposta que surtirá os efeitos desejados, ou seja, a diminuição da violência nas escolas, porém, o que é certo dizer é que a propositura de fazer com que o PMEC espalhe a cultura de mediação e possibilidade de solução de conflitos por meio do diálogo e de um trabalho diferente da simples punição tem a possibilidade de dar certo. Porém, a ação isolada não basta, é preciso criar um sistema que possibilite essa expansão desse pensamento, que traga à tona a possibilidade de ações que culminem com uma cultura voltada para a inserção de valores e pensamentos que desencadeiem uma nova concepção acerca do enfrentamento do problema.

Os educadores da escola conhecem o PMEC e acham boa a sua atuação, ainda que o resultado do seu trabalho é positivo. Mas, acima de tudo, que estão tendo um contato diferente com esses assuntos relativos a mediação, essa forma desconhecida de solucionar os conflitos. Apesar de estar iniciando um trabalho o Professor Mediador está espalhando uma maneira diferenciada de lidar com o dia a dia da escola, colocando assim na vida dos demais educadores “uma pitada” de mediação de conflitos, de Justiça Restaurativa, está última não do modo primitivo, mas de um modo com características nossas, de um modo brasileiro. Assim sendo, pode formar uma cultura que tenha na prevenção, na promoção da paz e na mediação, seu maior objetivo, de deixar a velha punição para traz e desenvolver um “novo jeito” de lidar com a situação.

É preciso formar algo diferente em volta dessa realidade. O Professor Mediador não pode ser um mero “apagador de incêndios”. Talvez os exemplos citados durante a observação feita na escola possibilitem uma visão mais esclarecedora. Enquanto o PMEC faz de sua atuação uma nova proposta para a solução de conflitos - como foi o caso dos meninos que discutiram, trocaram tapas e voltaram há um convívio harmonioso por causa de sua intervenção enérgica e providencial - os professores não estão participando efetivamente dessa atuação, pelo menos quando foi observado o caso, a solução se deu isoladamente.

Vejamos, se o professor pudesse interagir com o PMEC de uma forma voltada para essa mediação dentro da sala de aula, solucionando conflitos, seria interessante essa atuação? É óbvio que não estamos falando aqui da formalidade da justiça restaurativa, de fazer um círculo restaurativo, chamar pais e amigos, estar em uma sala própria, adequada para a

questão, mas da possibilidade de um pensamento voltado para essa proposta de ação. É notória a impossibilidade de realização de tais intentos, ou seja, no caso da justiça restaurativa "pura" haveria que se ter todo um aparato preparado para a execução, o que não ocorre conosco, ou seja, aqui não há professores suficientes, o salário não ajuda e o tempo disponível não existe, tanto por parte do professor como por parte dos pais, bem como seria improvável neste momento capacitar e instrumentalizar toda essa sistemática para a efetivação necessária.

Estamos falando de ações simples, como um trabalho voltado para a reflexão sobre o assunto. Sim, estar presente em uma situação na qual a vivência e experiência colaborem para a solução dos conflitos. O professor poderia ser uma pessoa que estaria preparada para agir e diferenciar as situações que vivencia no dia a dia. A ação do Professor Mediador pode ser este "estopim", aquele que vai por em prática a destinação necessária para a melhoria do sistema educacional existente dentro da escola. A criação de uma forma efetiva de promoção da cultura de paz. Se o professor tem um problema de aprendizagem dentro da sala de aula, ele tem um caminho a seguir, se dois alunos discutem, ele sabe como agir, se há a necessidade de atuar de forma mais enérgica devido ao problema grave existente, o professor sabe como dar o encaminhamento, sabe proceder de acordo com a legislação vigente.

Resistir à realidade da existência de indisciplina e problemas pedagógicos é impossível, é preciso desenvolver nesses profissionais, que tanto se dedicam para obter conquistas e realizações, uma cultura que tenha resultados. Os educadores não podem mais ficar a mercê da impossibilidade de enfrentar a situação e as escolas precisam se preparar para possibilitar essa realidade. O professor com uma postura voltada para a restauração da harmonia, a administração pública como meio para alcançar esse objetivo e quem sabe, o Professor Mediador como aquele que está pronto para fazer com que tudo isso aconteça. Assim, refletindo sobre os encaminhamentos possíveis, contribuindo para a resolução do problema, como no caso do professor que indagou do professor mediador sobre a criança que ainda está na fase da escrita silábica e está no 6º ano. A escola como um todo, deve estar empenhada para solucionar a situação-problema concretizando uma forma plausível para cada caso, podendo assim haver a possibilidade de uma ação adequada, estudada, sendo esta discutida e refletida anteriormente com esse intuito.

A escola pesquisada é muito pouco para concluir que os princípios restaurativos estão sendo difundidos e divulgados em todas elas, porém é uma tentativa de buscar uma alternativa condizente com a nossa realidade. Essa discussão pode ser uma maneira de realizar dentro do ambiente escolar um aprofundamento acerca da possibilidade de alternativas centradas na disposição de maneiras efetivas de enfrentar os problemas

pedagógicos existentes e, consequentemente, os problemas da violência e da indisciplina. Estudar mais e profundamente outras escolas, em outras regiões do Estado seria talvez o ideal para fundamentar melhor tais alegações, mas, a experiência existente nessa escola nos indica um caminho que pode ser promissor no que se refere ao enfrentamento da indisciplina e da violência.

O número elevado de ocorrências consignadas nas fichas de ocorrência que tramitam o dia todo entre o Coordenador Pedagógico e o Professor Mediador Escolar e Comunitário indicam que na maioria das vezes existem pequenas transgressões disciplinares que vão minando o professor que não consegue lidar com elas. Talvez um trabalho mais aprofundado com questões relacionadas a tais problemas possam fazer de cada professor um "mediador" dentro da sala de aula. A observação na escola deixou claro que essa ação está sendo feita pelo Professor Mediador diante dos professores mesmo que de forma indireta, assim como o trabalho de prevenção e a criação de grupos de discussão e reflexão com os alunos mais "indisciplinados" desencadeia uma percepção de ação diferente da simples punição. Se a realidade é o conflito, então como proceder? Mudar uma cultura retributiva não é algo que acontece de repente. São necessárias ações efetivas, disposição de recursos, divulgação de um trabalho adequado a cada situação existente para se obter resultados. O professor deve ser inserido nesse processo como parte integrante e fundamental para o sucesso da proposta. Algo que hoje ainda não acontece, o professor não se vê como participante desse processo.

Aproveitando uma das considerações finais de Santana (2011):

> Curiosamente, os próprios professores também não se apresentam como as pessoas mais apropriadas para a resolução de conflitos. Quando perguntados sobre quem seria mais apropriado para resolução de conflitos, os professores referiram o psicólogo (31%), o diretor (22,53%), e ficaram atrás, com 8,45% das respostas. (SANTANA, 2011, p. 265)

Essa "mistura" proposta pela SEE/SP talvez não seja o ideal, tenha parcialidades e limitações, mas é possível acreditar que o Professor Mediador Escolar e Comunitário, assim como as ações individuais, a perspicácia e a dedicação do educador brasileiro, somados à possibilidade de adequação e incentivo podem ser alternativas plausíveis para a dissolução dos problemas existentes dentro da escola.

A sinalização dessa mudança está colocada na legislação vigente, assim como nas propostas existentes. Todos os problemas cotidianos corroboram para que o educador não acredite, porém, a dedicação e a vontade de mudança fazem com que seja possível pensar em uma escola voltada para a cultura de paz e prosperidade, funcional e cumpridora de suas

obrigações. Di Giorgi (2004) descreve uma visão de escola que compactua com a percepção deste pesquisador.

> A escola deve alcançar no sentido de ser legitimamente, institucionalmente e no imaginário social uma entidade que cumpra socialmente uma função de dinamizadora cultural e social do seu entorno, e é a partir do cumprimento dessa função mais ampla que ela poderá efetivamente atuar com eficácia no sentido de não apenas instruir, mas educar crianças, jovens, adolescentes e adultos. (Di Giorgi, 2004, p. 138)

Finalmente a observação acerca das propostas e considerações feitas por este pesquisador são frutos de um trabalho de procura, incipiente o profissional estudado, porém, antigo o tema da violência e dos problemas disciplinares nas escolas. Talvez o PMEC não seja o ideal, mas a procura por uma solução mais adequada está posta e pode se consolidar através dos próprios educadores que, por sua vez, fazer com que a Educação aconteça.

As palavras da diretora, na ocasião da despedida, proporcionaram a este pesquisador uma visão ainda mais encorajadora perante a situação,

> Essa situação da violência e da indisciplina tem muito a ver com tudo que acontece socialmente em nosso país, mas estamos enfrentando. Talvez você possa voltar para fazer um trabalho diferente. Um trabalho com enfoque em como conseguimos enfrentar e resolver os problemas pedagógicos dentro da escola, ou seja, como conseguimos resolver o problema da aprendizagem e, efetivamente ensinar todas essas crianças. (Diretora)

O discurso da diretora indica uma preocupação com a totalidade da situação. Ou seja, a ação de enfrentar a violência e a indisciplina não é algo que pode ser feito isoladamente. É preciso criar uma forma de ação onde, professores, alunos, pais, enfim, a administração escolar como um todo participe de um conjunto de propostas apropriadas dentro da escola onde existam condições de tornar viável o processo educativo. Um trabalho coletivo voltado para a possibilidade daquele ciclo virtuoso: membros da comunidade escolar trabalhando para o desenvolvimento da dissolução dos problemas de aprendizagem e assim diminuindo a indisciplina. Diminuindo a indisciplina haverá muito mais condições e indicações de ações voltadas para a questão pedagógica, o que por sua vez poderá diminuir situações de confronto e indisciplina.

A existência da função de Professor Mediador pode marcar o princípio dessa situação, mas, o caminho está na somatória de ações, na criação de condições para que aconteça a mudança tão esperada. Todos trabalhando juntos na transformação da situação existente dentro da escola.

Parafraseando Di Giorgi (2004), “Uma Outra Escola é Possível” e todos precisam fazer parte dessa mudança, a diferença está nas pessoas e é necessário trabalhar com elas e para elas para encontrar o caminho a seguir.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, M. et al. **Cotidiano nas escolas:** entre violência**.** Brasília: UNESCO, 2006.

ABRAMOVAY, M e RUA, M das G. **Violência nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2002.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. **Relevância e Aplicabilidade da Pesquisa em Educação**. Cadernos de Pesquisa, n. 113, p. 39-50, julho/2001.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. **Usos e abusos dos estudos de caso**. Cadernos de Pesquisa. v. 36, n. 129, p. 637-651, set./dez. 2006.

ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação:** Buscando Rigor e Qualidade. Cadernos de Pesquisa, n. 113, p. 51-64, jul. 2001.

ARROYO, Miguel. A Universidade e a formação do homem. In. Gislene A. Santos (org). **Universidade**, **Formação e Cidadania**. Cortez Editora: 2001.

BELAS, José Luiz. **Estudo de Caso na Prática Educacional**, Disponível em: <http://www.jlbelas.psc.br/texto15.htm> Acesso em: 18 mai. 2008.

BRANCHER, Leoberto. **Manual de Práticas Restaurativas**, PNUD, 2006.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Lex:** Coleção de Leis Rideel. Vade Mecum, Acadêmico de Direito. Editora Rideel. São Paulo, 2006.

BRASIL. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lex**: Coleção de Leis Rideel. Vade Mecum, Acadêmico de Direito. Editora Rideel. São Paulo, 2006.

BRASIL. Código Penal. Lei nº. 2.848, de 7-12-1940. **Lex**: Organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira. – 29ª ed. – São Paulo: Saraiva, 1991.

BRASIL. Lei nº. 9394, de 23-12-1996. Seção 1 – páginas 27.833 a 27.841. **Lex**: Coleção de Leis Rideel. Vade Mecum, Acadêmico de Direito. Editora Rideel. São Paulo, 2006.

BUENO, Francisco da Silveira. **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa**. 7. ed. Fename: Rio de Janeiro, 1956.

CALLADO, c. V. Educação para a Paz: promovendo valores humanos na escola através da educação física e dos jogos corporativos. Santos (SP): Editora Projeto Cooperação Ltda., 2004.

CECCON. C. **Conflitos na Escola: Modos de Transformar**. São Paulo SP: Imprensa Oficial: CECIP: Centro de Criação de Imagem Popular, 2009. 208 p.

CHAUÍ, Marilena. Ideologia e Educação**. Revista Educação e Sociedade**. São Paulo, ano II (5) 24-40, jan. 1980.

CHRISPINO, Á e CHRISPINO, R. "A Judicialização das Relações Escolares e a Responsabilidade Civil dos Educadores". **Revista Ensaio**: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. v. 16n. 58, p 9- 30, Jan./Mar. 2008.

Coordenadoria da Infância e da Juventude. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Disponível em: www.tj.sp.gov.br/ccordenadoriainfanciajuventude>. Acesso em 20/09/2010.

CURY, Carlos Roberto Jamil; FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. Obrigatoriedade da Educação das crianças e adolescentes: uma questão de oferta ou de efetivo atendimento. In. **Temas de direito à educação**/ São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Escola Superior do Ministério Público, 2010. 164 p. Colaboradores: Carlos Roberto Jamil Cury e Gilza Maria Zauhy Garms.

DE PAULA, Paulo Afonso Garrido. Educação, Direito e Cidadania. In. **Cadernos de Direitos da Criança e do Adolescente.** Volume 1**.** Malheiros Editores. São Paulo, 1995.

DI GIORGI, C. A. G. **Uma outra escola é possível?** Uma análise radical da inserção social e da democracia na escola do mundo globalizado. Campinas: ALB & Mercado das Letras, 2004.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa Qualitativa:** Reflexões sobre o Trabalho de Campo. Cadernos de Pesquisa, n. 115, p. 139-154, março/2002.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. A Indisciplina Escolar e o Ato Infracional. In. **Temas de direito à educação**/ São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Escola Superior do Ministério Público, 2010. 164 p. Colaboradores: Carlos Roberto Jamil Cury e Gilza Maria Zauhy Garms.

FERRARI, Alfonso Trujillo. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo. McGraw-Hill do Brasil, 1982.

GOMES, Alberto A. A pesquisa como instrumento para produção do conhecimento. Texto extraído e adaptado para fins didáticos de GOMES, A. A. **Formação de Professores:** a dimensão do compromisso político**.** Dissertação de Mestrado. Marília: UNESP, 1993.

HARTLEY, Jean F. Case studies in organizational research. In: CASSELL, Catherine & SYMON, Gillian (Ed.). **Qualitative methods in oganizational research***:* a practical guide. London: Sage, 1994. 253p. P. 208-229.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Justiça Restaurativa no Brasil.** Disponível em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/7359/justica-restaurativa-no-brasil >. Acesso em 15/10/2009.

JORNAL DA CIÊNCIA, 2004. JC e-mail 25956, de 30/08/2004. Professores apontam violência nas escolas. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=21134>. Acesso em: 20 abr. 2010.

JUSTIÇA RESTAURATIVA. Coordenadoria da Infância e da Juventude. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.tj.sp.gov.br/coordenadoriainfanciajuventude> Acesso em 13/11/2010.

MANZINI, E. J. **Entrevista Semi-Estruturada**: Análise de Objetivos e Roteiros. Marília: Unesp, 2003. Disponível em: <http://www.sepq.org.br/IIsipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf> Acesso em: 19/11/2011.

MANZINI, E. J. **Entrevista**: definição e classificação. Marília: Unesp, 2004. 4Transparência. P&b, 39 cm x 15 cm.

MORIN, E. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: Cortez, Brasília: UNESCO, 2001.

NOLETO, m. “A Promoção da Cidadania Mundial através da Educação”. In: F. Milani e R.D.C.P. Jesus (org.). **Cultura da Paz:** estratégias, mapas e bússolas. Salvador: INPAZ, 2003.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. O Direito a Educação. In. **Gestão, Financiamento e Direito à Educação**. Análise da LDB e da Constituição Federal. 2. ed. São Paulo: Xamã Editora, 2002.

PACHECO, Maria Inês Pagnosi. **O Estatuto da Criança e do Adolescente como um instrumento de superação da violência em meio escolar**. Dissertação (mestrado). – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. 231 f. Presidente Prudente, 2005.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Escolar, Democracia e Qualidade de Ensino.** São Paulo: Ática, 2007.

PERRENOUD, P. **Escola e Cidadania**: o papel da escola na formação da democracia. Porto Alegre: Artmed, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido. **A autonomia e a qualidade do ensino na escola pública**. . In Borges, A (org.). São Paulo: FDE, 1993. (Idéias n. 16).

PIMENTA, Selma Garrido. Professor Reflexivo: construindo uma crítica**.** In. _____. **Professor Reflexivo no Brasil:** gênese e crítica de um conceito. Selma Garrido Pimenta, Evandro Ghedin, (orgs). 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PINTO, Renato Sócrates Gomes. **Justiça Restaurativa é Possível no Brasil?** In: Slakmon, C., R. De Vitto, e R. Gomes Pinto, org., 2005. Justiça Restaurativa (Brasília – DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD). PP. 19-39. Disponível em: <http://www.restorativejustice.org/articlesdb/articles/6696> Acesso em: 10 ago. 2010.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia Científica para os alunos dos cursos de graduação e Pós-graduação**. São Paulo: Loyola, 2005.

REBELO, Rosana Aparecida Argento. **Indisciplina escolar:** causas e sujeitos. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

RIOS, Teresinha Azevedo. **Ética e Competência.** 3 Ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ROLIM, Marcos. **JUSTIÇA RESTAURATIVA:** PARA ALÉM DA PUNIÇÃO**.** In: Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**.** Zahar, Rio de Janeiro, 2006.

SANTANA, Clovis da Silva. **JUSTIÇA RESTAURATIVA NA ESCOLA:** reflexos sobre a prevenção da violência e indisciplina grave e na promoção da cultura de paz. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente. Presidente Prudente, 2011.

SANTOS, B. R. et al. **Guia Escolar:** métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos: Ministério da Educação, 2004.

SANTOS, I. A. "Discriminação: uma questão de Direitos Humanos". In: D. Oliveira. R. Lima, S. SANTOS e T. T. (orgs**.). 50 Anos Depois**: relações raciais e grupos socialmente segregados (pp. 53-74). Goiânia: Movimento Nacional dos Direitos Humanos, 2001.

SÃO PAULO. Decreto 28.642, de 03 de agosto de 1988. **Lex.** Institui o Programa de Proteção escolar. 1988. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/188310/decreto-28642-88-sao-paulo-sp> Acesso em: 15 jan. 2010.

SÃO PAULO. Decreto 41.552, de 15 de janeiro de 1997. **Lex.** Altera o Programa de Segurança Escolar instituído pelo Decreto Nº. 28.642, de 3 de agosto de 1988 e dá providências correlatas Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/172001/decreto-41552-97-sao-paulo-sp> Acesso em: 15 jan. 2010.

SÃO PAULO. Secretaria de Educação. **Lex.** Deliberação do Conselho Estadual de Educação (CEE) nº. 10, de 30 de setembro de 1997. Disponível em: <http://www.ceesp.sp.gov.br/Deliberacoes/de_10_97.htm> Acesso em: 07 jan. 2011.

SÃO PAULO. Secretaria de Educação. **Lex.** Parecer do Conselho Estadual de Educação 67/98. 1998. Disponível em: <http://www.ceesp.sp.gov.br> Acesso em: 12 jan. 2011.

SÃO PAULO. Secretaria de Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP). Programa: **Escola de Tempo Integral** São Paulo: FDE, 2006. p.1-101.

SÃO PAULO. Secretaria de Educação. Fundação para o Desenvolvimento da Educação. Sistema de Proteção Escolar. **Manual de Proteção Escolar e Promoção da Cidadania.** São Paulo, 2009. 81 p. Disponível em: <http//:www.educacao.sp.gov.br> Acesso em: 17 jun. 2010.

SÃO PAULO. Secretaria de Educação. Fundação para o Desenvolvimento da Educação. Sistema de Proteção Escolar. **Normas Gerais de Conduta Escolar.** São Paulo, 2009. 14 p. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br> Acesso em: 17 jun. 2010.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Legislação de Ensino Fundamental e Médio Estadual. **Unificação de Dispositivos Legais Normativos relativos ao Ensino Fundamental e Médio**. Coordenação de Leslie Maria José da Silva Rama. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br> Acesso em: 10 jan. 2011.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Resolução SE 19, de 13 de fevereiro de 2010. Institui o Sistema de Proteção Escolar na rede estadual de ensino de São Paulo e dá providências correlatas. **Lex.** Disponível em: <http://www.profdomingos.com.br/estadual_resolucao_se_19_2010.html> Acesso em: 13 fev. 2011.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Resolução SE 1, de 20 de janeiro de 2011. Dispõe sobre o exercício das atribuições de Professor Mediador Escolar e Comunitário do Sistema de Proteção Escolar e dá providências correlatas. **Lex.** Disponível em: <http://www.cpp.org.br> Acesso em: 13 fev. 2011.

SCHRAIBER, l. e D'OLIVEIRA, A. f. **"Violência Contra as Mulheres:** interfaces com a saúde". Disponível em: http://www.interface.org.br/ingles/revista5/ensaio1.pdf . Acesso em: 17/10/2008.

SILVA, m. c. E. **Violência Sexual em Crianças e Adolescentes:** como identificar, prevenir, assistir, apoiar e notificar. Recife: Edupe, 2006.

SOUZA, Carlos Alberto Ferreira de. A **Escola atrás das grades da Penitenciária de Marília e a reinserção social do indivíduo preso.** (Monografia). Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília – SP. Marília - SP, 2006.

UDEMO. **Cadernos Udemo 2.** Punição de Alunos: Procedimentos. Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério do Estado de São Paulo. Imprensa Oficial: 2004.

UDEMO. **Pesquisa de Violência nas Escolas** (2008). Disponível em: <http://www.udemo.org.br>. Acesso em: 27 ago. 2010.

UNESCO, 2004. **O Perfil dos professores brasileiros:** o que fazem, o que pensam, o que almejam - / Pesquisa Nacional Unesco. – São Paulo: Moderna, 2004.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Indisciplina e disciplina escolar:** Fundamentos para o trabalho docente. 1ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

WINNICOTT, D. **Privação e delinquência**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1987.

ZECHI, Juliana Aparecida Matias. **Violência e indisciplina em meio escolar:** aspectos teórico-metodológico da produção acadêmica no período 2000 a 2005. 2008. Dissertação (mestrado). 147 f. Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista (Unesp). Presidente Prudente, 2008.

ZEHR, Howard. **Trocando as lentes**. Tradução de Tônia Van Acker. Palas Athena: São Paulo, 2008.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO[40] PROPOSTO AOS PROFESSORES, DIRETOR, VICE-DIRETOR E COORDENADOR PEDAGÓGICO DA ESCOLA [...] COMO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PARA PESQUISA DE MESTRADO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO[41] DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP, CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE.

APRESENTAÇÃO.

TEMA DA PESQUISA: VIOLENCIA NA ESCOLA: ATUAÇÃO DE EDUCADORES E LEGISLAÇÃO

ASSUNTO: Pesquisa de Mestrado
LINHA: Políticas Públicas
OBJETO DE PESQUISA: Enfrentamento da violência e da indisciplina na Escola
ALUNO: Carlos Alberto Ferreira de Souza
ORIENTADOR: Prof. Dr. Cristiano A. G. Di Giorgi
INSTITUIÇÃO: Universidade Estadual Paulista – UNESP
Programa de Pós-Graduação em Educação

Esta pesquisa tem como objetivo a investigação da violência e da indisciplina na escola, e busca encontrar alternativas existentes nas escolas e que possam servir de modelos de solução de conflitos, sejam eles idealizados e realizados dentro da escola com o auxílio da legislação vigente, ou ainda com o projeto do professor mediador escolar e comunitário, que atualmente está em funcionamento em algumas escolas no Estado de São Paulo. O espaço escolar divide com a família a obrigação da formação e da educação, sendo atualmente a principal responsável pelo desenvolvimento ou não das pessoas, ou pelo menos assim é vista. A indisciplina e a violência na escola precisam ser estudadas, entendidas e divulgadas de forma simples, de fácil compreensão para que o seu enfrentamento, aliando educadores, pais e Estado, possa acontecer de forma efetiva e diversificada, se adequando a cada espaço escolar e assim, desenvolvendo políticas públicas que atendam as necessidades existentes. A análise e as experiências da utilização de meios alternativos e do projeto referente ao professor mediador escolar e comunitário como possíveis soluções de conflitos nas escolas poderá expandir a criação e explicitação de novas e possíveis alternativas dessa solução dos problemas existentes nas escolas. Assim, o objetivo principal é verificar e analisar os resultados do enfrentamento da violência e indisciplina na escola. Temos a certeza de que o(a) senhor(a), com sua experiência na docência e a vivência nessa unidade escolar, terá informações essenciais que poderão elucidar questões relativas ao tema e estará assim, compartilhando com os demais colegas que

[40] **É garantido o sigilo da identidade do respondente**
[41] **Linha de pesquisa: Políticas Públicas, organização escolar e formação de professores**

podem, neste momento, estar enfrentando situações semelhantes. Nesse sentido, o(a) senhor(a) poderia responder a um questionário sobre este assunto? Adianto e afirmo que sua pessoa/identidade e a escola serão eticamente resguardadas de todo e qualquer dano ou risco, quaisquer que sejam as informações prestadas.

QUESTIONÁRIOS PARA OS PROFESSORES

1)Qual o sexo do respondente: ( ) M ( ) F

2) Qual sua idade: ( ) 18 a 25 ( ) 25 a 35 ( ) 35 a 45 ( ) + de 45 anos

3) Tempo no magistério: _____ anos.

4) Quando se fala em violência e indisciplina na escola, qual o primeiro pensamento que lhe vem à mente?_____
_____
_____

5) O(a) Sr.(a) acha que existe solução para a violência e indisciplina na escola? Quais seriam?_____
_____
_____
_____
_____

6) O(a) Sr.(a) já foi vítima de violência na escola? ( ) sim ( ) não

7) O que aconteceu? Como isso foi tratado?_____
_____
_____
_____

8) Existem procedimentos ou estratégias na escola para o enfrentamento da violência e indisciplina? ( ) Sim ( ) Não. Quais_____
_____

_____

_____

9) Na sua opinião, as punições aplicadas tendem a diminuir a incidência de violência e indisciplina ou não? Por quê? _____

_____

_____

_____

_____

10) O(a) sr.(a) conhece o Projeto do Professor Mediador Escolar e Comunitário? ( ) sim ( ) não

12) O que o sr.(a) acha desse Professor Mediador e Comunitário? ( ) bom ( ) ruim ( ) Não faz diferença ( ) As soluções são as mesmas com ele ou sem ele

APRESENTAÇÃO.

TEMA DA PESQUISA: VIOLENCIA NA ESCOLA: ATUAÇÃO DE EDUCADORES E LEGISLAÇÃO

ASSUNTO: Pesquisa de Mestrado
LINHA: Políticas Públicas
OBJETO DE PESQUISA: Enfrentamento da violência e da indisciplina na Escola
ALUNO: Carlos Alberto Ferreira de Souza
ORIENTADOR: Prof. Dr. Cristiano A. G. Di Giorgi
INSTITUIÇÃO: Universidade Estadual Paulista – UNESP
Programa de Pós-Graduação em Educação

Esta pesquisa tem como objetivo a investigação da violência e da indisciplina na escola, e busca encontrar alternativas existentes nas escolas e que possam servir de modelos de solução de conflitos, sejam eles idealizados e realizados dentro da escola com o auxílio da legislação vigente, ou ainda com o projeto do professor mediador escolar e comunitário, que atualmente está em funcionamento em algumas escolas no Estado de São Paulo. O espaço escolar divide com a família a obrigação da formação e da educação, sendo atualmente a principal responsável pelo desenvolvimento ou não das pessoas, ou pelo menos assim é vista. A indisciplina e a violência na escola precisam ser estudadas, entendidas e divulgadas de forma simples, de fácil compreensão para que o seu enfrentamento, aliando educadores, pais e Estado,

possa acontecer de forma efetiva e diversificada, se adequando a cada espaço escolar e assim, desenvolvendo políticas públicas que atendam as necessidades existentes. A análise e as experiências da utilização de meios alternativos e do projeto referente ao professor mediador escolar e comunitário como possíveis soluções de conflitos nas escolas poderá expandir a criação e explicitação de novas e possíveis alternativas dessa solução dos problemas existentes nas escolas. Assim, o objetivo principal é verificar e analisar os resultados do enfrentamento da violência e indisciplina na escola. Temos a certeza de que o(a) senhor(a), com sua experiência na docência e a vivência nessa unidade escolar, terá informações essenciais que poderão elucidar questões relativas ao tema e estará assim, compartilhando com os demais colegas que podem, neste momento, estar enfrentando situações semelhantes. Nesse sentido, o(a) senhor(a) poderia responder a um questionário sobre este assunto? Adianto e afirmo que sua pessoa/identidade e a escola serão eticamente resguardadas de todo e qualquer dano ou risco, quaisquer que sejam as informações prestadas.

QUESTIONÁRIO/ENTREVISTA: DIRETOR E COORDENADOR PEDAGÓGICO.

1) Quando se fala em indisciplina e violência na Escola e seu entorno, o que lhe vem à mente pensamento?_____
_____
_____.

2) Qual o sexo do respondente: ( ) M ( ) F

3) Qual sua idade: ( ) 18 a 25 ( ) 25 a 35 ( ) 35 a 45 ( ) + de 45 anos

4) Tempo no magistério: _____ anos

5) Total de alunos na escola: _____ alunos. E a média por sala de aula? _____

6) Sua escola tem histórico de violência escolar? ( ) sim ( ) não

7) Quais os casos de maior incidência?
_____
_____

8) Os casos de ocorrências disciplinares costumam ser registrados/formalizados em sua escola?
( ) sim ( ) não ( ) apenas casos graves
9) Em se falando de ocorrências disciplinares graves sua escola registrou casos nos últimos cinco anos? 2006 ( ) 2007 ( ) 2008 ( ) 2009 ( ) 2010 ( )

10) O que se costuma fazer em sua escola quando acontecem casos de violência?
_____
_____
_____
_____

11) Em sua opinião, há hoje políticas públicas voltadas para o enfrentamento da violência e da indisciplina nas escolas? Quais seriam?
_____
_____
_____

12) A escola usa alguma legislação nos casos de violência e indisciplina? Qual é?
_____
_____
_____

13) Há casos de violência contra docente ou funcionários em sua escola? ( ) sim ( ) não
14) Em casos de violência, a administração da escola costuma fazer o que depois?
_____
_____
_____

15) Caso a administração da escola adote procedimentos disciplinares em casos de violência, quais são as punições cabíveis?
_____
_____
_____

16) As punições eventualmente aplicadas pela escola estão previstas no Regimento Interno da Escola?

( ) Sim ( ) Não

17) Após a adoção dos procedimentos existentes para os casos de violência dentro da escola, acredita que existe a possibilidade de restauração de relações pessoais eventualmente abaladas?

( ) Sim ( ) Não

18) Em caso de violência, a administração da escola costuma notificar os pais ou responsáveis do suposto autor do ato? ( ) sim ( ) não. De qual forma?

_____

19) Na atualidade, quais ações alternativas ou ações diretamente aplicadas em políticas públicas o Senhor (a) acredita que teriam eficácia para combater ou diminuir o índice de violência e indisciplina na Escola?

_____

_____

_____

20) O Senhor (a) conhece o Projeto do Professor Mediador Escolar e Comunitário? Em caso positivo acha que é efetivamente um desses meios de enfrentamento?

_____

_____

APRESENTAÇÃO.

TEMA DA PESQUISA: VIOLENCIA NA ESCOLA: ATUAÇÃO DE EDUCADORES E LEGISLAÇÃO

ASSUNTO: Pesquisa de Mestrado
LINHA: Políticas Públicas
OBJETO DE PESQUISA: Enfrentamento da violência e da indisciplina na Escola
ALUNO: Carlos Alberto Ferreira de Souza
ORIENTADOR: Prof. Dr. Cristiano A. G. Di Giorgi
INSTITUIÇÃO: Universidade Estadual Paulista – UNESP
Programa de Pós-Graduação em Educação

Esta pesquisa tem como objetivo a investigação da violência e da indisciplina na escola, e busca encontrar alternativas existentes nas escolas e que possam servir de modelos de solução de conflitos, sejam eles idealizados e realizados dentro da escola com o auxílio da legislação vigente, ou ainda com o projeto do professor mediador escolar e comunitário, que atualmente está em funcionamento em algumas escolas no Estado de São Paulo. O espaço escolar divide com a família a obrigação da formação e da educação, sendo atualmente a principal responsável pelo desenvolvimento ou não das pessoas, ou pelo menos assim é vista. A indisciplina e a violência na escola precisam ser estudadas, entendidas e divulgadas de forma simples, de fácil compreensão para que o seu enfrentamento, aliando educadores, pais e Estado, possa acontecer de forma efetiva e diversificada, se adequando a cada espaço escolar e assim, desenvolvendo políticas públicas que atendam as necessidades existentes. A análise e as experiências da utilização de meios alternativos e do projeto referente ao professor mediador escolar e comunitário como possíveis soluções de conflitos nas escolas poderá expandir a criação e explicitação de novas e possíveis alternativas dessa solução dos problemas existentes nas escolas. Assim, o objetivo principal é verificar e analisar os resultados do enfrentamento da violência e indisciplina na escola. Temos a certeza de que o(a) senhor(a), com sua experiência na docência e a vivência nessa unidade escolar, terá informações essenciais que poderão elucidar questões relativas ao tema e estará assim, compartilhando com os demais colegas que podem, neste momento, estar enfrentando situações semelhantes. Nesse sentido, o(a) senhor(a) poderia responder a um questionário sobre este assunto? Adianto e afirmo que sua pessoa/identidade e a escola serão eticamente resguardadas de todo e qualquer dano ou risco, quaisquer que sejam as informações prestadas.

ENTREVISTA COM PROFESSOR MEDIADOR ESCOLAR E COMUNITÁRIO.

1) Qual o sexo do respondente: ( ) M ( ) F

2) Qual sua idade: ( ) 18 a 25 ( ) 25 a 35 ( ) 35 a 45 ( ) + de 45 anos

3) Tempo no magistério: _____ anos. Como Professor Mediador _____.

4) Como ficou sabendo e decidiu assumir esse cargo?

_____
_____
_____.

5) Houve algum tipo de treinamento, orientações, antes de assumir o cargo? Quais?

_____
_____
_____.

6) Como está sendo atuar como Professor Mediador Escolar e Comunitário?

_____
_____
_____
_____.

7) Quando há violência na escola como o Senhor (a) costuma agir?

_____
_____
_____
_____

8) Quais as maiores dificuldades encontradas no desempenho de sua função?

_____
_____
_____.

9) Os meios utilizados hoje para o enfrentamento da violência e da indisciplina são adequados em sua opinião? ( ) Sim ( ) Não

10) Caso a resposta seja negativa, o que acha que pode ser feito?

_____
_____
_____
_____